



INSTITUTO SUPERIOR TÉCNICO
Universidade Técnica de Lisboa

A CASA NOBRE PRÉ-JOANINA EM LISBOA

Caso de estudo: o Palácio do “Bichinho de Conta”

Pedro Luís Dias da Silva Durand

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em
ARQUITECTURA

Júri

Presidente: Prof.^a Dra. Ana Cristina dos Santos Tostões

Orientador: Prof. Dr. João Rosa Vieira Caldas

Vogal: Mestre Miguel Conceição Silva Soromenho

Outubro 2012

AGRADECIMENTOS

À minha família, pelo constante apoio ao longo de toda a minha vida escolar.

À Diana, pelo incentivo, sugestões, por me acompanhar e ajudar nas diversas visitas ao local de estudo, pela sua presença e apoio.

Ao meu orientador, o Prof. João Vieira Caldas, pela grande ajuda, incentivo, apoio e disponibilidade sempre demonstrados ao longo da realização deste trabalho.

Ao gabinete PPST arquitectura, Lda., por disponibilizarem o material gráfico, sem o qual não teria sido possível a realização deste trabalho.

RESUMO

A cidade de Lisboa apresenta um vasto património arquitectónico palaciano pré-joanino construído entre finais do século XVII e a primeira metade do século XVIII. Com o objectivo de elaborar um retrato arquitectónico da habitação aristocrática deste período foi escolhido um palácio relativamente incógnito, o Palácio do “Bichinho de Conta”, sobre o qual incide a presente monografia. Também identificado como Palácio dos Monteiro Paim, encontra-se inserido no limite Oeste da malha urbana do Bairro Alto, na antiga Rua Formosa, hoje Rua de “O Século”.

Com vista a compreender e a contextualizar as opções arquitectónicas no período assinalado, desenvolveu-se um estudo que incidiu sobre um conjunto de vinte casos contemporâneos do Palácio do “Bichinho de Conta”. Este estudo comparativo recaiu essencialmente nas características gerais dos palácios, nomeadamente sobre a implantação e a relação com a malha urbana envolvente, nas opções de composição das fachadas exteriores e nos espaços de transição entre a rua e o andar nobre.

O Palácio do “Bichinho de Conta” tem projecto aprovado em sede do município com uma proposta particularmente descaracterizadora. Apresentar uma proposta alternativa à que se encontra presentemente aprovada tem de passar por uma reflexão bastante complexa no que diz respeito ao programa de ocupação de um edifício desta natureza. A presente monografia procura ser um pequeno contributo para uma reflexão mais ampla na definição de programas de ocupação mais consentâneos com o valor patrimonial dos palácios deste período.

Palavras - chave:

Casa nobre

Património

Lisboa

Reabilitação

ABSTRACT

The city of Lisbon has a large palatial architectural heritage built between the late seventeenth century and the first half of the eighteenth century. The present monograph is focused on a relatively unknown palace, the Palace of "Bichinho de Conta" or the "Woodlouse" Palace in order to draw a portrait of this aristocratic housing in this period. Also known as the Palace of the Monteiro Paim, it is inserted into the urban west boundary of "Bairro Alto", the former Formosa Street, now the "O Século" Street.

With the objective of understanding and contextualizing the architectural options in the indicated period, a study focusing on a set of twenty cases contemporary of the "Woodlouse" Palace was developed. This comparative study fell mainly on the general characteristics of the palaces, in particular on the implementation and relationship with the surrounding urban fabric, the composition options of façades and transition spaces between the street and the main floor.

The "Woodlouse" Palace has an approved project in the county seat with a particularly disruptive proposal. Submitting an alternative proposal to the one that is currently approved must involve a very complex reflection with regard to the occupation program of a building of this type. This monograph seeks to be a small contribution to a broader definition of occupation programs in line with the cultural value of the palaces of this period.

Key words:

Noble house

Heritage

Lisbon

Rehabilitation

ÍNDICE GERAL

AGRADECIMENTOS	i
RESUMO	iii
ABSTRACT	v
ÍNDICE GERAL	vii
ÍNDICE DE FIGURAS	ix
1. INTRODUÇÃO	1
1.1. OBJECTO DE ESTUDO	1
1.2. MOTIVAÇÕES	1
1.3. OBJECTIVOS	2
1.4. METODOLOGIA E ESTRUTURA	2
2. PORTUGAL – CEM ANOS DE HISTÓRIA	3
2.1 INTRODUÇÃO	3
2.2 A RESTAURAÇÃO	3
2.3 A INDEPENDÊNCIA	5
2.4 O ABSOLUTISMO	8
3. HABITAÇÃO ARISTOCRÁTICA DA LISBOA SEISCENTISTA	11
3.1 INTRODUÇÃO	11
3.2 IMPLANTAÇÃO	13
3.3 FACHADAS	17
3.3.1 Andar nobre	18
3.3.2 Restantes Vãos	19
3.3.3 Portal nobre	20
3.3.4 Elementos horizontais	22
3.3.5 Elementos verticais	23
3.4 ESCADARIAS	25
3.4.1 Espaços de transição	25
3.4.2 Lanços de escadas	27
3.4.3 Monumentalidade	28
4. PALÁCIO DO “BICHINHO DE CONTA”	31
4.1. O BAIRRO ALTO	31
4.2. A RUA FORMOSA	33
4.3. PROPRIETÁRIOS	36
4.3.1. Os Monteiro Paim	36
4.3.2. O “Bichinho de Conta”	38
4.3.3. O século XIX	40
4.3.4. Os Wagner	41
4.4. O PALÁCIO	44
4.4.1. Implantação	44
4.4.2. Fachada principal	48
4.4.3. Plantas	53

4.4.3.1.	Andar nobre	53
4.4.3.2.	Terceiro piso	57
4.4.3.3.	Piso térreo	60
4.4.4.	Escadarias	62
5.	CONCLUSÕES	65
5.1.	HABITAÇÃO ARISTOCRÁTICA EM LISBOA	65
5.2.	PALÁCIO DO “BICHINHO DE CONTA”	66
5.3.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	67
6.	BIBLIOGRAFIA	71
6.1.	LIVROS ARTIGOS E OUTRAS PUBLICAÇÕES	71
6.2.	TESES	73
6.3.	DOCUMENTOS DE ARQUIVOS	74
6.3.1.	Arquivo Nacional da Torre do Tombo	74
6.3.2.	Arquivo intermédio da Câmara Municipal de Lisboa	74
6.4.	WEBSITES	74
6.4.1.	Enciclopédias	74
6.4.2.	Mapas	74
6.4.3.	Arquivos digitais	74
6.4.4.	Outros sítios	74
7.	ANEXOS	75
7.1.	PROCESSO PARA ABERTURA DE UM VÃO DE PORTA NO NÚMERO 104.	75
7.2.	PROCESSO DE ALARGAMENTO DO VÃO DA GARAGEM.	76
7.3.	TRANSCRIÇÃO DE PARTE DO RELATÓRIO SOBRE OS AZULEJOS DA COZINHA	78
7.4.	FICHAS DOS PALÁCIOS ESTUDADOS	79
7.4.1.	Palácio Alcáçovas	80
7.4.2.	Palácio Andrade Lumiares Cunha e Meneses	82
7.4.3.	Palácio Azurara	84
7.4.4.	Palácio Belmonte Pátio de D. Fradique	86
7.4.5.	Palácio dos Carvalhos Pombal	88
7.4.6.	Palácio do Conde Barão de Alvito	90
7.4.7.	Palácio dos Condes de Almada da Independência	92
7.4.8.	Palácio dos Condes dos Arcos do Salvador	94
7.4.9.	Palácio dos Condes de Figueira	96
7.4.10.	Palácio dos Condes de Murça	98
7.4.11.	Palácio dos Condes de Redondo	100
7.4.12.	Palácio dos Copeiros Mores de Braço de Prata Coimbra	102
7.4.13.	Palácio Flor da Murta	104
7.4.14.	Palácio do Marquês de Tancos	106
7.4.15.	Palácio dos Marqueses de Ficalho	108
7.4.16.	Palácio dos Marqueses de Minas	110
7.4.17.	Palácio Pancas Palha Van Zeller	112
7.4.18.	Palácio de Santo Estêvão dos Azevedo Coutinho	114
7.4.19.	Palácio dos Teles de Melo	116
7.4.20.	Palácio Teles de Meneses	118
7.5.	RIGOROSOS DO PALÁCIO DO “BICHINHO DE CONTA”	121

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1: Retrato de D. Filipe II de Espanha (1527-1598). http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Portrait_of_Philip_II_of_Spain_by_Sofonisba_Anguissola_-_002b.jpg [19/10/2012].	3
Figura 2: Retrato de D. João IV (1604-1656). http://en.wikipedia.org/wiki/File:Joao_IV.jpg [19/10/2012].	4
Figura 3: Retrato de D. Pedro II (1648-1706). http://pnsintra.imc-ip.pt/Data/ContentImages/Pintura_1_Pedro%20II_B.JPG [19/10/2012].	6
Figura 4: Pintura de um engenho de açúcar, século XVII. http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Engenho_com_capela.jpg [19/10/2012].	7
Figura 5: Retrato de D. João V (1689-1750). http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:John_V_of_Portugal_Pompeo_Batoni.jpg [19/10/2012].	8
Figura 6: Retrato do Marquês de Pombal. http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Louis-Michel_van_Loo_003.jpg [19/10/2012].	9
Figura 7: Localização relativa dos palácios seleccionados para o estudo prévio. Montagem do autor sobre imagem retirada de: maps.google.pt [19/10/2012].	11
Figura 8: Planta esquemática do Palácio Teles de Meneses. Desenho do autor sobre imagem retirada de: maps.google.pt [19/10/2012].	13
Figura 9: Planta esquemática do Palácio dos Copeiros Mores. Desenho do autor sobre imagem retirada de: maps.google.pt [19/10/2012].	14
Figura 10: Planta esquemática do Palácio dos Condes de Redondo. Desenho do autor sobre imagem retirada de: maps.google.pt [19/10/2012].	15
Figura 11: Planta esquemática do Palácio de Azurara. Desenho do autor sobre imagem retirada de: maps.google.pt [19/10/2012].	16
Figura 12: Fachada principal do Palácio do Marquês de Tancos. Fotografia do autor [2011].	17
Figura 13: Exemplo de gelsias numa janela de sacada. http://www.descubraminas.com.br/Upload/Foto/0009444_O.jpg [19/10/2012].	18
Figura 14: Pátio do Palácio Belmonte. Fotografia do autor [2011].	20
Figura 15: Portal nobre do corpo Sul do Palácio dos Marqueses de Minas. Fotografia do autor [2011].	21
Figura 16: Exemplo de um friso ao nível do pavimento do andar nobre. Fotografia do autor [2011].	22
Figura 17: Fachada do Palácio Redondo. Fotografia do autor [2011].	24

Figura 18: Planta esquemática do pátio e das escadarias do Palácio dos Condes de Arcos. Desenho do autor sobre imagem retirada de: maps.google.pt [19/10/2012].	25
Figura 19: Esquema das escadarias do Palácio Belmonte. Desenho do autor sobre imagem retirada de: maps.google.pt [19/10/2012].	26
Figura 20: Planta esquemática das escadarias do Palácio dos Copeiros Mores. Desenho do autor sobre imagem retirada de: maps.google.pt [19/10/2012].	27
Figura 21: Escadarias nobres do Palácio dos Carvalhos. Fotografia do autor [2012].	29
Figura 22: “Casa” de acesso à galeria que abastece o Chafariz da Rua de “O Século”. Fotografia do autor [2012].	33
Figura 23: Fachada principal do Convento de Nossa Senhora da Conceição dos Cardais. Fotografia do autor [2012].	34
Figura 24: Retrato de Dom Rodrigo de Sousa Coutinho, 1º Conde de Linhares. http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Rodrigo_de_Sousa_Coutinho.jpg [19/10/2012].	37
Figura 25: Retrato de Dona Isabel Juliana. http://www.geneall.net/P/per_page.php?id=17486 [19/10/2012].	39
Figura 26: Cartaz publicitário da fábrica de licores Âncora. http://purl.pt/19053/1/ct-8183-a_JPG/ct-8183-a_JPG_24-C-R0150/ct-8183-a_0001_1_t24-C-R0150.jpg [19/10/2012].	40
Figura 27: Planta esquemática da inserção do Palácio do “Bichinho de Conta”. Desenho do autor sobre imagem retirada de: maps.google.pt [19/10/2012].	44
Figura 28: Montagem das cartas nº35 e nº 42 elaboradas por Filipe Folque (<i>circa</i> 1857). Nº35: http://arquivomunicipal.cm-lisboa.pt/xarqdigitalizacaocontent/Imagem.aspx?ID=1899806&Mode=M&Linha=1&Coluna=1 [19/10/2012]. Nº42: http://arquivomunicipal.cm-lisboa.pt/xarqdigitalizacaocontent/Imagem.aspx?ID=1899715&Mode=M&Linha=1&Coluna=1 [19/10/2012].	45
Figura 29: Montagem das cartas nº35 e nº 42 elaboradas por Francisco e César Goullard (<i>circa</i> 1878). Nº35: http://arquivomunicipal.cm-lisboa.pt/xarqdigitalizacaocontent/Imagem.aspx?ID=711148&Mode=M&Linha=1&Coluna=1 [19/10/2012]. Nº42: http://arquivomunicipal.cm-lisboa.pt/xarqdigitalizacaocontent/Imagem.aspx?ID=711156&Mode=M&Linha=1&Coluna=1 [19/10/2012].	46
Figura 30: Montagem das cartas 10G e 10F elaboradas por Silva Pinto (<i>circa</i> 1911). 10G: http://arquivomunicipal.cm-lisboa.pt/xarqdigitalizacaocontent/Imagem.aspx?ID=1847158&Mode=M&Linha=1&Coluna=1 [19/10/2012]. 10F: http://arquivomunicipal.cm-lisboa.pt/xarqdigitalizacaocontent/Imagem.aspx?ID=1846488&Mode=M&Linha=1&Coluna=1 [19/10/2012].	47
Figura 31: Fotografia do Palácio visto de norte. http://arquivomunicipal.cm-lisboa.pt/x-arqweb/(S(01iucvq0e4itjh55xydihz55))/ContentPage.aspx?ID=9524e27387490001e240&Pos=1&Tipo=PCD [19/10/2012].	48
Figura 32: Ampliação de uma das onze janelas de sacada do andar nobre. Fotografia do autor [2011].	49
Figura 33: Fachada principal do Palácio do “Bichinho de Conta”. Desenho do autor sobre levantamento do gabinete PPST arquitectura, Lda. [2012].	50

Figura 34: Porta da garagem. Fotografia do autor [2011].	51
Figura 35: Porta de loja. Fotografia do autor [2011].	51
Figura 36: Portal nobre. Fotografia do autor [2011].	51
Figura 37: Vão de janela. Fotografia do autor [2011].	51
Figura 38: Vão de janela/porta. Fotografia do autor [2011].	52
Figura 39: Vão de janela. Fotografia do autor [2011].	52
Figura 40: Capeamento do basamento. Fotografia do autor [2011].	52
Figura 41: Pilastra no extremo norte. Fotografia do autor [2011].	52
Figura 42: Terceiro Piso. Fotografia cedida por PPST arquitectura, Lda. [data desconhecida].	52
Figura 43: Gárgula do cunhal. Fotografia do autor [2011].	52
Figura 44: Planta do andar nobre do Palácio do “Bichinho de Conta”. Desenho do autor sobre levantamento do gabinete PPST arquitectura, Lda. [2012].	53
Figura 45: Aspecto do tecto com sanca em curva da sala assinalada no ponto 2. Fotografia cedida por PPST arquitectura, Lda. [data desconhecida].	54
Figura 46: Aspecto geral da cozinha original. Fotografia cedida por PPST arquitectura, Lda. [data desconhecida].	55
Figura 47: Planta do terceiro piso do Palácio do “Bichinho de Conta”. Desenho do autor sobre levantamento do gabinete PPST arquitectura, Lda. [2012].	57
Figura 48: Janela do “quarto das raparigas” vista do jardim. Fotografia cedida por PPST arquitectura, Lda. [data desconhecida].	58
Figura 49: Corte transversal do corpo principal do Palácio. Desenho do autor sobre levantamento do gabinete PPST arquitectura, Lda. [2012].	58
Figura 50: Planta do piso térreo do Palácio do “Bichinho de Conta”. Desenho do autor sobre levantamento do gabinete PPST arquitectura, Lda. [2012].	60
Figura 51: Arco do antigo átrio. Fotografia do autor [2011].	61
Figura 52: Planta esquemática da articulação do átrio primitivo e das escadarias. Desenho do autor sobre levantamento do gabinete PPST arquitectura, Lda. [2012].	62

Figura 53: Panorâmica actual do átrio. Fotografia do autor [2011].	62
Figura 54: Fotografia do topo das escadarias. Fotografia cedida por PPST arquitetura, Lda. [data desconhecida].	63
Figura 55: Documento que dá deferimento ao requerimento para abertura de vão de porta. Arquivo Municipal de Lisboa: Obra 22181 processo 268/1ºREP/PG/1877 Folha 2.	75
Figura 56: Requerimento para a prorrogação da licença de alargamento do portão da garagem (1940). Arquivo Municipal de Lisboa: Obra: 22181 Processo: 23807/DSC/PET/1940 Folha 1.	76
Figura 57: Desenho do primeiro requerimento para o alargamento do portão da garagem (1939). Arquivo Municipal de Lisboa: Obra: 22181 Processo: 5628/DSC/PG/1939 Folha 5.	77

1. INTRODUÇÃO

1.1. OBJECTO DE ESTUDO

O objecto de estudo do presente trabalho é o Palácio do “Bichinho de Conta”, no contexto da arquitectura da casa nobre na segunda metade do século XVII e primeira metade do século XVIII, em Lisboa. Também identificado como Palácio dos Monteiro Paim, encontra-se inserido no limite Oeste da malha urbana do Bairro Alto, na antiga Rua Formosa, hoje Rua de “O Século”. Ladeado pelo Largo do chafariz da Rua Formosa, este palácio, de proporções modestas, é vizinho do Palácio dos Carvalhos, antiga residência do famoso Marquês de Pombal, e do palácio do industrial francês Jácome Ratton.

1.2. MOTIVAÇÕES

O período que vai entre a Restauração e o terramoto de 1755 é marcado por duas fases de características contrastantes dominadas por dois acontecimentos: a guerra da Restauração e a sistematização da exploração do ouro no Brasil. É à segunda metade do século XVII que normalmente se associam os palácios ditos “seiscentistas”, estudados nesta dissertação, supostamente concebidos após a Restauração, mais concretamente após os vinte e oito anos de guerra pela independência. Esta hipótese associava a austeridade das fachadas à efectiva austeridade económica que o País atravessava. Por outro lado, as poucas datas consistentes referentes à concepção ou renovação da habitação nobre desta tipologia, parecem apontar para o primeiro quartel do século XVIII, quando a entrada do ouro do Brasil já era uma realidade. Na verdade, o Palácio do “Bichinho de Conta”, caso exemplar desta tipologia “seiscentista”, parece surgir já no fim do primeiro quartel do século XVIII, no dealbar do chamado Barroco português ou estilo joanino.

O Palácio do “Bichinho de Conta”, exemplar relativamente incógnito, foi escolhido com a intenção de elaborar um retrato da casa nobre deste período. A principal razão para a escolha deste caso prende-se com a ausência de qualquer trabalho académico sobre este edifício. Muitas das referências literárias existentes sobre o Palácio acabam por se restringir à identificação de quem foram os seus proprietários e residentes. Esta tendência acontece à generalidade das abordagens feitas a este tipo de imóveis, revelando-se, quase sempre, como longas exposições biográficas sobre antigos proprietários, com pouco ou nenhum interesse ao nível da disciplina de arquitectura.

A ausência de estudos assentes numa perspectiva arquitectónica é mais evidente quando nos referimos a palácios de menor visibilidade, como é o caso aqui abordado. Com projecto de alteração aprovado pelo município, a escolha deste caso torna-se ainda mais oportuna por forma a permitir um registo mais assertivo do que o palácio terá sido, tendo em conta que os casos de intervenções que se vão sucedendo neste tipo de edifícios serem tão descaracterizadores.

1.3. OBJECTIVOS

O trabalho que aqui se apresenta tem como objectivo específico a elaboração de um estudo monográfico sobre o Palácio do “Bichinho de Conta”. Este estudo incidirá principalmente sobre as opções arquitectónicas da fachada e sobre a organização tipológica da planta. Também terá lugar uma pequena abordagem biográfica dos proprietários e habitantes deste imóvel.

Para contextualizar o principal objectivo, o trabalho propõe-se, ainda, registar e interpretar a arquitectura habitada pela aristocracia em Lisboa durante a segunda metade do século XVII e princípios do século XVIII. Este estudo comparativo incidirá sobre vinte casos estudo escolhidos por serem contemporâneos do Palácio do “Bichinho de Conta”.

Com um vasto património desta natureza espalhado pela cidade, com ocupações tão diversas ou por vezes simplesmente desocupados, torna-se importante encontrar um conjunto de regras de intervenção específicas para este tipo de imóvel. Será possível o desenvolvimento de um programa de ocupação que dignifique verdadeiramente a memória deste género de edificação?

1.4. METODOLOGIA E ESTRUTURA

O presente documento consiste, essencialmente, num trabalho de natureza exploratória, baseado em pesquisa bibliográfica e na observação *in loco*.

A pesquisa bibliográfica incidiu sobre os seguintes temas: interpretação do contexto histórico num período entre a Restauração e o início da governação de Pombal; na identificação dos proprietários e das personalidades que habitaram neste Palácio; na compilação de informação desenhada e escrita sobre os vinte casos do estudo de contextualização; na recolha de informação referente ao Palácio, nomeadamente de peças desenhadas e escritas.

Por sua vez, a observação *in loco* concentrou-se no levantamento fotográfico dos vinte casos de contextualização, em complemento à informação desenhada e escrita, e no levantamento fotográfico possível do caso estudo – Palácio do “Bichinho de Conta”.

As informações dos casos de estudo serão organizadas em vinte fichas que incluem uma síntese das características de cada um dos vinte palácios, bem como uma pequena análise mais descritiva. Ordenadas por ordem alfabética nos anexos da dissertação, as fichas seguem um modelo tipo, organizado em três grupos. O primeiro grupo, mais centrado nos aspectos gerais da implantação do palácio. O segundo centra-se na análise mais detalhada das fachadas exteriores. O terceiro grupo incide sobre a análise das escadarias nobres e dos respectivos espaços de articulação com o exterior, portais nobres, pátios, átrios e vestíbulos.

As conclusões serão alcançadas mediante uma análise comparativa entre os vinte casos estudo e o Palácio do “Bichinho de Conta”.

2. PORTUGAL – CEM ANOS DE HISTÓRIA

2.1 INTRODUÇÃO

De natureza eminentemente sucinta, o texto desenvolvido neste capítulo visa compreender que país era Portugal durante o período em que foi construído o palácio do “Bichinho de Conta”. Sendo a data exacta da construção uma incógnita, a análise aqui apresentada compreende um intervalo de tempo simbólico de, aproximadamente, cem anos, grosseiramente balizado por dois acontecimentos históricos marcantes na nossa História: a Restauração da Independência em 1640, e o governo de Pombal. Este período é suficientemente lato por forma a abranger o ano da construção do Palácio, bem como permitir uma contextualização mais credível do período em causa.

2.2 A RESTAURAÇÃO

Os sessenta anos da monarquia dualista ficaram definidos pelo rei D. Filipe II (D. Filipe I de Portugal) nas Cortes de Tomar. Os vinte e cinco capítulos assinados pelo Rei garantiram ao País uma grande autonomia na administração de Portugal e do Império Ultramarino, que ficou inteiramente nas mãos dos portugueses. Mesmo assim, um grande número de nobres recusou estabelecer-se em Madrid ou a participar nas questões de estado retirando-se para as suas terras quando se tornou evidente a discriminação a que eram sujeitos a favor dos aristocratas Castelhanos. Paralelamente a este facto, a administração central, dirigida ou influenciada pelo governo de Madrid, sobrepunha-se aos interesses de uma



Figura 1: Retrato de D. Filipe II de Espanha (1527-1598). Filho de Carlos V, Imperador do Sacro Império Romano Germânico, e de Dona Isabel de Portugal, filha de D. Manuel I (Sofonisba Aguinssola | circa 1564 | Museu do Prado).
Fonte: es.wikipedia.org

parte da aristocracia, cuja participação nos negócios de Estado tendia a decrescer. Sentimento patriótico da nobreza nacional, ou menos tacto do governo central aos seus interesses,

opunham muitas vezes a aristocracia, que se tinha recolhido para a província, contra Lisboa, onde se localizavam os aristocratas partidários de Madrid¹.

De uma óptica meramente económica, a situação deteriorava-se desde 1620 ou mesmo antes. Muitas das justificações que haviam legitimado a união das duas coroas perderam significado devido ao desenvolvimento desfavorável da situação económica. O Império Português atravessava uma séria crise devido às investidas militares de holandeses, ingleses e franceses. O tráfico português entre Lisboa e a Índia reduzira-se a menos de um terço desde 1580, deixando esta rota de ser a principal fonte de riqueza do País. Apesar da crescente influência das restantes potências, Portugal permaneceu como a maior potência ocidental no oceano Índico até à década de 1640. Incursoes militares holandesas a Malaca, a Macau e a



Figura 2: Retrato de D. João IV (1604-1656). Fundador da 4ª Dinastia. trinetado do rei Manuel I de Portugal, através da duquesa D. Catarina, Infanta de Portugal, sua avó paterna. Ficou para a história como O Restaurador (Avelar Rebelo | 1643 | Paço de Vila Viçosa).
Fonte: en.wikipedia.org

Goa foram sustidas. Sucessivos conflitos com os nativos eram vencidos pelas forças portuguesas. “Se a Holanda e a Inglaterra haviam conseguido firmar-se no mundo asiático até às décadas de 1630 e 1640, isso deveu-se muito mais a que parecia haver espaço para todos do que a uma derrota e substituição de Portugal por esses dois países². Perdera-se apenas o monopólio comercial com o Oriente. Mesmo o tráfico no Atlântico declinara com os sucessivos ataques ao Brasil e à costa ocidental africana. O número crescente dos ataques e a escassez ou falta total de reforços militares vindos da metrópole explicam as grandes derrotas sofridas por Portugal a partir de 1630. A coroa espanhola estava em guerra um pouco por toda a parte e esgotava tanto os

seus recursos como os recursos portugueses nos conflitos que mantinha. Não havia verbas suficientes para se construírem e armarem navios com exércitos equipados para onde quer que o império português e espanhol sofressem ataques: na América, em África, na Ásia³.

A perda de vantagens na união, um sentimento de nacionalidade forjado durante quase cinco séculos de independência e a concentração de esforços militares espanhóis na revolta que tinha surgido em Junho de 1640 na Catalunha, foram motivos suficientes para aspirar a recuperar a independência. Apesar de tudo os portugueses de 1640 não partilhavam um sentimento de unidade nacional. Se por um lado as classes inferiores sustentavam uma fé

¹ A. H. de Oliveira MARQUES – *Breve História de Portugal*. Lisboa: Editorial Presença, 1995.

² MARQUES, op. cit. pág. 310.

³ MARQUES, op. cit.

nacionalista aderindo inequivocamente a D. João IV, por outro lado a nobreza, muitas vezes com laços familiares em Espanha, hesitou e só alguns dos nobres alinharam com o Duque de Bragança. Muitos nobres mantiveram-se em posição dúbia, outros aguardaram um momento mais oportuno até se decidirem, outros ainda continuaram a servir Filipe IV. Entre 1640 e 1670 procedeu-se a uma reorganização geral da nobreza, com o objectivo de reconstruir uma nobreza de espada mais submissa. Metade dos grandes títulos nobiliários existentes desapareceu, sendo extintos 34 títulos, na maioria por motivo de traição a favor de Espanha, e criados 34 novos, permitindo a ascensão de “nobres de toga” ou de fidalgos⁴. Quanto aos burgueses, a grande maioria foi apanhada de surpresa não tendo tido sequer oportunidade de participar no movimento separatista. A sua postura depois de 1640 mostrou-se de expectativa neutral. Muitos dos mercadores e capitalistas mantinham os seus negócios nos dois países, possuindo em Espanha, ou no Império Espanhol, boa parte dos seus bens e interesses. “Outro grupo, porém, com um núcleo importante de cristãos-novos e conexões de relevo fora da Península Ibérica, apoiou a revolução e ajudou a financiá-la”⁵. Os negócios deste grupo dependiam muito pouco de Espanha e suas possessões, e mais do comércio com o Brasil e com a Europa Ocidental e Setentrional. Estas rotas usufruíram de fortes incentivos do novo governo joanino, como contrapartida do anterior pan-iberismo económico, beneficiando numerosos mercadores e cativando-os para a causa da independência. Empréstimos conseguidos de companhias judaicas permitiram comprar navios, munições e recrutar soldados essenciais na guerra que se desenrolava.

2.3 A INDEPENDÊNCIA

Proclamar a separação foi relativamente simples. Mais complicado seria agora conseguir conservá-la, o que custou 28 anos de guerra com Madrid. Este período revela-se bastante adverso aos interesses de Portugal. A guerra com Espanha e os ataques estrangeiros ao Império e aos navios portugueses prejudicaram o comércio à distância. Por volta de 1665, e depois de vinte e cinco anos de derrotas sucessivas, o outrora poderoso Império da Ásia estava reduzido a Goa, Damão, Diu, Baçaim e meia dúzia de insignificantes fortalezas na Índia, a Macau, na China, e a metade de Timor, na Indonésia. É preciso realçar que o governo de Lisboa vira-se obrigado a uma escolha decisiva nas décadas de 1640 e 1650, a fim de salvar algumas possessões do Império. A estratégia consistiria em favorecer o Brasil e as possessões na costa africana em detrimento da Ásia. Os governantes portugueses aperceberam-se que não tinham forças para resistir por todo o Império. Desapareceu, também, o proveitoso tráfico terrestre com Espanha. No Atlântico, a situação começou por ser igualmente desastrosa, com a perda de parte de Angola e de S. Tomé. Contudo, aí foi possível uma reacção bem sucedida, graças a conflitos de tipo económico e político dentro da própria Holanda, e sobretudo à

⁴ MARQUES, op. cit.

⁵ MARQUES, op. cit. pág. 300.

posição adoptada pelos colonos portugueses no Brasil: a revolta contra os holandeses iniciara-se aqui por volta de 1644, terminando numa vitória absoluta para Portugal dez anos depois. Angola e S. Tomé foram recuperados em 1648. A diplomacia externa também é marcada por uma série de desaires, incluindo a recusa da Santa Sé em reconhecer a secessão de Portugal, negando, inclusive, todas as súplicas de confirmação de bispos para as dioceses que iam vagando.

O factor dominante do comércio externo português depois de 1640 foi a gradual rendição aos interesses ingleses e holandeses reflectidos nos tratados com Inglaterra em 1654⁶ e 1661, e com a Holanda em 1661⁷. A aliança política que ratificou o tratado de 1661⁸

(casamento da princesa Dona Catarina com Carlos II de Inglaterra) ajudou a promover Inglaterra a sócio número um nas relações comerciais com Portugal. Contudo o governo

de D. João IV (1640-1656) tentou novamente estabelecer companhias mercantis como a “Companhia para o comércio com o Brasil”. A grande cultura no Brasil dos séculos XVI e XVII, aquela que promoveu a colonização e a ocupação do solo, atraindo colonos de variadas partes, foi a da cana-de-açúcar⁹. O surto do Brasil como maior produtor de açúcar nesses dias arruinou por completo a economia açucareira da ilha da Madeira, compensando, por outro lado, o declínio do comércio com o Oriente. Foi o açúcar que permitiu à Coroa portuguesa abandonar a Índia sem perturbações de maior para a economia da Metrópole e sem grandes preocupações quanto ao futuro.



Figura 3: Retrato de D. Pedro II (1648-1706). Terceiro filho de D. João IV e Dona Luísa de Gusmão. Por ter assinado a paz com Espanha ficou conhecido como *O Pacífico* (António de Sousa | finais do séc. XVII | Palácio Nacional de Sintra).

Fonte: pnsintra.imc-ip.pt

⁶ O tratado de Westminster é, por norma, referenciado como o início da supremacia política britânica relativamente a Portugal. O reino português empregou o seu potencial e importância mercantil e estratégica, para unir-se ao Reino Unido de Cromwell (1653-1658), garantindo a defesa da sua independência. Em troca desta, a Coroa portuguesa teve de dar amplas concessões económicas e comerciais, quer no Reino quer nos seus territórios imperiais, satisfazendo os desejos económicos (segurança das rotas atlânticas), políticos (isolamento da França) e estratégicos (utilização dos portos portugueses) do reino britânico. (BRAZÃO, Eduardo - *A Diplomacia Portuguesa nos Séculos XVII e XVIII*, vol. I. Lisboa: Resistência, 1979-1980).

⁷ A paz com a Holanda foi assinada apenas em 1661 devido aos interesses que os holandeses mantinham na Ásia e Atlântico. (MARQUES, op. cit.)

⁸ Neste tratado foram ainda cedidas as praças de Bombaim, na Índia, e de Tânger, no Norte de África, acentuando mais a decadência da presença portuguesa na Ásia. (MARQUES, op. cit.)

⁹ Para além da cana de açúcar outras actividades económicas valorizavam a importância da colónia como o comércio de pau-brasil, de algodão, de tabaco e a criação de gado. A cultura do tabaco é que nunca parou de se desenvolver. (MARQUES, op. cit.)



Figura 4: Pintura de um engenho de açúcar, século XVII.
Engenho de açúcar na capitania de Pernambuco no século XVII, de um autor holandês (Frans Post | 1667 | Fundação Maria Luisa e Oscar Americano – São Paulo).
Fonte: pt.wikipedia.org

Durante o reinado de D. Afonso VI (1656-1662) não ocorreram mudanças essenciais. O novo rei, menor de idade, era física e mentalmente incapaz de governar. A regência, personalizada na rainha-mãe D. Luísa de Gusmão, que deveria ter acabado em 1657, foi-se prolongando indefinidamente. Esta situação favorecia os nobres – sobretudo um grupo conservador de nobres – que aumentaram o seu poder consideravelmente. Estas condições levaram a que em Setembro de 1667, o Duque de Cadaval em aliança com o príncipe D. Pedro (partidários da paz com Espanha), perpetrassem um novo golpe de estado. D. Pedro assumiu o título de príncipe regente (1667-1683), restaurou os nobres como classe ao seu primitivo poder e casou com a mulher do irmão, Dona Maria Francisca (1668), depois de se ter provado a impotência do monarca e obtido assim a dissolução do matrimónio. D. Pedro coroou-se rei (1683-1706) apenas após a morte do irmão D. Afonso VI. Em Espanha, Filipe IV falecera em 1665 e seu filho Carlos II ascendera ao trono com apenas quatro anos de idade. Reuniam-se assim todas as condições para a paz, possibilitando a assinatura do Tratado de Lisboa em Fevereiro de 1668 que reconheceu a independência plena de Portugal. Mantiveram-se inalteráveis as fronteiras e possessões de Portugal. Apenas Ceuta¹⁰ permaneceu em poder da Espanha.

¹⁰ Conquistada em 1415, marca o início da expansão marítima portuguesa. Ainda hoje mantém no centro da sua bandeira o escudo português sobre um fundo em gomos pretos semelhante ao fundo da bandeira do município de Lisboa.

2.4 O ABSOLUTISMO

A complexa estrutura económica desta época teve, não obstante, um denominador comum: o Brasil. Todavia, a existência do Brasil e o seu peso sobre toda a vida portuguesa de então não devem fazer esquecer a realidade e o surto de uma economia portuguesa europeia, baseada na agricultura, no comércio e até nos primeiros produtos de uma incipiente indústria, fruto de políticas fomentadas pelo Conde da Ericeira¹¹. Até finais do século XVII, muito pouco ouro e prata haviam sido achados no Brasil¹² e como os metais preciosos de origem africana se mostravam igualmente raros, Portugal tinha de depender das importações de ouro e de prata de Espanha para pagar os défices da balança comercial. Em Espanha, todavia, as produções de metais preciosos decaíram significativamente a partir dos



Figura 5: Retrato de D. João V (1689-1750). Recebeu os cognomes de O *Magnânimo* ou O *Rei-Sol Português*, em virtude do luxo de que se revestiu o seu reinado (Pompeo Batoni | data desconhecida | Palácio Nacional da Ajuda).
Fonte: pt.wikipedia.org

finais de 1660, sendo adoptadas sucessivas medidas que travassem a saída do ouro do país. Com o fim da crise económica (1669-92) e a descoberta das minas de ouro no Brasil surgiram maiores dificuldades para as recém-criadas indústrias¹³. Voltou a prosperidade baseada nas exportações de vinho, azeite, açúcar, tabaco, etc., sendo fácil pagar em ouro o défice da balança comercial. A política de industrialização teve de ser abandonada. Nos começos do

¹¹ Apoiante de D. Pedro II contra D. Afonso VI, foi nomeado vedor da Fazenda. Juntamente com o Marquês de Fronteira pôs em prática uma política mercantilista. Portugal encontrava-se num período de crise económica internacional e era necessário obter saldos positivos na balança comercial portuguesa. São da sua responsabilidade as leis "pragmáticas" de 1677 e 1686 que proibiam o uso de tecidos importados. Paralelamente a estas medidas fomentou o desenvolvimento das manufacturas portuguesas. Mandou vir técnicos ingleses e italianos especializados na produção de lanifícios e sedas, mandou plantar amoreiras e fomentou a criação de bichos-da-seda. Criou novas fábricas nos locais onde já havia actividade artesanal: Lanifícios do Alentejo (Portalegre); Lanifícios da Beira (Fundão e Covilhã); Sedas de Trás-os-Montes. ([http://www.infopedia.pt/\\$conde-de-ericeira](http://www.infopedia.pt/$conde-de-ericeira) [18/9/2011]).

¹² Em 1699, Lisboa recebia os primeiros 514 Kg de ouro, enviados directamente do Rio. Aumentando nos anos imediatos: de 2000 Kg em 1701 chegou-se a 25 000 Kg em 1720. Daí em diante, as quantidades de ouro mantiveram-se sempre abaixo do nível dos 20 000 Kg. Os valores foram depois baixando definitivamente: menos de 1500 Kg na década de 1760, pouco mais de 1000 Kg nas de 1770 e 1780. (MARQUES, op. cit.)

¹³ As dificuldades para esta recente indústria devem-se a vários factores de que se destacam: a recuperação dos preços a nível internacional, o novo impulso do tráfico colonial, a descoberta de minas de ouro no Brasil e a assinatura do Tratado de Methuen, em 1703, que obrigava a abertura do mercado aos lanifícios ingleses. ([http://www.infopedia.pt/\\$crises-economicas-\(sec.-xvii\)](http://www.infopedia.pt/$crises-economicas-(sec.-xvii)) [18/9/2011]).

século XVIII, circunstâncias particularmente favoráveis levaram à assinatura, em 1703, do tratado de Methuen, nos termos do qual os tecidos de lã ingleses seriam admitidos em Portugal, enquanto os vinhos portugueses entrariam em Inglaterra pagando dois terços dos direitos pagos pelos Franceses. Em quantidades totais, o ouro do Brasil foi muito além de todo o ouro que Portugal jamais recebera de África e da América espanhola no século XVI. Na sua maioria saiu para Inglaterra, Holanda, Génova e outras regiões da Europa. Serviu pois para estimular a economia de toda a Europa, particularmente a inglesa.

No final do século XVI, a aristocracia portuguesa abrangia umas três categorias diferentes que se mantiveram até finais do século XVIII. No topo situava-se a nobreza de espada ou nobreza de corte, composta pela maioria dos titulares (também chamados grandes por influência espanhola) pelos altos funcionários da administração e pelos comandantes militares e navais. A seguir a este primeiro grupo vinha a nobreza de toga, incluindo membros dos tribunais de justiça, advogados, professores universitários e a maior parte dos detentores de cargos administrativos. Por fim surgia a nobreza rural, vivendo das suas rendas, apenas ligeiramente afectada pelas grandes transformações estruturais do século¹⁴. A “eleição” de D. João IV, a regência de D. Luísa de Gusmão, a deposição de D. Afonso VI e a entrega, tanto do trono como da linha de hereditariedade, ao seu irmão mais novo, D. Pedro, não se fizeram sem o apoio da classe nobre e a sua interferência directa nos negócios do reino. Nos finais do século XVII os grandes proprietários detinham firmemente um lugar nos círculos de governação, competindo com a burguesia e com o rei nas práticas do comércio, contribuindo



Figura 6: Retrato do Marquês de Pombal.

Vê-se ao fundo a partida dos Jesuítas de Lisboa (Louis-Michel van Loo, Claude Joseph Vernet | 1766 | Museu da Cidade de Lisboa).

Fonte: pt.wikipedia.org

¹⁴ MARQUES, op. cit.

para enfraquecer o surto de uma classe média e impedir o seu desenvolvimento normal. Apesar da crise internacional de 1669-92, que afectou as exportações de açúcar do Brasil, será neste período, após a assinatura do tratado de paz e até finais do século XVII, que se acredita terem sido efectuadas a maior parte das reestruturações e novas edificações da aristocracia em Lisboa. Esta fase renovadora marca a consolidação da independência através do restabelecimento da vida aristocrática na cidade, quer através da consagração da nobreza de espada, que apoiara a independência e participara na guerra, quer da nova aristocracia de toga.

O final do século XVII e o início do século XVIII foram épocas de mudança no equilíbrio de poder com uma crescente centralização e afirmação do poder real. Toda a instituição que tendesse a enfraquecer esse poder teria de declinar e de ser extinta. Foi o que aconteceu com as Cortes. Depois de um curto período nos meados do século XVII, o seu papel eclipsou-se de todo. Outro sintoma da concentração do poder foi o declínio do governo por conselhos. O seu apogeu conseguira-se no tempo de D. João IV e de D. Pedro II, épocas em que o poder estivera praticamente partilhado entre rei (com os seus secretários) e conselhos de nobres. Durante o reinado de D. João V (1707-1750) alargou-se o papel da Coroa, acompanhado de um maior número de burocratas e intelectuais. O aumento de impostos e o ouro do Brasil deram ao monarca os meios de controlar a nobreza mediante tenças e dádivas. A nobreza mais tradicional inicia neste período o seu declínio e vê-se obrigada a aceitar a concorrência crescente de burocratas, homens de letras e, mais tarde, mercadores ricos. Esta mudança nas relações de poder teve o seu capítulo final durante o reinado de D. José (1750-1777) e sob o governo de Pombal quando, entre outras decisões, foi extinta a tão poderosa Companhia de Jesus (1759)¹⁵ e suprimida a influência na governação da velha e poderosa aristocracia de espada, após o tão conhecido Processo dos Távoras (1758-1759)¹⁶.

¹⁵ A grande ordem dos finais do século XVI e de todo o século XVII foi indubitavelmente a dos Jesuítas. Entraram apenas três em Portugal em 1540. Em 1600 havia já umas vinte casas de jesuítas por todo o país com cerca de 600 membros, incluindo noviciados, hospitais, asilos, escolas e seminários. Tinham uma universidade, a de Évora fundada em 1559, e vários colégios importantes. Os seus sacerdotes podiam encontrar-se por todo o Portugal e Ultramar. (MARQUES, op. cit.)

¹⁶ Pombal alvitrou uma conspiração de aristocratas que visava a substituição do Rei D. José pela sua filha D. Maria (segundo alguns historiadores) ou pelo próprio Duque de Aveiro (José de Mascarenhas da Silva e Lencastre). Após uma tentativa de regicídio (1758), supostamente encabeçada pelo Duque de Aveiro, Pombal viu a oportunidade para decapitar definitivamente a velha aristocracia. Foram presas numerosas pessoas, incluindo membros das casas de Alorna, Calhariz e Atougua. Implicados nesta conspiração estiveram, inclusive, os jesuítas. (MARQUES, op. cit.)

3. HABITAÇÃO ARISTOCRÁTICA DA LISBOA SEISCENTISTA

3.1 INTRODUÇÃO

Com o intuito de contextualizar o Palácio do “Bichinho de Conta” foi elaborado um estudo prévio sobre uma amostra de cerca de vinte palácios seus contemporâneos, após um levantamento preliminar de cerca de cinquenta palácios. Estas vinte escolhas foram feitas de acordo com três critérios. O primeiro, e mais importante, prende-se com a data aproximada de edificação ou de alterações profundas sofridas pelos imóveis. Procurou seleccionar-se edifícios erguidos durante o século XVII ou inícios do século XVIII, período em que terá sido edificado o Palácio em estudo. O segundo critério restringe a escolha a casos de natureza iminentemente urbana. Palácios com características explicitamente rurais, do género do Palácio das Galveias, que hoje se encontram perfeitamente integrados na malha urbana, não foram englobados no conjunto seleccionado. Por fim o terceiro critério, menos rigoroso, procurou seleccionar os Palácios por forma a conseguir um conjunto disperso (Figura 7) no que era o perímetro urbano da cidade de Lisboa do período assinalado. No extremo nascente são seleccionados os casos do Palácio dos Copeiros Mores e do Palácio Pancas Palha em Santa Apolónia, a poente o Palácio dos Condes de Murça em Santos, e no extremo norte o Palácio dos Condes de Redondo, perto da actual rotunda do Marquês de Pombal.

Deve salientar-se que não existem casos de estudo na Baixa Pombalina. Este facto é natural e de fácil entendimento se nos lembramos que esta área é toda ela reerguida após o



Figura 7: Localização relativa dos palácios seleccionados para o estudo prévio.

1-Pancas Palha; 2-Copeiros Mores; 3-Teles de Melo; 4-Teles de Meneses; 5-Santo Estêvão; 6-Arcos; 7-Azurara; 8-Belmonte; 9-Figueira; 10-Tancos; 11-Almada; 12-Redondo; 13-Andrade; 14-Minas; 15-Ficalho; 16-Carvalhos; 17-Alcáçovas; 18-Flor da Murta; 19-Conde Barão; 20-Murça.

Fonte: maps.google.pt

terramoto na segunda metade do século XVIII. Os poucos imóveis destinados à aristocracia erguidos nesta área seguem as premissas da reconstrução Pombalina, apenas diferindo do restante edificado através da ornamentação dos portais nobres¹⁷, como é o caso do Palácio do Caldas no Largo Adelino Amaro da Costa.

Devido à natureza breve do trabalho que aqui se apresenta, o estudo sobre os vinte casos apresentados também se relevou iminentemente sucinto. Para uma avaliação mais pragmática e eficiente, a análise incidiu essencialmente sobre as características exteriores dos Palácios recaindo, principalmente, sobre o desenho da fachada ou fachadas principais. Esta opção tem como excepção uma abordagem muito concisa efectuada às escadarias principais caracterizadas, normalmente, por terem um papel central na organização geral dos palácios.

¹⁷ José Augusto FRANÇA — *A reconstrução de Lisboa e a arquitectura pombalina*. 2ª Ed. Lisboa: Instituto de cultura e língua portuguesa, 1981.

3.2 IMPLANTAÇÃO

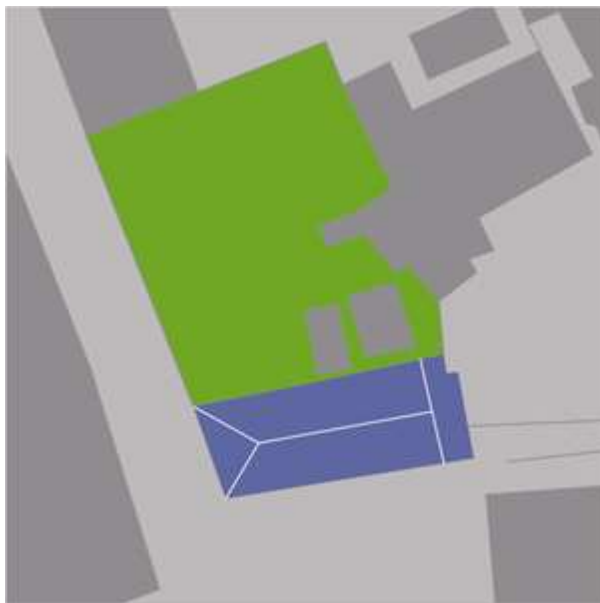


Figura 8: Planta esquemática do Palácio Teles de Meneses. Exemplo de uma planta claramente rectangular com uma cobertura contínua, inserido num gaveto simples. Também é visível parte do largo fronteiro à Igreja de São Vicente, para o qual se desenvolve a fachada Sul do Palácio.
Fonte: desenho do autor.

Em relação à implantação é difícil detectar a existência de alguma norma corrente. Na melhor das hipóteses pode afirmar-se que as fachadas principais, excepção feita ao Palácio Azurara, não se orientam para o quadrante norte. Fora este facto, as soluções são tão variadas quanto o contexto urbano e topográfico permite serem. Seria também de esperar que a inserção na malha urbana procurasse enfatizar sempre a importância aristocrática dos edifícios, destacando-os da envolvente, mas nem sempre tal acontece. Se por vezes a existência de um largo, mesmo que “inventado” (Palácio dos Carvalhos), ou de uma praça mais ampla (Almada) facultam o destaque esperado,

há também casos em que a inclusão na envolvente disfarça por completo a presença de uma habitação aristocrática (Minas).

A solução mais corrente parece ser a de uma inserção em gaveto simples, constituindo uma das esquinas de um cruzamento (Flor da Murta; Conde Barão; Carvalhos). Estes cruzamentos formam por vezes pequenos largos (Teles de Melo) que, em alguns casos, ganham maior dimensão por se encontrarem associados a igrejas (Murça; Teles de Meneses). No caso do Palácio do Marquês de Tancos a inserção em gaveto assemelha-se mais a uma cunha, ficando a fachada de tardoz escondida por um muro e relegando-se o papel cenográfico apenas para a fachada frontal.

Numa espécie de variação do gaveto simples, surge um conjunto de palácios que formam dois gavetos do quarteirão onde se inserem. Nesta solução os palácios apresentam em regra uma planta mais compacta (Santo Estêvão), por vezes com pátios residuais integrados (Azurara, Figueira), rematando quarteirões irregulares definidos por vias que convergem para o local do palácio. O Palácio Almada, também com dois gavetos, tem a particularidade de o pátio de dimensões consideráveis organizar toda a articulação interior/externa. O Palácio Ficalho, também delineando duas esquinas, resulta da junção de dois edifícios em L integrados num típico quarteirão do Bairro Alto.

O terceiro tipo mais comum de implantação refere-se aos edifícios que simplesmente se integram em frentes de rua. Alguns surgem fronteiros a largos (Arcos) ou cruzamentos (Redondo), permitindo uma leitura mais abrangente do conjunto, mas no caso do Palácio

Alcáçovas e do Palácio Minas a integração na envolvente é quase absoluta, sendo apenas distinguíveis devido ao carácter nobre da fachada pública.

Três exceções surgem aos três tipos de integração atrás referidos. Os dois primeiros são casos em que os edifícios surgem totalmente destacados da envolvente, sem qualquer edifício encostado, são eles o Palácio dos Copeiros Mores e o Palácio Andrade. A diferença entre ambos prende-se apenas com a localização. O Palácio dos Copeiros Mores é construído sobre a arribas da antiga margem do Rio Tejo, localizando-se nos antigos limites da

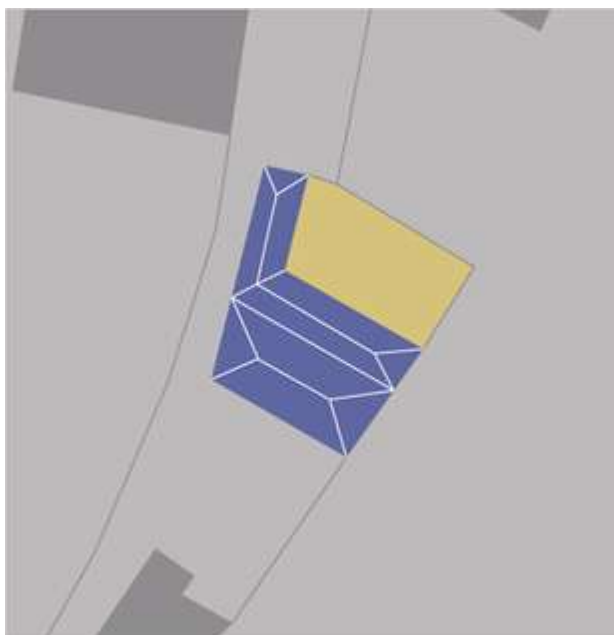


Figura 9: Planta esquemática do Palácio dos Copeiros Mores. Nesta figura podemos observar um dos dois palácios destacados, apresentando ainda uma planta em L. Mais uma vez a cobertura apresenta alguma regularidade.
Fonte: desenho do autor.

cidade de Lisboa, áreas, em geral, menos densificadas. No caso do Palácio Andrade a localização não podia ser mais contrária, situando-se no limite nascente do Bairro Alto numa zona bastante densa da cidade. O terceiro caso excepcional é o do Palácio Belmonte. Aqui, o edifício, embutido no quarteirão¹⁸ remete a leitura da fachada nobre para um pátio murado, localizado após a passagem de um primeiro portão nobre.

Em geral, a implantação dos palácios parece adaptar-se às condições pré-existentes, sejam elas de natureza topográfica ou urbana. Isto acontece até com os palácios erguidos nos antigos limites da cidade. Esperava-se que nestes casos as novas construções tivessem tido a capacidade para definir os padrões de expansão urbana. O que acontece aparenta ser precisamente o contrário, a implantação dos palácios molda-se às condições urbanas estabelecidas, nomeadamente a estradas de acesso à cidade onde se inserem (Pancas Palha, Redondo). Apesar deste facto, a maior parte dos imóveis procura garantir alguma salubridade, desafogo de vistas e privacidade aos seus habitantes através da sua implantação em largos¹⁹, cruzamentos²⁰ ou mesmo nas antigas margens do Rio²¹. No caso do Palácio Tancos e do Palácio Belmonte a própria topografia possibilita este desafogo. Apenas seis palácios²² surgem totalmente submergidos nos conjuntos urbanos onde se inserem, embora o Palácio da Flor da Murta e o Palácio Alcáçovas consigam compensar este facto, de alguma forma, com a existência de grandes áreas ajardinadas no tardoz.

¹⁸ O quarteirão onde o Palácio Belmonte se insere é o mesmo onde, mais a Sul, o Palácio Azurara remata com dois gavetos. Ambos se encostaram à antiga “cerca moura”, incluindo-a na sua estrutura bem como algumas das torres que a compunham.

¹⁹ Palácios fronteiros a largos (Arcos; Azurara; Almada; Figueira; Carvalhos; Conde Barão; Murça; Teles de Meneses).

²⁰ Palácios fronteiros a cruzamentos amplos (Redondo; Teles de Melo).

²¹ Palácios fronteiros à antiga margem do Rio Tejo (Copeiros Mores; Pancas Palha).

²² Palácios imersos na malha urbana (Alcáçovas; Andrade; Minas; Ficalho; Santo Estêvão; Flor da Murta).

Esta adaptação às condicionantes urbanas e topográficas parece ser contrariada pela planta da maior parte dos casos que, em geral, apresentam um desenho bem mais regular. Cerca de catorze dos casos apresentam uma planta de conformação regular. Estas variam entre as plantas rectangulares (Alcáçovas; Andrade; Murça; Almada; Teles de Meneses; Minas), e plantas em L (Carvalhos; Conde Barão; Copeiros Mores; Figueira; Flor da Murta). Não se pode dizer que estes sejam perfeitamente homogéneos na conformação atribuída neste estudo. Por exemplo, o Palácio Alcáçovas apresenta uma fachada tardoz bastante irregular comparativamente ao alçado principal, mas numa análise geral a forma rectangular sobrepõe-se no conjunto. O caso do Palácio Figueira apesar de um corpo já do final do século XVIII facultar ao palácio uma forma mais rectangular, na sua conformação do início do século XVIII apresenta-se com uma planta em L. O Palácio Ficalho é composto por dois corpos em L

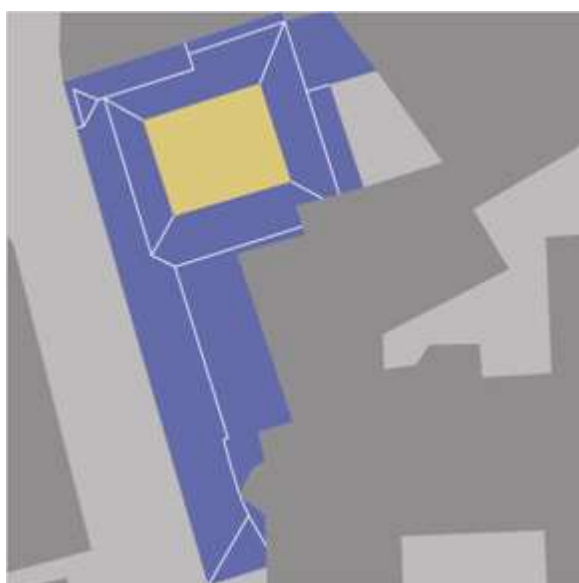


Figura 10: Planta esquemática do Palácio dos Condes de Redondo.

Um dos dois palácios com uma planta em P compondo uma frente de rua. É ainda visível a regularidade da cobertura e o pátio de grandes dimensões, de passagem obrigatória no acesso ao Palácio.

Fonte: desenho do autor.

Palácio dos Condes de Redondo, tal como no Palácio Almada, no Palácio Arcos e no Palácio Murça, o pátio tem um papel central na articulação entre a via pública e o interior. O caso do Palácio Teles de Melo, considerado neste estudo como apresentando uma planta irregular é, na verdade, composto por dois edifícios bastante regulares. O primeiro parece atribuir ao edifício a conformação de um L, mas devido à presença um segundo corpo rectangular encostado a nascente, a fachada deste lado acaba por se desenvolver em três panos distintos. Curiosamente o conjunto de palácios que apresentam uma planta mais irregular (Belmonte; Santo Estêvão; Azurara; Arcos; Tancos) são todos eles localizados nos bairros mais antigos da cidade em torno da Colina do Castelo, apontando para períodos de fundação anteriores ao século XVII, com posteriores adaptações. Nestes casos as múltiplas coberturas dispostas irregularmente também revelam os acrescentos e adaptações sofridos pelos imóveis. Pelo

encostados na fachada Sul, que pela sua clara distinção não chegam a formar conjunto. Nos casos dos Palácios Pancas Palha e Condes de Redondo a planta, num formato semelhante a um P, é composta por duas partes distinguíveis na planta de cobertura. A primeira é marcada pelos corpos que, dispostos em quadrado, integram um pátio interior. A segunda parte é composta pelo prolongamento do corpo que contém a fachada principal para além das dimensões do quadrado. A grande diferença entre estes dois palácios está na relação com o exterior. Enquanto no Palácio Pancas Palha a entrada principal se encontra no extremo da fachada principal, bem afastada do pátio, relacionando-se com as escadarias pelo interior, no caso do

contrário, a generalidade dos palácios apresenta coberturas que, apesar de apontarem também para múltiplas ampliações e alterações, revelam-se bastante mais ordenados. Palácios cujos corpos são cobertos individualmente por telhados contínuos (Andrade; Almada; Redondo; Ficalho; Pancas Palha) ou por múltiplos telhados ortogonais entre si (Alcáçovas; Carvalhos; Conde Barão; Copeiros Mores; Minas; Murça; Flor da Murta; Teles de Melo), parecem ser a regra, chegando, no caso do Palácio Andrade, a apresentar uma absoluta simetria. Apenas um caso revela uma cobertura totalmente unificada, com um telhado de três águas, o Palácio Teles de Meneses.

O papel dos pátios parece poder dividir-se em três grupos distintos. O primeiro grupo remete-nos para três palácios (Azurara; Figueira; Santo Estêvão) que apresentam pátios exíguos de natureza medieval totalmente embutidos na planta, associados a poços ou cisternas. Outro palácio com um pátio

envolvido pela planta é o Palácio Pancas Palha, embora neste caso a conformação da planta nos revele características bem mais modernas. O terceiro grupo, também com dois palácios (Tancos; Belmonte), parece apontar para uma espécie de tipologia de transição entre o rural e o urbano. Os pátios existentes, murados para o exterior, são de passagem obrigatória no acesso aos palácios, ganhando desta forma um carácter mais público que os pátios medievais, mais pequenos e destinados a serventias domésticas. Esta característica pública é dominante no último conjunto de palácios (Almada; Redondo; Murça;

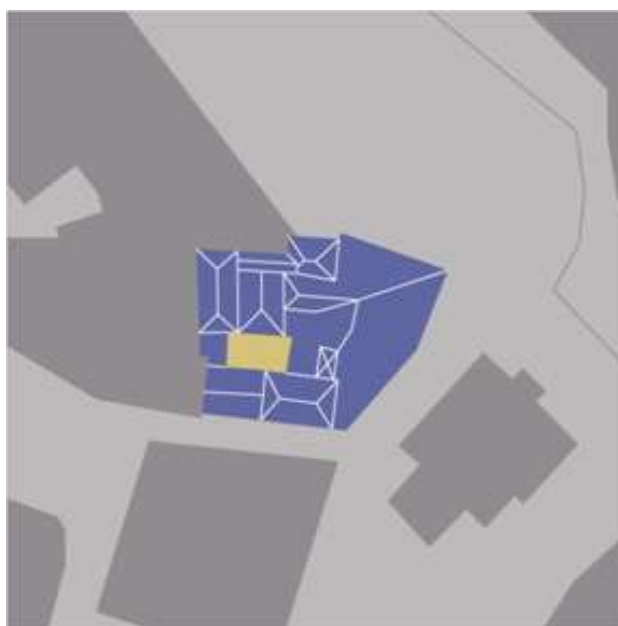


Figura 11: Planta esquemática do Palácio de Azurara. Caracterizado pela sua planta irregular e por ocupar dois gavetos. A associação de vários corpos é ainda denunciada pela composição desordenada da cobertura. No centro um pátio exíguo que se encontra ao nível do primeiro andar.
Fonte: desenho do autor.

Arcos), cujo acesso ao interior se faz obrigatoriamente através de pátios quadrangulares de dimensões relevantes (à excepção do de Murça), acessíveis por passagens que atravessam os edifícios em forma de túnel (Almada; Redondo; Arcos) ou de antecâmaras (Murça). De qualquer das formas a maior parte dos palácios não apresenta pátios residuais ou de transição com o exterior (Flor da Murta; Conde Barão; Alcáçovas; Teles de Meneses; Carvalhos; Andrade; Ficalho; Minas; Teles de Melo). Nestes casos os palácios relacionam-se directamente com a via pública, utilizando exclusivamente átrios ou vestíbulos como espaços de transição.

3.3 FACHADAS

No conjunto dos palácios estudados, as fachadas exteriores têm impreterivelmente uma aparência de conjunto. Mesmo quando em alguns casos, de génese anterior ao século XVII, os pisos térreos ou outros pisos intermédios apresentam vãos dispersos e sem métrica na organização, os vãos do andar nobre, invariavelmente compostos por janelas de sacada iguais entre si, apresentam-se sempre dispostos com regularidade. Esta uniformização



Figura 12: Fachada principal do Palácio do Marquês de Tancos. Um bom exemplo da escala e da regularidade que os palácios deste período apresentam.
Fonte: fotografia do autor.

dos vãos em panos de fachadas rectos ganha ainda maior destaque pelo facto de apresentarem dimensões manifestamente maiores relativamente ao casario envolvente. Quando não se destacam pela sua altura, são sempre claramente maiores em comprimento. Embora este período seja marcado por uma evidente austeridade na composição exterior da habitação aristocrática, ainda assim são visíveis elementos decorativos que unificam a composição das fachadas diferenciando-as, mais uma vez, das edificações vizinhas. Em todos os imóveis, sem excepção, está presente um friso ao nível do pavimento do piso nobre, que demarca este piso, quase sempre o último, da restante fachada. Cunhais apilastrados, cornijas de remate com o beiral e entradas nobres mais ou menos trabalhadas, mas que se destacam quase sempre dos restantes vãos do piso térreo, são outros elementos em cantaria que distinguem estes prédios dos restantes. As entradas nobres, que por vezes se centram nas fachadas realçando a configuração simétrica, podem apresentar cantarias de vários estilos ou mesmo cantarias simples sem ornamentos. Mas, trabalhadas ou não, as entradas nobres destacam-se quase sempre pela sua dimensão, projectando os elementos em cantaria para os pisos superiores, envolvendo em muitos dos casos o vão imediatamente acima da entrada, ou substituindo-o com algum conjunto decorativo.

Apesar destas características comuns, que em geral os palácios partilham, é possível, ainda assim, identificar duas tendências distintas na conformação das fachadas. No primeiro grupo, a relação entre altura e comprimento do pano de fachada fornecem ao palácio um carácter mais compacto a fazer lembrar uma arquitectura verdadeiramente urbana (Andrade; Azurara; Belmonte; Arcos; Figueira; Ficalho; Santo Estêvão). No segundo grupo, composto pelos restantes palácios, o carácter horizontal da fachada é dominante.

Uma das características que por vezes revela a origem aristocrática do edifício é a presença de um brasão. Em regra este encontra-se incluído no conjunto do portal nobre (Alcáçovas; Belmonte; Almada; Figueira; Arcos) ou alinhado com o mesmo (Carvalhos) e ainda centrado na fachada (Teles de Meneses) independentemente do portal nobre. Apenas em dois casos, o brasão é colocado sobre o cunhal de gaveto (Flor da Murta; Pancas Palha), destacando-se de tal forma que parece não pertencer ao edifício respectivo.

3.3.1 Andar nobre

O andar nobre parece ser o elemento mais regular na análise do conjunto dos palácios. Normalmente correspondendo ao último piso, o andar nobre apresenta-se sempre composto por janelas de sacada separadas da restante fachada por um friso saliente ao nível do pavimento. As janelas de sacada, dispostas regularmente entre si, são quase sempre encimadas por um entablamento simplificado que, no caso do Palácio Almada e do Palácio Figueira, apresentam um intervalo entre o lintel (elemento que ocupa o lugar da arquitrave) e o restante corpo deste entablamento simplificado. Somente dois dos palácios não apresentam este entablamento em todas as janelas de sacada (Minas; Ficalho) e no caso do Palácio dos Carvalhos, nenhum dos vãos do andar nobre é encimado por este entablamento. O andar nobre localiza-se no último piso de pelo menos sete dos palácios (Alcáçovas; Almada; Arcos; Copeiros Mores; Tancos; Van Zeller; Santo Estêvão). A este número acrescem mais sete palácios (Azurara; Conde Barão; Figueira; Murça; Redondo; Flor da Murta; Teles de Melo) se excluirmos os pisos acrescentados posteriormente que, na maior parte dos casos, não ocupam a totalidade da extensão da fachada. Estes casos são facilmente identificáveis pois a cornija de remate com o beirado do telhado permaneceu como elemento decorativo. Apenas em cinco dos casos (Andrade; Carvalhos; Ficalho; Minas; Teles de Meneses; Tancos) o andar nobre é encimado de uma fiada de janelas de peitoril, que nos casos do Palácio dos Carvalhos e no Palácio Tancos não é contínua, sendo as janelas de peito alternadas com vãos falsos, por forma a manter o ritmo da fachada.

Uma pequena nota sobre as guardas das varandas. A grande maioria das guardas é



Figura 13: Exemplo de gelsias numa janela de sacada. Gelsias numa das janelas de sacada da *Casa do Muxarabi*, actual Biblioteca António Torres, na cidade de Diamantina, Estado de Minas Gerais, Brasil.
Fonte: <http://www.descubraminas.com.br>

composta por varões de nós, solução dominante na generalidade das guardas executadas no século XVII e XVIII. Alguns dos palácios sofreram alterações já no século XIX, recebendo guardas em ferro forjado (Arcos, Murça, Belmonte) durante a primeira metade do século, e guardas em ferro fundido (Conde Barão; Ficalho, Copeiros Mores), mais característico da segunda metade do século. Já sem qualquer vestígio nos dias que correm, teria sido habitual dourar as guardas de algumas varandas e revestir as janelas de sacada com gelsias, formando uma espécie de *muxarabi*²³. Na Figura 13 podemos ver como se podem articular as gelsias numa janela de sacada, neste caso com guarda em balaústres de madeira, mas que têm a aparência das guardas em ferro. O uso destas reixas de madeira terá sido proibido após o terramoto de 1755 pela clara implicação no alastramento do incêndio consequente²⁴.

3.3.2 Restantes Vãos

Os restantes vãoos são, em regra, um reflexo da depuração de ornamento característico deste tipo de palácio. As cantarias são invariavelmente bastante simples alternando, discretamente, em torno de três tipos de vãoos, muitas vezes visíveis no mesmo palácio. O primeiro e mais comum é ao mesmo tempo o mais simples de todos, plano sem relevos, composto por ângulos rectos nos cantos de intercepção entre as ombreiras e os elementos horizontais. O segundo tipo, visível nos palácios Teles de Melo, Belmonte e Ficalho, também sem relevos, apresenta o lintel e o peitoril ligeiramente mais compridos destacando-se da moldura para os lados. O terceiro é algo semelhante ao anterior com a diferença de apresentar um rebordo saliente contínuo, pertencente à cantaria, em torno do perímetro exterior da moldura (Tancos; Conde Barão). O Palácio Almada é a única excepção, apresentando no piso térreo da fachada principal janelas de peito coroadas com um segundo lintel destacado do primeiro e um peitoril de maiores proporções, dotando estes vãoos de um carácter mais robusto do que o normal nos restantes palácios.

Nos pisos térreos, comumente destinados a arrendamento, a cavalariças ou a arrecadações dependentes dos palácios, os vãoos variam entre portas e janelas em geral sem qualquer ordem aparente, denotando o carácter bastante adaptável deste nível dos edifícios utilizados tanto para habitação, como para comércio ou até mesmo de pequenas manufacturas. Esta diversidade de ocupação é variável também ao longo do tempo, sendo visíveis, por vezes, readaptações de vãoos consoante o tipo de ocupação pretendido.

Os restantes pisos, quando existem, são prolongamentos do piso térreo (sobrelojas), pisos autónomos destinados para habitação de inquilinato, ou dependências directas dos palácios (arrecadações, cavalariças, etc.). Os vãoos são normalmente compostos por janelas de peitoril, sendo a única excepção a esta regra o Palácio dos Condes de Redondo, onde o único piso para além do andar nobre, se encontra actualmente a cerca de um metro e meio do nível da

²³ Hélder CARITA — *Bairro Alto, Tipologias e Modos Arquitectónicos*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1994.

²⁴ CARITA op. cit.

rua e é composto por janelas de sacada semelhantes às do andar nobre, mas sem o entablamento simplificado de coroamento.

3.3.3 Portal nobre



Figura 14: Pátio do Palácio Belmonte.

A fachada deste Palácio não é visível da rua sendo necessário aceder primeiro a este pátio. Na imagem é possível observar um exemplo de portal nobre trabalhado, centrado na fachada correspondente, envolvendo o andar nobre, sendo ainda encimado por um brasão.

Fonte: fotografia do autor.

A entrada principal ou portal nobre dos palácios pode classificar-se segundo três aspectos diferentes: a sua localização na fachada, a dimensão relativa na fachada onde se insere e a complexidade do trabalho de cantaria.

No que diz respeito ao nível de complexidade e riqueza que os portais apresentam, a maioria parece manter uma certa coerência relativamente ao contexto histórico de austeridade em que foram concebidos os

palácios. Cerca de doze dos vinte palácios (Alcáçovas; Andrade; Carvalhos; Arcos; Redondo; Murça; Copeiros Mores; Minas; Pancas Palha; Teles de Melo; Teles de Meneses; Flor da Murta) apresentam um portal nobre de cantarias trabalhadas, mas sem qualquer opulência. Os ornamentos cingem-se à presença de um frontão simplificado, de ombreiras em forma de pilastras ou, por vezes, de pináculos em relevo que se projectam para os pisos superiores. O Palácio do Conde Barão é o caso extremo desta depuração com cantaria simples totalmente desprovida de ornamento. Os casos de Santo Estêvão e do Marquês de Tancos não apresentam portal nobre exterior, estando as entradas principais escondidas do exterior. No caso do Palácio Marquês de Tancos esta entrada localiza-se para lá de um primeiro portão que se encontra no tardo. No Palácio de Santo Estêvão a entrada principal é composta por uma porta normal, sem expressão plástica digna de registo, situada num beco no tardo do Palácio. A excepção a esta tendência de austeridade encontra-se nos palácios Almada, Azurara, Belmonte e Redondo. Estes quatro casos são compostos por portais nobres de uma riqueza já não característica do século XVII, mas a fazer lembrar o período Joanino, de carácter mais Barroco. Por fim, a excepção mais singular pode ser encontrada no Palácio Figueira. Aqui o portal nobre revela-se de natureza evidentemente quinhentista, parecendo até que o frontão foi “esmagado” devido ao acrescento do andar nobre, de características “seiscentistas”.

A localização das entradas nobres parece revelar um pouco da tendência deste período na procura de unificação e simetria das fachadas. Se, na realidade, cerca de doze dos palácios têm a entrada principal descentrada da fachada, isto deve-se mais ao que parecem ser condicionantes de ordem topográfica, urbana e até mesmo de gestão das pré-existências que estiveram na génese de muitas destas construções. Quatro dos casos apresentam as entradas nobres centradas nos corpos respectivos, mesmo que no conjunto da fachada se mantenham descentradas. Estes corpos, revelados pela presença de pilastras que dividem em várias partes as fachadas, correspondem, em alguns casos, a alas verdadeiramente autónomas na sua volumetria, como é o caso do Palácio dos Carvalhos. Com semelhanças neste aspecto ao Palácio dos Carvalhos temos o Palácio do Conde Redondo, onde um conjunto de pilastras cria a sensação de centralidade à entrada nobre, mesmo com a fachada a



Figura 15: Portal nobre do corpo Sul do Palácio dos Marqueses de Minas.

Exemplo de um portal nobre de cantaria pouco trabalhada, mas onde ainda é observável algum adorno nas ombreiras e uma espécie de entablamento em cujo friso é sugerida a presença de tríglifos e métopas.

Fonte: fotografia do autor.

estender-se muito para além deste conjunto. No caso Azurara poderíamos dizer que a fachada principal é perfeitamente simétrica, não fosse a presença da torre medieval que se encontra à direita e que “desequilibra” bastante o conjunto. O último caso deste grupo é o Palácio Belmonte cuja entrada nobre, apesar de centrada na fachada correspondente, tem o carácter simétrico totalmente desvirtuado devido à presença da restante fachada principal que se desenrola ortogonalmente ao pano da entrada nobre. Por fim os quatro casos em que a fachada principal é perfeitamente simétrica devido à centralidade do portal nobre são os casos do Palácio Andrade, Almada, Pancas Palha e Teles de Meneses. Neste último caso foram detectadas duas entradas nobres idênticas situadas em fachadas diferentes. Nesta situação assumiu-se que pelo menos uma das entradas, a que se encontra virada para a Rua dos Remédios, se encontra centrada na fachada correspondente.

O último critério revela-nos a proporção que os portais nobres tinham nas fachadas. Todos os palácios têm portais de largura superior ao normal para um vão de porta. Em relação à altura na fachada a situação já não se repete. Na sua larga maioria os portais nobres não vão

além do limite entre o primeiro e segundo piso. Apenas a largura e a cantaria ligeiramente mais trabalhada diferenciam a maior parte dos portais nobres dos restantes vãos de porta do piso térreo. A exceção a esta regra encontra-se nos três portais nobres de aparência mais barroca (Almada; Azurara; Belmonte). Nestes três casos, a cantaria do portal nobre prolonga-se pelo andar nobre envolvendo por completo a janela de sacada correspondente (no caso Azurara este prolongamento não chega ao andar nobre, substituindo no andar correspondente a janela de peito por uma roseta), chegando, no caso do Palácio de Almada, a desenvolver no conjunto uma guarda de varanda em balaústres de pedra. Existem mais dois casos (Arcos; Conde Barão) onde o portal nobre se prolonga para além do piso térreo. Nestes, a janela de peito do segundo piso é substituída por um vão em arco que ajuda a iluminar o interior do átrio.

3.3.4 Elementos horizontais

O mais emblemático dos elementos horizontais é o friso que se encontra ao nível do pavimento do andar nobre. Este pode ser à face da fachada interrompido pelas consolas das janelas de sacada (Murça; Teles de Melo; Arcos; Carvalhos; Pancas Palha; Azurara; Conde Barão) ou pode ser em consola de perfil rectangular, contínua ao longo da fachada (Tancos; Santo Estêvão; Teles de Meneses; Figueira; Andrade; Belmonte; Minas; Alcáçovas; Redondo; Independência; Flor da Murta). Os frisos em consola apresentam, em alguns casos (Tancos; Santo Estêvão; Figueira; Andrade; Belmonte; Minas; Alcáçovas; Redondo; Flor da Murta), uma cornija encostada à face inferior. São por vezes enriquecidos com rebordos salientes, dando ao perfil do friso a forma de uma espécie de C (Murça; Teles de Melo; Pancas Palha; Conde Barão; Tancos; Santo Estêvão; Teles de Meneses; Figueira; Andrade; Belmonte; Minas;



Figura 16: Exemplo de um friso ao nível do pavimento do andar nobre. Este exemplo, retirado do Palácio de Santo Estêvão, é composto por uma consola contínua com rebordos salientes na face. Sob esta consola ainda é visível uma cornija muito simplificada.
Fonte: fotografia do autor.

Alcáçovas; Almada; Flor da Murta; Ficalho). No caso do Palácio dos Copeiros Mores o friso não apresenta qualquer consola de perfil rectangular sendo composto apenas por uma cornija. O Palácio Ficalho apresenta os dois tipos, em consola para o corpo nascente, e à face da fachada para o corpo poente.

Um segundo elemento comum a todos os palácios é a cornija de remate com o beirado. Este permanece como elemento decorativo

mesmo nos palácios que, entretanto, sofreram acrescentos de novos pisos (Murça; Flor da Murta; Ficalho). Cerca de metade dos palácios (Redondo; Tancos; Murça; Teles de Melo; Santo Estêvão; Arcos; Copeiros Mores; Alcáçovas; Ficalho; Flor da Murta) apresentam, ainda, entre a cornija do beirado e a última fileira de vãos, que pode ser do andar nobre ou de uma última fileira de janelas falsas, tipo mezanino (Tancos), um cordão simples que acompanha todas as fachadas exteriores. Na realidade este cordão já não é visível no Palácio da Flor da Murta que teve a linha do antigo beirado rebaixado para a cota onde este cordão antigamente se situava.

Por fim o elemento mais irregular deste conjunto, o basamento. Este revela-se totalmente aleatório na sua conformação. Sendo um elemento que se desenvolve ao nível do piso térreo terá sido menos considerado no desenho do conjunto da fachada. Ainda assim, através de critérios bastante grosseiros, podemos assinalar três grupos distintos. No primeiro grupo (Murça; Copeiros Mores; Teles de Meneses; Figueira; Andrade) os palácios não apresentam qualquer elemento de cantaria na base da fachada, nem com funções estruturais nem com funções decorativas. O conjunto de palácios que compõem o segundo grupo (Teles de Melo; Arcos; Carvalhos; Pancas Palha; Belmonte; Minas; Alcáçovas; Flor da Murta) apresenta um basamento até um máximo de cerca de um metro e meio de altura ou um basamento variável ao longo da fachada, chegando mesmo a não preencher toda a base da fachada. Por fim um conjunto de palácios (Tancos; Redondo; Santo Estêvão; Azurara; Conde Barão; Ficalho; Almada) que apresentam um basamento acima do metro e meio, revestindo, em alguns casos (Tancos; Azurara; Conde Barão; Ficalho), todo o piso térreo e envolvendo por completo os respectivos vãos.

3.3.5 Elementos verticais

Os elementos verticais restringem-se à presença de cunhais nos ângulos dos palácios e a pilastras a meio das fachadas. Os cunhais nos ângulos são na sua larga maioria tratados como pilastras, sendo compostos por uma base, um fuste e um capitel, trabalhados de uma forma simplificada. Apenas dois palácios não apresentam nos gavetos exteriores cunhais apilastrados, são eles o Palácio Azurara e o Palácio Teles de Meneses. O caso do Palácio da Figueira apresenta cunhais na fachada principal divididos em dois estilos distintos. Na parte correspondente ao piso térreo a cantaria é rusticada, enquanto a parte do cunhal ao nível do andar nobre é de cantaria lisa, à maneira da segunda metade do século XVII.

As pilastras, que por vezes surgem a meio de algumas das fachadas principais, são outro elemento vertical comum a vários dos edifícios. No caso dos palácios Minas e Ficalho, casos evidentes de sucessivas ampliações, surgem pilastras nas fronteiras dos dois corpos que compõem cada um destes casos, denotando uma função originalmente estrutural e não apenas decorativa. A hipótese das pilastras serem antigos cunhais, entretanto embutidos nos panos das fachadas, é uma possibilidade para vários dos casos aqui apresentados. No caso dos

Copeiros Mores e dos Carvalhos as fronteiras entre os corpos que compõem estes palácios, denunciados por terem coberturas autónomas, coincidem com a presença destas pilastras. Menos evidentes na sua função estrutural são as pilastras nos casos dos palácios Pancas Palha e do Conde Barão. Este último apresenta uma dupla pilastra no ligeiro ângulo que a fachada principal exhibe. O Palácio Azurara também apresenta estes elementos a meio da fachada lateral, mas



Figura 17: Fachada do Palácio Redondo.

Nesta imagem é possível perceber a extensão da fachada do Palácio dos Condes de Redondo, bem como a forma como as seis pilastras e os dois cunhais nos extremos se combinam de forma a quebrar a homogeneidade, acentuando a sua simetria, apenas quebrada pela entrada nobre.

Fonte: fotografia do autor.

neste caso o tratamento, tal como nos cunhais, é simplificado, sendo difícil de catalogar como pilastra e denunciando uma provável função estrutural. Por fim, o Palácio dos Condes de Redondo é o único caso onde o uso destas pilastras, com funções estruturais ou não, tem uma intenção declaradamente compositiva. Seis pilastras colocadas estrategicamente quebram o ritmo das suas vinte e duas janelas, procurando introduzir simetria numa fachada desequilibrada pela presença do portal nobre do lado esquerdo do conjunto.

3.4 ESCADARIAS

As escadarias nobres, em conjunto com pátios, átrios ou vestíbulos, são os elementos que permitem a transição entre o espaço exterior e o andar do edifício verdadeiramente destinado à habitação aristocrática. Não é possível identificar uma solução única nos exemplos estudados, todavia podemos afirmar que todos os palácios estudados apresentam um espaço de transição entre a entrada principal e as escadarias propriamente ditas, com excepção para os palácios de Tancos e Alcáçovas que não têm escadarias nobres por terem o andar nobre ao nível da entrada principal.

3.4.1 Espaços de transição

É possível identificar três tipos de espaços de transição. O primeiro e mais comum é o vestíbulo, caracterizado como uma espécie de átrio de pequenas dimensões com apenas um pé direito de altura. Pode ser quadrangular (Flor da Murta; Santo Estêvão; Teles de Meneses; Carvalhos; Minas) ou em forma de corredor (Andrade). O segundo tipo de espaço de transição é o átrio propriamente dito (Conde Barão; Figueira; Ficalho; Azurara; Pancas Palha). Estes espaços, notoriamente mais amplos que os vestíbulos, apresentam duplo pé direito de altura, ou próximo disso, e são geralmente de planta rectangular, com excepção para o Palácio Pancas Palha cujo átrio irregular parece antecipar a forma oval da planta do núcleo de escadas, conjunto executado num período posterior ao estudado. O terceiro tipo de espaço de transição é o pátio. Este espaço é bastante variável na dimensão bem como na forma como articula o exterior com a escadaria nobre. Nos casos dos palácios Redondo, Almada e Arcos a ligação entre o exterior e o pátio é feita através de uma passagem em arco que atravessa o palácio, numa espécie de túnel, sendo o acesso ao primeiro lanço de escadas, já no interior do respectivo palácio, feito pelo pátio através de um vão aberto sem qualquer porta de protecção aos elementos. O caso do Palácio Almada revela-se como o mais alterado pelas várias intervenções

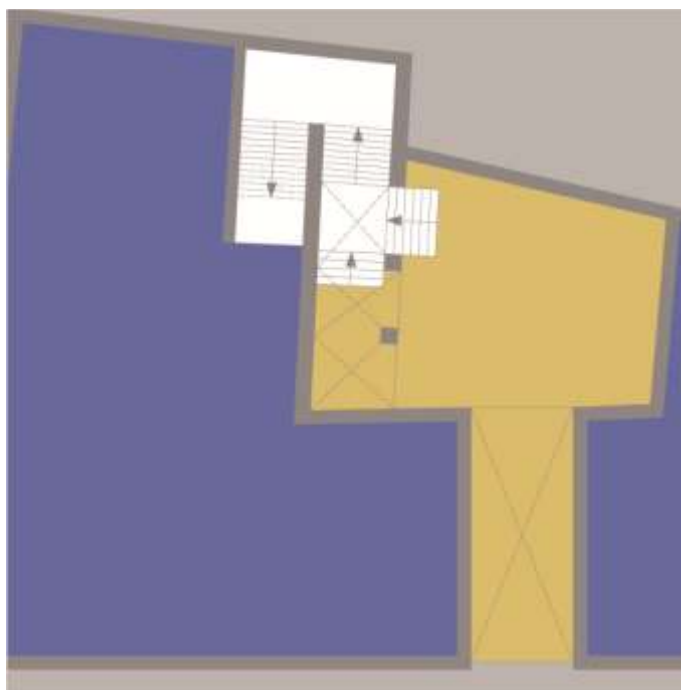
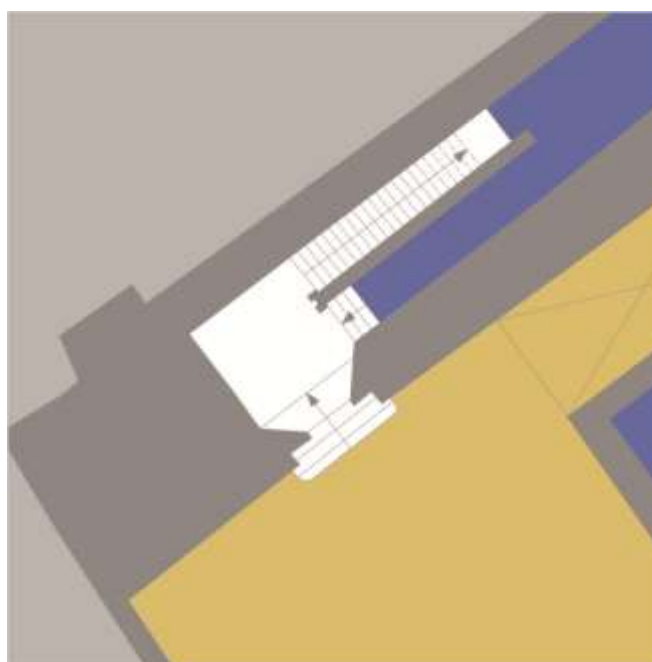


Figura 18: Planta esquemática do pátio e das escadarias do Palácio dos Condes de Arcos.

Marcada a tracejado é visível a passagem sob o Palácio que acede a um pátio. As escadarias, após um primeiro patamar elevado, compõem-se por dois lanços paralelos dispostos em sentidos contrários.

Fonte: desenho do autor.

que sofreu. As escadarias que hoje se apresentam à vista no pátio principal são já do século XIX²⁵ e terão sido, na sua concepção original, emparedadas e cobertas. As escadarias principais, compostas originalmente por dois lanços paralelos dispostos em sentido contrário, intervalados por um terceiro e pequeno lanço de escadas, ocupavam a localização das actuais escadarias que se encontram no interior da ala poente, hoje dispostas em L. O pátio do Palácio Murça, que por ser parcialmente coberto já denota alguma excepcionalidade, é precedido por dois vestíbulos. O primeiro, correspondendo à entrada nobre, encontrando-se desalinhado para a direita do pátio, e um segundo, centralizado com o pátio, correspondendo à porta do lado esquerdo do portal nobre, de dimensões semelhantes ao primeiro. Presume-se que esta entrada secundária terá sido usada principalmente para uso pedonal, enquanto o vestíbulo do portal nobre seria para o acesso exclusivo de carruagens e liteiras. O Palácio Belmonte revela-se como a única excepção aos casos anteriormente estudados. Neste Palácio a entrada nobre, que se encontra na fachada principal, é antecedida por um pátio murado, sendo a escadaria precedida por um vestíbulo quase residual, nitidamente secundarizado devido à existência do pátio. O pátio, neste caso, serve de espaço de transição entre a via pública e as escadarias, sem a presença simbólica da entrada nobre como elemento de separação, visto esta se localizar no interior do recinto, quase como se existissem duas



transições, a primeira quando se entra pelo portão do pátio, e uma segunda marcada pelo portal nobre.

Figura 19: Esquema das escadarias do Palácio Belmonte. Um caso atípico onde a ausência de monumentalidade do conjunto formado pelo pequeno vestíbulo e pelas escadas de tiro, parecem compensados pela presença do pátio que antecede o portal nobre. *Fonte: desenho do autor.*

O Palácio dos Carvalhos também se revela como tendo uma espécie de solução dupla. Se, por um lado, como foi referido anteriormente, a entrada de acesso às escadas dá acesso a um vestíbulo, a realidade é que o acesso a este vestíbulo também pode ser feito pelo pátio. Este pátio é de uso exclusivo para carruagens e o seu acesso é feito através dos dois portais nobres, que se encontram alinhados com o Largo do Chafariz.

Dois palácios que não apresentam escadarias nobres (Tancos, Alcáçovas) apresentam, todavia, espaços de transição. O Palácio de Tancos apresenta um pátio antes da entrada efectiva no Palácio. Se pertencesse a um dos grupos anteriormente identificados, seria

²⁵ Jorge Pereira SAMPAIO – *O Palácio da Independência: sua história e evolução arquitectónica*. Lisboa: Soc. Histórica da Independência de Portugal, 1988.

identificado com o Palácio Belmonte, com a ressalva de o Palácio Tancos não ter uma leitura pública da fachada e da entrada nobre, nem antes nem após a entrada no pátio murado. O segundo caso que não tem escadarias nobres é o Palácio Alcáçovas. Neste caso, o portal nobre dá acesso directo a um vestíbulo de dimensões modestas, que antecede os salões nobres.

3.4.2 Lanços de escadas

A análise feita às escadarias propriamente ditas não revela maior unidade de soluções, muito pelo contrário. A disposição que estas apresentam é quase tão diversa quanto as possibilidades físicas o permitem. Ainda assim, da análise feita, ressaltam três grupos compostos por mais de um palácio. O primeiro grupo (Figueira; Belmonte; Flor da Murta; Pancas Palha), engloba os palácios com escadas de tiro, compostas por apenas um lanço recto, sem patamares intermédios. O segundo grupo (Teles de Meneses; Minas; Redondo) é composto por palácios cujas escadarias são formadas por dois lanços dispostos perpendicularmente entre si, em L, com um patamar intermédio. No terceiro grupo (Murça; Santo Estêvão; Carvalhos; Almada; Arcos; Ficalho) encontram-se os palácios cujas escadarias são formadas por dois lanços rectos paralelos dispostos em sentido oposto, com patamar intermédio, ou por um terceiro lanço mais pequeno (Almada). Fora destes três grupos encontram-se o Palácio dos Copeiros Mores (quatro lanços sendo três destes perpendiculares

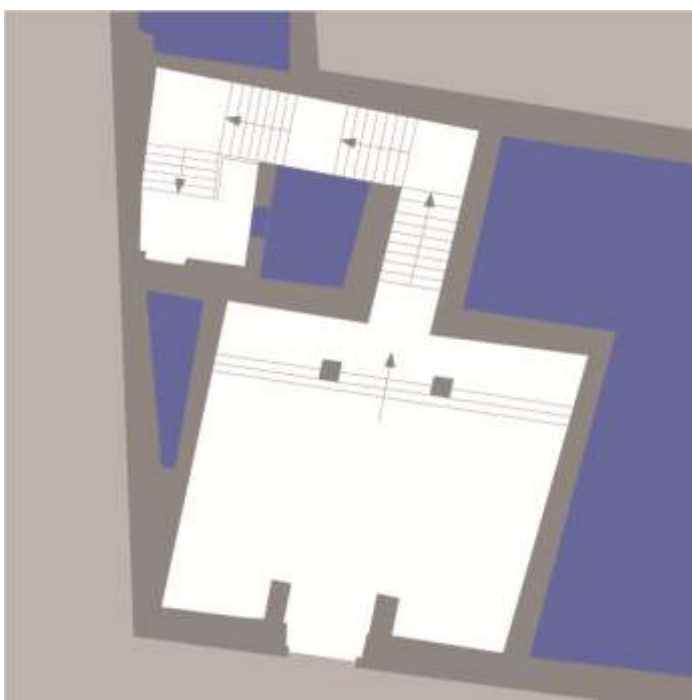


Figura 20: Planta esquemática das escadarias do Palácio dos Copeiros Mores.

Caso típico de um ático de grandes dimensões com acesso directo para a via pública. Todavia um caso excepcional na disposição, numa espécie de C, dos vãos das escadarias.

Fonte: desenho do autor.

entre si em forma de C e com três patamares intermédios) e o Palácio Andrade (um lanço recto que se desdobra em dois lanços no sentido contrário, com patamar intermédio). Por fim surgem três palácios cujas escadarias são compostas por pelo menos dois tipos de escadarias anteriormente referidas. O Palácio Conde Barão (um primeiro núcleo com dois lanços em L perfeitamente separado por um corredor de um segundo núcleo formado por mais dois lanços paralelos dispostos em sentidos contrários), o Palácio Azurara (com um primeiro conjunto em L separado por um patamar de um segundo conjunto com dois

lanços de escadas paralelos dispostos em sentido contrário entre si). Há que realçar os casos de Minas, Ficalho e Figueira que, à semelhança do Palácio Almada, apresentam mais do que um conjunto de escadarias. O caso do Palácio Ficalho terá sido provavelmente o acaso mais complicado de análise. É composto por dois corpos em L perfeitamente distintos, cada um com escadarias consideradas nobres. Nenhum dos conjuntos pareceu estar absolutamente inalterado, mas o conjunto do corpo nascente destacou-se por ainda apresentar estrutura e degraus em cantaria, enquanto as escadarias do corpo poente, já em madeira, denunciam uma concepção muito mais recente e, portanto, não relevantes para o estudo. No Palácio Minas surge um problema semelhante: dois corpos distintos apresentam, cada um deles, escadarias nobres. Neste caso foi seleccionado o núcleo de escadas do corpo sul por apresentar uma fachada mais de acordo com as características dos palácios aqui estudados. O Palácio Figueira apresenta duas escadarias de um lanço recto, uma inserida no próprio átrio de entrada e uma segunda que, apesar de se aceder a partir do mesmo átrio, desenvolve-se totalmente fora deste. Neste caso a escolha torna-se complicada por não haver qualquer informação em relação a esta duplicação, desconhecendo-se exactamente qual o período em que foram concebidas as escadarias, ou se são sequer contemporâneas uma da outra. Se se pudesse assumir uma regra para estes casos, poderia estabelecer-se que, tal como acontece em todos os restantes casos, os espaços de transição (pátios, átrios e vestibulos) nunca contêm em si as escadarias. Neste caso, as escadarias que são visíveis no átrio seriam as mais recentes e teriam servido, muito provavelmente, para qualquer reajuste na partição do andar nobre.

3.4.3 Monumentalidade

Independentemente dos espaços de transição entre as entradas e as escadarias, ou da disposição que os lanços têm entre si, ou mesmo da localização das escadarias na planta (facto pouco revelador), é possível classificar, de uma forma mais empírica, os casos estudados em dois grupos distintos. No primeiro grupo podemos abarcar os palácios que denotam preocupação em garantir alguma monumentalidade às escadarias (Andrade; Carvalhos; Copeiros Mores; Redondo; Azurara; Arcos; Pancas Palha; Teles de Meneses; Santo Estêvão). Esta monumentalidade é evidenciada, de uma forma geral, nas seguintes características: dimensão das escadarias e do volume que elas ocupam (característica comum a todos os exemplos); a largura generosa dos lanços de escadas (característica comum a todos os exemplos); o pé-direito, principalmente no primeiro lanço, cujo tecto é o mesmo das restantes escadarias (Andrade; Carvalhos; Arcos; Pancas Palha; Santo Estêvão); separação de lanços que se encontram em sentidos contrários, através das estruturas dos corrimãos (em alternativa à existência de paredes a toda a altura, com corrimãos embutidos) facto que permite perceber o corpo das escadas em toda a sua globalidade (Andrade; Carvalhos; Azurara; Arcos; Santo Estêvão). São estes os atributos que, não sendo comuns a todos os exemplos, nem exclusivos, diferenciam as escadarias dos palácios deste primeiro grupo. No segundo

grupo surgem os palácios cujas escadarias, de uma forma ou de outra, parecem perder destaque face aos restantes espaços. A principal característica deste conjunto prende-se com a clausura em que as escadarias se desenvolvem, tendo como principal exemplo o único e estreito lanço recto do Palácio Belmonte, absolutamente secundarizado entre duas paredes que não permitem qualquer leitura mais exuberante da transição entre a entrada e o andar nobre. Dentro destes moldes encontram-se os restantes palácios que, com um ou mais lanços, são caracterizados pela estreiteza dos seus lanços de escadas (Belmonte; Conde Barão; Almada; Murça; Ficalho); pelo carácter fechado no relacionamento com as salas envolventes (Belmonte; Figueira; Flor da Murta; Ficalho; Minas), ou ainda pelo baixo pé-direito ao longo dos lanços (Belmonte; Figueira; Flor da Murta; Ficalho; Minas).

Desta classificação é premente destacar o Palácio dos Carvalhos e o Palácio Andrade como casos em que parecem ter sido alcançadas, em absoluto, as características esperadas para o século XVIII: teatralidade, monumentalidade, leitura de conjunto, simetria, relação com a fachada ou, no caso do Palácio Andrade (escadarias já desaparecidas), uma simulação de fachada no interior da caixa de escadas, conjugando portas e janelas funcionais com vãos falsos. O facto de



Figura 21: Escadarias nobres do Palácio dos Carvalhos. Exemplo existente e excepcional no conjunto estudado, do que seria um conjunto de escadarias monumentais. Este conjunto é já pós terramoto de 1755, durante o governo de Pombal.
Fonte: fotografia do autor.

observarmos estas características nestes dois casos permite afirmar que as escadarias terão sido concebidas de raiz já no século XVIII após o terramoto de 1755. O Palácio Pancas Palha também se revela excepcional, remetendo a concepção das escadarias para um período ainda mais tardio, muito provavelmente para finais do século XVIII, servindo neste estudo apenas como referência comparativa. Na maior parte dos restantes palácios estudados, as escadarias ou não foram alteradas da sua conformação original, ou sofreram apenas algumas adaptações por forma a responderem, apenas em parte, às novas exigências estéticas do século XVIII. As escadarias deste grupo de palácios acabam por representar o que parece ser um período de transição em Portugal entre uma concepção mais “moderna”, em que, as escadarias são semiprivadas e têm um papel central na organização do espaço, relacionando-se com o exterior de uma forma mais aberta, e uma fase influenciada por uma concepção mais antiga dos espaços privados.

4. PALÁCIO DO “BICHINHO DE CONTA”

Antes de uma análise mais exaustiva ao Palácio do “Bichinho de Conta” parece premente referir, mesmo que superficialmente, o contexto urbano onde o Palácio se encontra. Uma primeira abordagem às origens do Bairro Alto, seguida de um superficial levantamento de alguns dos edifícios e estruturas mais relevantes existentes na Rua de “O Século”, afigura-se como essencial numa interpretação global do caso estudado.

4.1. O BAIRRO ALTO

Os terrenos onde hoje se encontra o Bairro Alto, em meados do século XV, pertenciam a um dos homens mais ricos de Portugal, o Judeu Guedelha Palaçano. Situados a poente da muralha Fernandina, os terrenos eram compostos por duas quintas separadas pela antiga Estrada de Santos (actual eixo da Rua do Poço dos Negros, Calçada do Combro e Rua do Loreto). A sul deste eixo ficava a Quinta de Santa Catarina que se estendia até á margem do Rio, e a norte a Quinta da Boa Vista, que tinha como limite setentrional a Estrada dos Moinhos de Vento (actual Rua Dom Pedro V). Por volta de 1487, falecido Guedelha Palaçano, a viúva, Dona Judia, afora as quintas a um estribeiro de Dom João II, Filipe Gonçalves, provavelmente com receios relacionados com um crescente anti judaísmo que se faz sentir em vários níveis da sociedade portuguesa. Em 1498, Dom Manuel decreta a expulsão de todos os judeus que não se convertessem. Os mais ricos e com mais meios acabaram por sair do reino, e terá sido nesta altura que Dona Judia vende as propriedades a Luís de Atouguia a quem Filipe Gonçalves passou a pagar o foro. Após a morte deste último, a sua filha Francisca Cordovil, casada com Bartolomeu d’Andrade, sucede-lhe nos negócios, nomeadamente nos direitos de aforamento sobre estas duas propriedades. Apesar das terras pertencerem a Luís de Atouguia, é Bartolomeu d’Andrade e Francisca Cordovil que, com a devida autorização, iniciam o sub-aforamento em talhões para a construção de casas. No dia 15 de Dezembro de 1513 é lavrada a primeira escritura. Nos dias seguintes à assinatura deste contrato iniciam-se os alinhamentos das ruas e assinam-se as primeiras escrituras para ocupação dos talhões. Começa assim a crescer a Vila Nova do Andrade (nome que distinguiu da Vila Nova situada intramuros na zona do actual Chiado)²⁶. Durante o restante século XVI o senhorio directo destas terras pertenceu aos herdeiros de Luís de Atouguia²⁷, todavia desconhece-se qual terá sido a evolução do papel desta família na posse directa destas terras a partir do final do século XVI.

O traçado ortogonal do Bairro, composto por ruas largas e direitas é uma consequência de um conjunto de éditos de Dom Manuel I que, sem comporem em si um regulamento urbano efectivo, acabaram por funcionar como tal. O desenho urbano do Bairro Alto não é mais que a expressão desses éditos, embora não fosse a primeira “experiência” urbana a aplicar as novas

²⁶ Mário SAA – *Origens do Bairro Alto de Lisboa: verdadeira notícia*. Lisboa: Centro Tipográfico Colonial, 1929.

²⁷ SAA, op. cit.

normas. Essa distinção pertence à Vila Nova do Olival constituída dentro das cercas dos frades Trinos e do Carmo. Este loteamento ainda é visível na Rua da Condessa e na Rua da Oliveira, junto ao Largo do Carmo. Estas duas ruas, entrecruzadas por travessas, esboçam um novo tipo de urbanismo baseado mais no quarteirão do que na rua sinuosa e contínua da cidade medieval. As fachadas alinhadas, a regular e razoável largura das ruas, o uso mais sistemático da alvenaria de tijolo e pedra (ao invés do uso de estruturas e revestimentos exclusivamente em madeira) e as janelas de sacada de pedra com apenas dois palmos em consola, são os sinais evidentes da “regulamentação” perpetrada por Dom Manuel I, e exemplos do que virá a acontecer na Vila Nova do Andrade²⁸.

Numa primeira fase, a expansão do Bairro faz-se essencialmente em torno da Estrada de Santos, com preferência para a Quinta de Santa Catarina, por estar mais próxima do Rio. Mas com a chegada dos Jesuítas a São Roque em 1551, o local da antiga ermida ganha importância, gerando um novo pólo de atracção. Esta atractividade tem projecção numa nova expansão do Bairro a norte do seu antigo limite, a Travessa da Queimada. O consequente desaparecimento do nome Andrade dos contratos de sub-aforamento devido às partilhas pelos herdeiros, aliado à dificuldade que o termo Vila Nova de Andrade tem em representar uma zona tão grande da cidade, leva a que a zona norte passe a chamar-se Bairro Alto de São Roque²⁹.

A Rua da Rosa, na altura chamada de Rua da Rosa das Partilhas, é o limite poente do bairro nesta primeira metade do século XVI, e serve de fronteira entre as partilhas feitas pelos herdeiros do aforamento das duas quintas. Por volta de 1620, o aforamento de parte dos terrenos que se encontram entre a Rua da Rosa e a Rua Formosa (actual Rua de “O Século”) pertencem a Miguel Leitão de Andrade. Esta área será a última área a ser ocupada e marca o fim das propriedades da família Andrade no bairro³⁰.

²⁸ Hélder CARITA — *Bairro Alto, Tipologias e Modos Arquitectónicos*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1994.

²⁹ CARITA, op. cit.

³⁰ CARITA, op. cit.

4.2. A RUA FORMOSA

A Rua Formosa era uma estrada antiga rural que fazia a ligação entre o Alto da Cotovia e a Calçada do Combro. No início do século XVII Sebastião de Carvalho, originário de Sernancelhe, trisavô do futuro Marquês de Pombal, começa a adquirir propriedades em torno da Rua Formosa. Entre os anos de 1603 e 1631 Sebastião de Carvalho adquiriu o conjunto de habitações que se tornaram o núcleo essencial do morgado da Rua Formosa. Este morgado é instituído no seu testamento, aberto em 1639, ano em que falece³¹. Com a ascensão social de Sebastião José, conde em 1759 e marquês em 1770, o Palácio dos Carvalhos é engrandecido paralelamente à profunda remodelação urbana da sua envolvente. O projecto urbano e arquitectónico fronteiro ao Palácio, datado entre 1760 e 1772, terá sido executado por Carlos Mardel ou pelos seus sucessores. São parte deste plano os dois largos presentes na rua, a

rampa de acesso ao Bairro Alto (actual Rua João Pereira da Rosa) e o conjunto edificado circundante. Tal só foi possível pela posição privilegiada do Marquês, e por ser proprietário directo de todos os edifícios necessários à obra. Neste conjunto está incluído o chafariz, situado no largo a norte, da autoria de Carlos Mardel. Este chafariz era abastecido pela “pia do Penalva”, que deriva



Figura 22: “Casa” de acesso à galeria que abastece o Chafariz da Rua de “O Século”.

Esta galeria também é conhecida como a “pia do Penalva”.

Fonte: fotografia do autor.

directamente da galeria do Loreto sem depender do Reservatório da Patriarcal. A marcar a presença da “pia do Penalva” está a estrutura de acesso à galeria na esquina com a Rua Eduardo Coelho (fundador do Diário de Notícias). Este tipo de estrutura, presente ao longo de toda a rede das “Águas Livres”, servia para facilitar o acesso, para iluminar e para ventilar as galerias.

A presença dos Carvalhos neste eixo é acompanhada por outros tantos moradores da aristocracia. É prova disso a presença do Palácio do “Bichinho de Conta”, do Palácio Marim-Olhão (séc. XVIII), do Palácio Lançada (meados do século XVIII) e do Palácio Ratton (actual Tribunal Constitucional). Na esquina com a Rua do abarracamento de Peniche³² chegaram a

³¹ António MIRANDA; Helena Pinto JANEIRO — “O Palácio Pombal e o morgado da Rua Formosa: a propósito de uma campanha de obras” in *Monumentos* nº 21. Lisboa: DGEMN, 2004.

³² Topónimo que marca o local onde se terá localizado o regimento de Peniche, que aqui se instalou por ordens de Sebastião de Carvalho e Melo, logo após o sismo de 1755.

viver os Condes de Redondo numa casa apalaçada (já demolida), após perderem a posse da sua habitação em Santa Marta³³. No Palácio Lançada instalou-se, em 1881, a sede do jornal “O Século” que, devido ao apoio que deu à causa “Republicana”, em 1910, daria um novo topónimo à rua mudando-o para Rua de “O Século”.

Dois edifícios religiosos são também parte da história da Rua Formosa. O primeiro é a Igreja das Mercês, anexada ao Morgado dos Carvalhos em 1663. Transformada, hoje em dia, num prédio de habitação, é ainda perceptível a sua existência na presença dos seus cunhais e da torre do campanário. Nesta Igreja terá sido baptizado Pombal. A segunda estrutura religiosa é o Convento de Nossa Senhora da Conceição dos Cardais, fundado em 1681 e terminado em 1703, que adoptou o antigo nome de uma antiga herdade aqui presente³⁴, que também terá pertencido aos Atouguia³⁵.

Há que referir, também, a presença de duas unidades industriais. A primeira era a fábrica de chapéus de Jácome Ratton, de finais do século XVIII, construída nas “Hortas” do Marquês de Pombal e que é hoje o condomínio privado fronteiro ao Palácio do “Bichinho de Conta”. Uma segunda unidade fabril, a metalúrgica Cometna, ocupou parte do Palácio dos Carvalhos e dos seus jardins, já no início do século XX³⁶. Este conjunto da metalúrgica encontra-se presentemente ocupado pela Escola Superior de Dança do Instituto Politécnico de Lisboa.



Figura 23: Fachada principal do Convento de Nossa Senhora da Conceição dos Cardais.
Fonte: fotografia do autor.

³³ Norberto ARAÚJO – *Peregrinações em Lisboa*. 2ª Ed. Lisboa: Vega, 1992. 5º vol.

³⁴ SAA, op. cit.

³⁵ SAA, op.cit.

³⁶ António MIRANDA; Helena Pinto JANEIRO — “O Palácio dos Carvalhos da rua Formosa” in *Camões revista de letras e culturas lusófonas* nº 15 e 16. Lisboa: Instituto Camões, 2003.

O “Alto do Longo” fecha, no extremo norte da Rua, a leitura aqui efectuada. Este pequeno conjunto urbano de natureza bastante orgânica, assemelha-se na sua disposição e dimensão a uma pequena aldeia, quase que servindo de contraponto à lógica racional de todo o restante Bairro Alto. Reduzido a um pequeno largo e travessas de acesso, já terá ocupado a maior parte do quarteirão, onde hoje existe o Palácio Braamcamp³⁷. Foi alvo de uma recente intervenção, com projecto do gabinete Silva Dias – arquitectos, Lda., com vista a melhorar as condições de salubridade e acessibilidade.

A ocupação da rua é tão heterógena como o restante Bairro e revela-nos uma parte da história da cidade e do País. A presença de palácios, de antigas fábricas, de pelo menos um convento, da sede de um jornal, de habitação popular e até mesmo de parte da estrutura da rede das “Águas Livres”, mostra-nos apenas uma fracção do que terá sido a vivência deste eixo, revelando-nos uma parte da evolução por que a cidade passou nos últimos quatrocentos anos.

³⁷ CARITA, op. cit.

4.3. PROPRIETÁRIOS

4.3.1. Os Monteiro Paim

O Palácio do “Bichinho de Conta” terá sido originalmente a residência principal na cidade de Lisboa de Dom Rodrigo de Sousa Coutinho³⁸ (1680-1740) e sua esposa, Dona Maria Antónia de São Boaventura de Menezes Monteiro Paim³⁹ (1695-1773). Desconhecendo-se exactamente quando terão ido habitar para esta residência e em que condições, torna-se impossível a identificação mais exacta da concepção e ocupação do Palácio, bem como se teria pertencido a algum parente⁴⁰ ou a outro proprietário fora das respectivas famílias. Eram ambos filhos segundos, numa época em que as senhoras ou se casavam com herdeiros ou seguiam a vida eclesiástica, e os homens, sem direitos testamentários, ou seguiam a vida militar ou também enveredavam pela vida eclesiástica. Aquando do seu casamento em 1720, tardio para ambos, Dom Rodrigo, já com 40 anos, detinha de facto uma respeitável carreira eclesiástica como Arcebispo da diocese de Vila Nova de Cerveira. Como em todas as famílias nobres as questões do património familiar eram prioritárias e a morte do seu irmão mais velho em 1717, o 11º Conde de Redondo que tinha apenas um filho de quatro anos, obrigou a Casa de Redondo a pensar numa estratégia alternativa, caso esta criança não sobrevivesse. É nesta perspectiva que o casamento acontece com Dona Maria Antónia, descendente de uma linhagem da aristocracia de toga, sendo o seu pai Roque Monteiro Paim⁴¹ (1643-1706). Dona Maria Antónia apesar de ter menos quinze anos que o marido, também não se casa nova para a época em causa. Do lado desta família há igualmente questões patrimoniais a resolver, visto a irmã mais velha de Maria Antónia, Dona Constança Luísa Monteiro Paim (1680-?) casada com o 1º Conde de Alva⁴² em 1703, não ter gerado filhos. A estratégia testamentária da família

³⁸ Rodrigo de Sousa Coutinho Castelo-Branco e Menezes após a morte de Dom Tomé de Sousa Coutinho (1677-1717), 11º Conde de Redondo, seu irmão mais velho, administra a casa de Redondo durante a menoridade do seu sobrinho. Ocupa, também, o cargo de Vedor da Casa Real. (Andrée Mansuy Diniz SILVA — *Portrait d'un homme d'État: D. Rodrigo de Sousa Coutinho, Comte de Linhares: 1755-1812*. 1º vol. Lisbonne Paris: Centre Culturel Calouste Gulbenkian, Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.)

³⁹ Dona Antónia Monteiro Paim foi considerada uma mulher bastante letrada para a época e dela é a tradução do italiano para português da “História da Igreja do Japão, em que se dá notícia da primeira entrada da Fé naquele Império, dos costumes daquela nação, gentes, suas terras, coisas curiosas e raras para os eruditos estimáveis, e para todos gratas, composta pelo P. João Crasset da Companhia de Jesus, que a escreveu em língua francesa. 1749”. (SILVA, op. cit.)

⁴⁰ Este palácio não faz parte das propriedades herdadas por Dona Maria Antónia descritas na “Relação das propriedades que pertencem ao vínculo que instituiu o Desembargador Pedro Fernandes Monteiro, e dos que pertencem ao vínculo que instituíram os Rd.^{os} Martim e António Monteiro Paim”, (ANTT, *Desembargo do Paço* (Extremadura-Corte-Ilhas) – Próprios, maço 2095, nº38), respectivamente avô e tios paternos de Dona Maria Antónia.

⁴¹ Roque Monteiro Paim estudou direito na Universidade de Coimbra. Foi secretário de D. Pedro II, Juíz da Inconfidência, Conselheiro da Fazenda, Ouvidor da Casa de Bragança e serviu as três secretarias: Estado, Mercês e Assinatura. Escreveu a obra antijudaica “Perfidia Judaica, Christus vindex múnus Principis Ecclesia Lusitanea ab Apostatis liberata. Discurso Jurídico e Politico. 1671”. (SILVA, op. cit.)

⁴² Título atribuído em 1729 a Dom João de Sousa e Ataíde (1663-1740) filho segundo dos Condes de Atouguia. Este título foi-lhe atribuído pelo reconhecimento pelo bom serviço militar que prestou durante a Guerra de Sucessão Espanhola e por este ser casado com Dona Constança, herdeira e administradora do morgado de Alva. (Manuel José da Costa Felgueiras GAYO — *Nobiliário de famílias de Portugal*. 2ª Ed. Braga: Carvalhos de Basto, 1992.)

de Dona Maria Antónia muda quando se percebe que a irmã não gerará descendência. Este facto é por mais evidente nos testamentos dos seus tios, ambos com carreiras eclesiásticas: o primeiro, Martim Monteiro Paim, fez parte do Conselho do Rei durante cerca de cinquenta anos; o segundo, António Monteiro Paim, foi Deão da Catedral de Coimbra e inquisidor em Coimbra e Lisboa. Se os vínculos de seu pai, que morre em 1706, ainda vão para Dona Constança, os testamentos de ambos os tios, respectivamente de 1717 e 1712, já têm como herdeira dos vínculos constituídos por ambos a sua sobrinha mais nova. Este facto é revelador da mudança de estratégia que se perpetra no seio da família Monteiro Paim⁴³.



Figura 24: Retrato de Dom Rodrigo de Sousa Coutinho, 1º Conde de Linhares.

Foi Primeiro Ministro no início do século XIX e terá passado a sua infância no Palácio do “Bichinho de Conta”, na companhia de sua avó paterna, Dona Maria Antónia.

Fonte: pt.wikipedia.org

Deste casamento nasceram sete filhos, dos quais valerá a pena referir apenas três nesta pequena genealogia por terem sido os únicos a casar com geração. São eles: Dona Leonor Ana Josefa de Portugal (1722-1806), e os seus irmãos, gémeos entre si, Dom Vicente Roque de Sousa Coutinho (1726-1792), considerado como o mais velho dos dois, e Dom Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho (1726-1780). Sem certezas em relação ao período em que terá sido ocupado o Palácio assumir-se-á que esta geração terá vivido parte da sua infância no Palácio em estudo.

Após o terramoto de 1755, Dona Maria Antónia, já viúva, recebe e educa na sua casa vários dos seus netos. Os dois filhos de Dom Francisco, Dom Rodrigo de Sousa Coutinho⁴⁴ (1755-1812) e Dom José António de Sousa Coutinho⁴⁵ (1757-1817), o filho de Dona Leonor de Portugal, Dom José Maria de Sousa Botelho⁴⁶ (1758-1825) e a filha de Dom Vicente de Sousa

⁴³ SILVA, op. cit.

⁴⁴ Dom Rodrigo de Sousa Coutinho será o 1º Conde de Linhares. Apadrinhado pelo próprio Pombal, fará parte de uma geração de políticos que prolongará o Pombalismo muito para além do fim da governação de Pombal. Inicia a carreira diplomática em 1777 na Sardenha e vai para Turim em 1779, onde fica até 1798. De regresso acaba por ocupar diversos cargos na governação directa do País, partindo para o Brasil, aquando das invasões francesas, onde veio a morrer. (SILVA, op. cit.)

⁴⁵ Conhecido como “Principal Sousa” seguiu a vida eclesiástica e política. Foi diácono da Igreja Patriarcal de Lisboa e foi o membro representante do clero no Conselho de Regência do Reino, que ficou a governar Portugal quando a corte se refugiou no Rio de Janeiro, dele fazendo parte de 1810 até à sua morte. (SILVA, op. cit.)

⁴⁶ Herdeiro do Morgado de Mateus seguiu a carreira diplomática ocupando diversas embaixadas, nomeadamente a representação diplomática de Portugal junto do então cônsul Napoleão Bonaparte em 1801. Ficou também

Coutinho, Dona Isabel Juliana de Sousa Coutinho (1753-1793) que será conhecida como o “Bichinho de Conta” e que dará o nome ao Palácio. A concentração desta geração em torno da matriarca da família deve-se à ausência dos pais em serviço à coroa fora de Portugal. Dom Vicente vai para Turim como embaixador e posteriormente para Paris onde ficará até 1792, ano do seu falecimento, vivendo em Paris durante a Revolução Francesa, que se inicia em 1789. Isabel Juliana, a filha, fica assim ao encargo de sua avó paterna, até porque a sua mãe, Dona Teresa Vital da Câmara (1734-1753), tinha morrido precocemente no mesmo ano em que Dona Isabel nascera. Dom Francisco Inocêncio, por não ter direito à herança, envereda pela carreira militar e faz serviço no exército entre 1749 a 1762, primeiramente em Chaves e depois, durante a Guerra dos Sete Anos, na fortaleza de Almeida. Em 1763 é-lhe reconhecido o bom serviço durante esta guerra e vê-lhe atribuído o cargo de governador de Angola, cargo que o afastará de Portugal de 1764 a 1773. Apesar da sua ausência prolongada de Lisboa, a presença dos seus dois filhos na casa de Dona Maria Antónia deve-se mais ao facto de ambos terem sido alunos do novíssimo Colégio dos Nobres, durante os seis anos em que este funcionou, situado bastante próximo do Palácio. O filho de Dona Leonor de Portugal, Dom José Maria de Sousa Botelho, também passa grande parte da sua infância nesta casa igualmente devido a estas duas razões: em primeiro lugar à ausência do pai, senhor da casa de Mateus, que, tal como Dom Francisco Inocêncio, segue primeiramente uma carreira militar participando também ele na Guerra dos Sete Anos, seguida de um cargo no ultramar, neste caso como governador de São Paulo, cargo que ocupou de 1765 a 1774; em segundo lugar porque também ele foi estudar para o Colégio dos Nobres.

4.3.2.O “Bichinho de Conta”

Em 1764, em vésperas da partida de Dom Francisco Inocêncio para Angola, e com o seu irmão Dom Vicente já destacado na missão diplomática na Corte de França, é ajustado o casamento da única filha de Dom Vicente, Isabel Juliana, com o segundo filho de Sebastião José de Carvalho e Melo, José Francisco de Carvalho e Daun (1753-1821), que viria a ser o 3º Marquês de Pombal. O casamento é realizado apenas a 11 de Abril de 1768, no oratório deste Palácio⁴⁷, tinham a noiva 15 anos e o noivo 14. Um casamento característico da época, com interesses patrimoniais assumidos no contrato de dote assinado por Dona Maria Antónia e pelo então Conde de Oeiras. Neste contrato, Dona Maria Antónia garantia que a sua neta seria a única herdeira de todos os seus bens⁴⁸.

conhecido por ter escrito uma nova tradução dos Lusíadas para a língua francesa editado em 1817. (Heloísa Liberali BELLOTTO — *Nem o tempo nem a distância*. Lisboa: Alêtheia, 2007.)

⁴⁷ João Bernardo Galvão TELLES — *Geração pombalina*. Lisboa: Dislivro, 2007.

⁴⁸ SILVA, op. cit.

Todavia, apesar do casamento, esta união nunca será consumada. Dona Isabel Juliana enamorada por Dom Alexandre de Sousa Holstein⁴⁹, que conviveu com Dona Isabel e com os seus primos neste Palácio durante a sua infância, recusou-se, durante os mais de três anos desta união, a consumir o matrimónio. Este caso tornou-se um verdadeiro escândalo público para a época, levando Pombal a dar-lhe o epíteto de “Bichinho de Conta”, devido à forma como Dona Isabel, ainda adolescente, confrontou assim os interesses que o Marquês e a sua própria família tinham nesta união. A 15 de Agosto de 1771 a avó envia-a para o Convento de Santa Joana em Lisboa, enquanto Dom José Francisco vai para Coimbra estudar na Universidade. Em 1772 é finalmente anulado o matrimónio por sentença da Santa Sé. Nas actas deste divórcio Dona Isabel Juliana afirma categoricamente nunca ter consentido o casamento,



Figura 25: Retrato de Dona Isabel Juliana. Pombal deu-lhe o epíteto de “bichinho de conta”, por esta ter resistido à consumação do matrimónio com o segundo filho do Marquês.
Fonte: www.geneall.pt

afirmando ainda que tinha deixado esta vontade bastante explícita a sua avó, ao seu pai e à sua tia Dona Leonor de Portugal⁵⁰. Após a dissolução do casamento, Dona Isabel Juliana será enviada para o Convento do Calvário em Évora em 1772, onde permanecerá seis anos, sendo proibida de ter qualquer contacto com o mundo exterior. Sairá deste convento já depois da morte de Dom José I e do afastamento do Marquês de Pombal da vida pública. Casará⁵¹, finalmente, com Dom Alexandre de Sousa Holstein em 1779⁵².

O pai, Dom Vicente, é compelido por Pombal a casar novamente por forma a gerar um filho varão e desprover Dona Isabel Juliana da sua herança. Este casamento realiza-se logo em 1773, já Dom Vicente gozava de 47 anos, com Dona Louise de Montboissier de Canillac (1754-1792). A ironia deste episódio está no facto de o filho de Dom Vicente, Dom Luís Roque de Sousa Coutinho⁵³ (1783-1850), vir a casar-se com uma das filhas da sua meia-irmã, Dona Mariana Vicência (1784-1829), recebendo o título de 3º Conde de Alva em 1797.

⁴⁹ Primeiro embaixador Português na Corte da Prússia chegou a Berlim em 1789. O pai, Dom Manuel de Sousa, e os seus dois irmãos mais velhos, Dom Filipe de Sousa e Dom Frederico de Sousa, foram implicados no processo do atentado ao rei Dom José I. O pai acabou por morrer na prisão de Belém. (Maria de Fátima BONIFÁCIO – *Memórias do Duque de Palmela*. Lisboa: Dom Quixote, 2011.)

⁵⁰ João Carlos Feo TORRES; Visconde de Sanches BAËNA — *Memórias histórico-geneológicas dos Duques portugueses do séc. XIX*. Lisboa: Typografia da Academia Real das Sciencias, 1883.

⁵¹ Deste casamento nascerá Dom Pedro de Sousa Holstein (1781-1850), 1º Conde, Marquês e Duque de Palmela. (BONIFÁCIO, op. cit.)

⁵² Este episódio chegou a ser romanceado por Rocha Martins no livro *O Bichinho de Conta*. Também Marcelino de Mesquita encenou um drama em 4 actos e 7 quadros, intitulado *Sempre-noiva*, levado à cena do teatro de D. Maria II em 1900.

⁵³ Foi 3º Conde de Alva e o 1º Marquês de Santa Iria. Nasceu em França e foi baptizado na Capela Real do Palácio de Versalhes. Teve como padrinhos o Rei Luís XVI e a Rainha Maria Antonieta. (GAYO, op. cit.)

4.3.3.O século XIX

Após a morte da matriarca Dona Maria Antónia em 1773 o Palácio parece ser relegado para segundo plano pelos seus herdeiros. O filho varão, Dom Vicente, nunca mais viverá em Lisboa acabando os seus dias em Paris no seu cargo de representante diplomático em França. A sua filha, após a morte da avó, encontra-se no Convento do Calvário em Évora, como já foi referido anteriormente. Depois do casamento com Dom Alexandre, Dona Isabel Juliana viverá nos países onde o seu marido terá residência devido aos cargos diplomáticos que vai ocupando, vindo a falecer em 1793 na cidade de Genebra⁵⁴. O filho de Dom Vicente, D. Luís Roque Sousa Coutinho, nasce em França onde vive até à morte dos seus pais. A primeira referência à sua presença em Portugal sugere-nos que em 1807 já habita em Lisboa numa casa na Rua do Calvário em Santo Amaro⁵⁵, aí permanecendo pelo menos até 1818 quando se muda para a Boa Hora⁵⁶ (Ajuda). Após esta habitação na Ajuda terá ocupado um antigo palácio, pertencente à família⁵⁷, em São Pedro de Alcântara, pelo menos desde 1822 até à sua morte⁵⁸. Não se encontrou mais nenhum indício do Palácio do “Bichinho de Conta” ter sido habitado por mais algum membro da família.

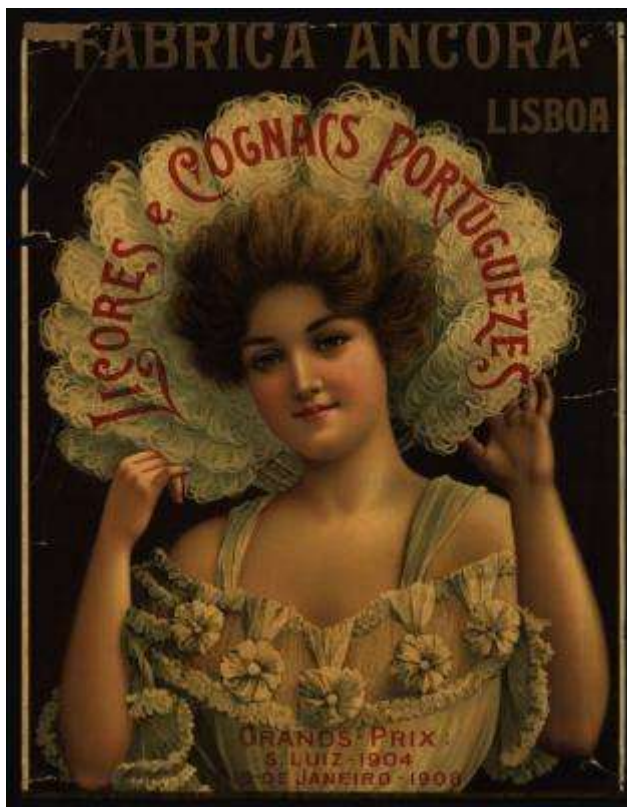


Figura 26: Cartaz publicitário da fábrica de licores Âncora.
Fonte: arquivo digital da B.N.P. - <http://www.bnportugal.pt/>

Um documento encontrado no Arquivo da Câmara Municipal de Lisboa (anexo 7.1) dá como proprietário do Palácio, já em 1877, um tal de Francisco Figueira Freire. Especula-se que este Francisco Freire (1831-1906) seja o marido de Dona Maria da Madre de Deus de Figueiredo Cabral da Camara⁵⁹ (1832-1868). Desconhece-se quando e em que condições terá o Palácio passado para as mãos deste proprietário sendo também uma incógnita se esta família alguma vez habitou o Palácio.

⁵⁴ BONIFÁCIO, op. cit.

⁵⁵ António VENTURA — *Um olhar feminino sobre Portugal, D. Mariana de Sousa Holstein*. Lisboa: Livros Horizonte, 2006.

⁵⁶ VENTURA, op. cit.

⁵⁷ Cf. ANTT *Desembargo do Paço* (Estremadura Corte e Ilhas) – Próprios, maço 2095, nº 38.

⁵⁸ *Memórias do marquês de Fronteira e d'Alorna D. José Trazimundo Mascarenhas Barreto ditadas por ele próprio em 1861*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1928-1932.

⁵⁹ Filha do 2º Conde de Belmonte, Dom José Maria Figueiredo Cabral da Câmara (1800-1834). (GAYO, op. cit.)

No último quartel do século XIX o Palácio já estaria, muito provavelmente, dividido em dois fogos numa possível tentativa de rentabilização através do arrendamento a vários inquilinos. Um dos sinais desta alteração na estrutura do edifício está no acrescento de um terceiro piso na fachada principal⁶⁰. Será então neste período que o Palácio, ou mais provavelmente parte dele, é habitado em regime de arrendamento pelo médico Dr. Gregório Rodrigues Fernandes⁶¹ (1849-1906), com a sua mulher Dona Elisa Mac Bride Fernandes e seus dois filhos. Nascido em Salvaterra de Magos, o Dr. Gregório Fernandes estuda na Escola Médico Cirúrgica de Lisboa terminando o curso em 1878⁶². Assumindo esta data como referência, pode afirmar-se que terá vindo habitar no edifício somente após o término do curso quando já auferia rendimentos próprios. Os seus dois filhos, Alberto Mac Bride (1886-1953) e Eugénio Mac Bride (1898-1966), também formados em medicina, terão passado nesta casa parte da sua mocidade⁶³.

4.3.4. Os Wagner

No final do século XIX o Palácio é então comprado por Leopoldo Manillius Wagner⁶⁴, ficando nas mãos desta família até ao final do século XX. Leopoldo Wagner (1857-1924) nasce no seio de uma família de músicos, sendo um dos sete filhos⁶⁵ de Ernesto Victor Wagner (1826-1903) e de Leopoldina Carolina Neuparth (1831-1901). Ernesto Wagner nasce em Zelenroda-Triebes, no estado da Turíngia, Alemanha. Vem viver para Portugal em 1845, entusiasmado com o momento político que se vivia na altura, alistando-se num dos batalhões nacionais que participaram em 1846 na guerra civil originada pela Revolta da Maria da Fonte. Em 1848 monta uma fábrica de pianos com Carlos Habel, que mais tarde veio a pertencer-lhe exclusivamente e onde trabalharam os seus dois filhos Herman Max Wagner (1850-1915) e Daniel Wagner (1856-1905). Considerado um notável trompista foi professor deste instrumento do próprio Rei Dom Luís, sendo nomeado músico da Real Câmara em 1849. Em 1861 torna-se professor do Conservatório, por onde passaram alguns dos seus filhos, aos quais deu aulas. Dos sete filhos de Ernesto Wagner, apenas Leopoldo Wagner não seguiu a carreira profissional na música, apesar de também saber tocar trompa, ficando conhecidas as suas “sessões” instrumentais de trompa enquanto tomava banho.

Leopoldo Wagner estudou no Instituto Industrial e Comercial de Lisboa. Fez serviço militar na guarnição de Viana do Castelo, ingressando mais tarde na Real Companhia Vinícola

⁶⁰ CARITA, op. cit.

⁶¹ Rocha MARTINS – *O destino dos palácios, a residência do “Bichinho de Conta”*. In Diário de Notícias, 23 de Maio de 1944.

⁶² “Fernandes, Gregório Rodrigues” in *Enciclopédia Portuguesa & Brasileira*. Vol. 11, pág. 105.

⁶³ MARTINS, op. cit.

⁶⁴ Norberto de ARAÚJO — *Peregrinações em Lisboa*. 2ª Ed. Lisboa: Vega, 1992. 5ª vol.

⁶⁵ Por ordem de nascimento são eles: Herman Max Wagner (1850-1915); Virgínia Henriqueta Wagner (1851-1885); Eduardo Oscar Wagner (1852-1899); Victor Augusto Wagner (1854-1877); Daniel Wagner (1856-1891); Leopoldo Wagner (1857-1924); Ernestina Wagner (1858-1888).

do Norte de Portugal, sediada no Porto. Finalmente em 1882 fixou-se em Lisboa onde veio a fundar, nesse ano, a Fábrica de Licores Âncora⁶⁶ que geriu até à data de sua morte. Leopoldo Wagner casa-se com Virgínia de Oliveira Basto Wagner (1859-1939), também ela ligada à música, ficando reconhecida tardiamente pelas obras que compôs⁶⁷. O casamento acontece, muito provavelmente, no Porto aquando da estadia de Leopoldo Wagner na Companhia Vinícola e pelo facto de Virgínia ser natural desta cidade. A compra e ocupação do Palácio não terão ocorrido antes da década de 90 do século XIX. Esta consideração prende-se com a referência que Norberto de Araújo faz ao apontar para o final do século como período da sua compra⁶⁸. De qualquer forma, e apesar de Leopoldo Wagner ter feito fortuna como mestre licoreiro, a disponibilidade financeira para comprar um edifício desta envergadura não terá sido imediata.

Deste casamento nasceram três filhos que também terão habitado o palácio durante toda a sua mocidade. O filho do meio, Mário Basto Wagner (1885-1922), formou-se em Físico-Química e Filosofia na Universidade de Leipzig. Não se casou e não teve filhos, morrendo relativamente novo, tornando-se, todavia, professor catedrático na Escola Politécnica de Lisboa, escrevendo vários artigos científicos relevantes para a época. Para além de ter sido sócio correspondente de várias academias científicas na Europa, correspondeu-se também com Albert Einstein⁶⁹. O filho mais novo, Victor Manuel Basto Wagner (1887-1955), também não se casou e não teve filhos. Ainda assim tornou-se director da companhia de licores fundada pelo pai. A filha mais velha, Olinda Basto Wagner (1884-1954), casa-se com João António Ribeiro (1870-1981), tendo somente um filho, António Wagner Ribeiro (1916-198?), que veio a ser o único herdeiro do negócio de licores, bem como do Palácio do “Bichinho de Conta”, que terá habitado presumivelmente a partir da morte de sua avó Virgínia Oliveira Basto. Pelo menos durante o primeiro quarto do século XX, a metade norte do Palácio terá sido arrendada a uma tal família Pita e Castro⁷⁰, desconhecendo-se quem habitou a metade norte do Palácio durante o restante século XX. Porém, a partir de meados da década de 80, há registo nos arquivos da Câmara de tentativas de terciarizar esta parte do imóvel⁷¹. Desconhece-se se terá sido conseguida aprovação para esta alteração. A verdade é que com autorização ou sem ela, a terciarização aconteceu. O corpo norte do Palácio foi subdividido em vários escritórios que foram ocupados por várias empresas do sector da indústria criativa⁷².

⁶⁶ Esta empresa fechou nos anos 80 do século XX. Estava sediada (escritórios e fábrica) na Rua do Alecrim nº32-36 onde ainda é possível ver uma tabuleta publicitária dos Licores Âncora. Mais tarde, apesar de a sede permanecer nesta rua, a fábrica é deslocalizada para o sítio de Xabregas.

⁶⁷ “Wagner, Virgínia Oliveira” in *Enciclopédia Portuguesa & Brasileira*. Vol. 36, pág.766.

⁶⁸ ARAÚJO, op. cit.

⁶⁹ Elsa MOTA; Paulo CRAWFORD; Ana SIMÕES - *Einstein in Portugal: Eddington's expedition to Principe and the reactions of Portuguese astronomers (1917–25)*. British Society for the History of Science, 2008.

⁷⁰ ARAÚJO, op. cit.

⁷¹ Pelo menos dois processos foram encontrados no arquivo da C.M.L.: Obra 22181 Proc. 34596/DAG/PG/1985; Obra 22181 Proc. 3912/DMPGU/OB/1990.

⁷² Seis empresas sediaram-se no 2º e 3º pisos: Paulo Matos, Alta Costura; Criação Têxtil, Susanna Sommariva, Rolnado Pinheiro; Manufactura de Imagens; Q&M Ateliê; A. Farinha da Silva, Luisa Pacheco Marques, Arquitectos; SED Lda. e uma loja de comércio de móveis, Arte Bruta, ocupou as duas áreas comerciais no piso térreo.

No início do século XXI o Palácio é, então, vendido pelos herdeiros à FIDES - Investimentos e Gestão Imobiliária, Lda., uma empresa de investimento imobiliário. Esta empresa, por sua vez, encomenda um projecto de arquitectura ao gabinete PPST Arquitectura, Lda., liderado pelo arquitecto Samuel Torres de Carvalho, com vista à transformação do Palácio num condomínio. Este projecto foi aprovado pelos serviços da Câmara Municipal de Lisboa, encontrando-se o Palácio, neste momento, devoluto e para venda.

4.4. O PALÁCIO

A análise que se segue do Palácio “Bichinho de Conta” é organizada segundo as temáticas anteriormente desenvolvidas no terceiro capítulo sobre os vinte casos de estudo escolhidos. O primeiro subcapítulo debruça-se sobre a implantação, o seguinte sobre a fachada principal, um terceiro é dedicado à análise das plantas e um quarto às escadarias. Os subcapítulos dedicados à implantação, fachada e escadarias serão, necessariamente, desenvolvidos em modo comparativo com as conclusões anteriormente alcançadas aquando do estudo dos vinte palácios seleccionados. Esta abordagem comparativa não descurará a identificação, sempre que possível, das alterações por este palácio sofridas ao longo da sua existência. O subcapítulo onde se analisam as plantas não será feito segundo critérios comparativos, por este estudo não ter acontecido em relação aos vinte casos de estudo. Esta opção, já apontada na introdução, prende-se com a natureza breve deste tipo de dissertação, bem como com a dificuldade que haveria para encontrar informação suficiente para esta comparação. Independentemente deste facto procurar-se-á interpretar as opções organizativas do espaço, principalmente durante o século XVIII, período em que se presume ter sido concebido o Palácio. A análise da planta basear-se-á, exclusivamente, na interpretação e comparação de vários elementos desenhados, visto a visita ao interior do Palácio não ter sido permitida pelo actual proprietário. Os elementos desenhados incluem o mais recente levantamento efectuado para o desenvolvimento da futura intervenção.

4.4.1. Implantação



Figura 27: Planta esquemática da inserção do Palácio do “Bichinho de Conta”.
É visível a actual disposição volumétrica do edifício.
Fonte: desenho do autor.

A implantação do palácio Bichinho de Conta corrobora uma tendência identificada anteriormente nos vinte casos estudados. Apesar de o edifício integrar uma frente de rua, situação verificada apenas nos casos de Minas e Alcáçovas insere-se perfeitamente na morfologia da Rua de “O Século”. A leitura da fachada principal, virada a poente, é dificultada pela estreiteza que esta rua mantém neste troço. O edifício desenvolve-se encaixado na base da encosta virada a Poente da colina ocupada pelo Bairro Alto, permitindo que o andar nobre, correspondente ao primeiro andar, se encontre ao nível da cota do logradouro. O Palácio apresenta

na sua conformação original, como veremos mais adiante, uma planta em L composta por dois corpos distintos. O corpo principal, com cobertura de três águas, estende-se longitudinalmente ao longo da rua, apresentando apenas uma fachada pública. O segundo corpo, disposto perpendicularmente ao primeiro, é dominado, originalmente, por uma cobertura em terraço. Este corpo divide o espaço exterior da propriedade em duas partes. A primeira, ajardinada, possibilita a observação do Rio e o contacto visual com a rua, visto tratar-se de um jardim elevado delimitado por um muro de contenção que se desenvolve a sul do edifício alinhado com a fachada principal. O segundo espaço exterior encontra-se nas traseiras do corpo principal, delimitado pelo L composto pelos dois corpos originais. Está, actualmente, ocupado por um terceiro corpo que transforma a planta em L numa planta assimétrica em U (Figura 27). Para compreender melhor a conformação e implantação original do Palácio, bem como a evolução sofrida num período de profunda alteração no seu uso, recorrer-se-á à análise de três cartas topográficas publicadas respectivamente em 1857, 1878 e 1911.

Na Figura 28 é possível observar-se o levantamento da constituição da área onde se insere o Palácio em cerca de 1857. É provável que esta conformação esteja muito próxima da conformação de meados do século XVIII. Nesta imagem há a realçar, em primeiro lugar, a ausência do corpo norte, provavelmente acrescentado apenas aquando da divisão do Palácio em dois fogos. Outro pormenor observável, e provavelmente a única alteração formal em



Figura 28: Montagem das cartas nº35 e nº 42 elaboradas por Filipe Folque (circa 1857). A localização e disposição em planta do Palácio “Bichinho de Conta” encontra-se assinalada a azul.
Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa - <http://arquivomunicipal.cm-lisboa.pt/>

relação à volumetria setecentista, é a presença, no vértice interior do L, de um pequeno “serrilhado”, que será explorado no capítulo dedicado à análise da planta. A presença deste último pormenor é revelador da preocupação de Filipe Folque na execução pormenorizada deste conjunto de cartas, e leva a crer que a distinção gráfica feita na ocupação dos dois espaços exteriores também tenha um significado. O espaço sul é nitidamente uma área ajardinada de carácter lúdico, facto evidenciado pela comparação com o grafismo escolhido para os jardins do Palácio dos Carvalhos, localizado a sudoeste do caso de estudo. A segunda área exterior, o logradouro, já apresenta uma ocupação que sugere uma função produtiva. A conclusão de que o logradouro seria uma horta/pomar é corroborada pelo grafismo composto por um conjunto de árvores dispersas, aliada a uma estrutura longitudinal (presentemente desaparecida) desligada do Palácio e encostada ao muro de contenção do logradouro. Em nota de curiosidade é também visível a evolução da envolvente, especialmente na largura da Rua. Nesta carta de Filipe Folque o prédio contíguo, a norte, ainda se encontra com a fachada alinhada com a do Palácio do “Bichinho de Conta”. O edifício a sul do Largo do Chafariz, que proporcionava um carácter simétrico ao largo ainda está presente. O conjunto pombalino envolvendo a actual Rua João Pereira da Rosa já se encontrava desalinhado com o edificado envolvente ao Largo do Chafariz. Este desalinhamento marca uma tendência que parece ter havido para o alargamento da Rua que, como já foi referido anteriormente, tem uma génese rural.



Figura 29: Montagem das cartas nº35 e nº 42 elaboradas por Francisco e César Goullard (circa 1878). A localização do Palácio encontra-se, mais uma vez, assinalada a azul.

Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa - <http://arquivomunicipal.cm-lisboa.pt/>

A carta da Figura 29, já de 1878, vem reiterar a ideia apontada no subcapítulo 4.4.3, de que terá sido por volta do terceiro quartel do século XIX que o Palácio passa de uma unidade habitacional para um edifício dividido em dois fogos independentes. Dois pormenores na implantação do Palácio são reveladores deste facto. O primeiro, e mais importante, é visível na presença do terceiro corpo a norte do logradouro, contendo uma segunda cozinha, que confere ao Palácio a actual planta em forma de U. O segundo elemento indicador desta divisão, talvez menos revelador nesta fase da análise, é o surgimento de um muro (presente ainda nos nossos dias) a partir do “serrilhado” identificado anteriormente, encostado ao segundo corpo do Palácio, que permitiria uma maior discricção no uso do corpo de serviço da cozinha original. Neste conjunto de cartas a diferenciação entre os jardins e as hortas já não é tão evidente. De qualquer das formas, o logradouro, agora ocupado pelo terceiro corpo, parece perder a sua função produtiva. A ausência de qualquer identificação de arvoredo e a evidente demolição do corpo que existia encostado ao muro, são demonstrativos da alteração de uso deste espaço. Na análise da envolvente pode reparar-se em algumas alterações referentes à intenção de alargar e normalizar o perfil da Rua Formosa. A fachada do edifício que faz esquina com a Calçada do Tijolo já se encontra “desviada” uns metros para nascente. Esta tendência é também visível no edifício que delimita o largo a sul, visivelmente marcado por uma linha que parece antecipar uma provável alteração já prevista em sede municipal.

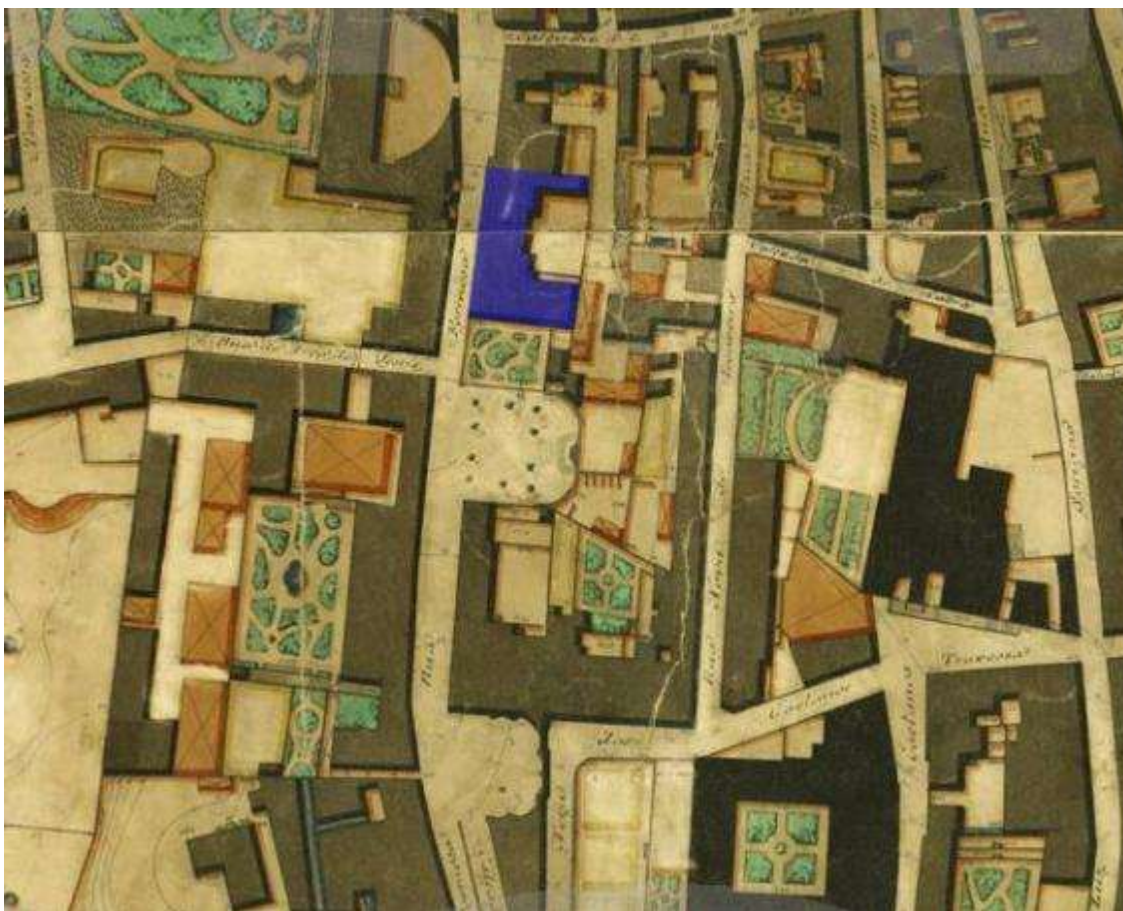


Figura 30: Montagem das cartas 10G e 10F elaboradas por Silva Pinto (circa 1911).
A localização do Palácio encontra-se assinalada a azul.

Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa - <http://arquivomunicipal.cm-lisboa.pt/>

Na última carta topográfica, visível na Figura 30, a principal conclusão em relação à implantação do Palácio é que as alterações essenciais sofridas terão ocorrido principalmente na segunda metade do século XIX. A planta do Palácio, nesta última carta, nada difere da anterior, apresentando uma ocupação do terreno que, pelo menos aparentemente, se manteve inalterada até aos nossos dias. Em relação à envolvente há a assinalar a execução decisiva do alargamento da Rua. Tanto os edifícios contíguos ao Palácio a norte como o edifício a sul do Largo do Chafariz estão, em 1911, com as fachadas definitivamente “desviadas” para nascente, tal como se encontram no presente. O Palácio parece ter sido poupado a esta campanha municipal do final do século XIX, com vista a regularizar a antiga Rua Formosa, desconhecendo-se se houve alguma diligência com vista a normalizar este troço da actual Rua de “O Século”.

4.4.2. Fachada principal



Figura 31: Fotografia do Palácio visto de norte.

Utilizou-se uma fotografia de 1968 do arquivo municipal por ainda apresentar a fachada relativamente limpa da vegetação que foi surgindo no telhado do terceiro piso e que se estendeu até ao andar nobre. É visível nesta fotografia o desfasamento entre a fachada do Palácio e o prédio contíguo.

Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa - <http://arquivomunicipal.cm-lisboa.pt/>

Com apenas uma fachada exterior (pública), o Palácio dificilmente poderia ser mais representativo do período considerado para a sua execução. Apresenta dois pisos em toda a sua extensão, mais um terceiro piso nitidamente acrescentado ocupando cerca de um terço do comprimento total. Este terceiro piso foi, muito provavelmente, avançado sobre a fachada principal aquando da divisão do Palácio em dois fogos, no último quartel do século XIX, por forma a acrescentar área útil ao fogo localizado na metade norte do edifício. Se ignorarmos

momentaneamente este terceiro piso, reparamos que a fachada principal é na realidade bastante mais “conseguida” que a generalidade das fachadas dos casos estudados. Com cerca de 37 metros de comprimento e 9 de cêrcea a meio, o Palácio apresenta uma fachada de aparência explicitamente horizontal e contínua, sem interrupções por cunhais, pilastras ou qualquer ângulo como é observado no Palácio Conde Barão ou dos Carvalhos, evidenciando um desenho claramente unificado.

Outra característica que parece prover a fachada de algum idealismo para a época é o facto de a simetria, raramente conseguida nas intervenções dos palácios estudados, aqui ser facilmente alcançável devido à centralidade que o portal nobre tem na fachada. Apenas o Palácio Andrade e o Palácio Almada, de todos os palácios estudados, apresentam um portal nobre centralizado na fachada. A fachada é ainda emoldurada por uma cornija de remate com o beirado à portuguesa, um basamento em cantaria irregular por forma a acompanhar o declive da rua, um cunhal no extremo sul e uma pilastra em alvenaria de tijolo rebocada no extremo norte. A presença e disposição destes elementos estão em linha com o que já foi observado. A ausência de um cunhal em cantaria no extremo norte é, provavelmente, o pormenor menos consentâneo com a tendência observada nos restantes palácios, onde até as pilastras que marcam prováveis preexistências são, normalmente, em cantaria. Esta substituição do cunhal por uma pilastra em alvenaria de tijolo, parece estar associada às profundas alterações realizadas durante o acrescento do terceiro piso, bem como da demolição do prédio vizinho durante a campanha de alargamento da Rua Formosa nos finais do século XIX, que terão tornado o cunhal obsoleto na sua função estrutural ou, provavelmente, demasiado instável. Apenas estes dois factos parecem justificar a ausência de um cunhal neste extremo, elemento claramente em falta, essencial na concepção de estruturas no período anterior ao terramoto e que caracteriza quase todos os palácios anteriormente estudados.

Os dois pisos analisados em mais detalhe corroboram as conclusões da análise dos vinte casos estudados. O andar nobre, extremamente regular na sua métrica, encontra-se dividido do piso térreo por um friso sobre cornija contínuo



Figura 32: Ampliação de uma das onze janelas de sacada do andar nobre. Neste exemplo são visíveis vários pormenores interessantes: as pinhas metálicas a decorar a guarda, e a goteira decorada com um pequeno arabesco, elementos já desaparecidos da maior parte das janelas; e o friso com os rebordos em relevo.
Fonte: fotografia do autor.

em toda a extensão da fachada, e é composto por onze janelas de sacada. Estas janelas são encimadas, cada uma delas, por uma espécie de entablamento simplificado e não apresentam mais nenhum adorno visível na moldura em cantaria. As guardas das janelas, compostas pelos característicos varões de nós e encimadas por duas “pinhas” em ferro nos ângulos, tão comuns na primeira metade do século XVIII, parecem ser ainda elementos originais do Palácio. Este piso apresenta, ainda, o característico cordão decorativo entre a cornija do beirado e o entablamento simplificado das janelas de sacada, visível em vários dos exemplos estudados (Alcáçovas, Redondo, Copeiros Mores, Flor da Murta, Tancos, Santo Estêvão, Teles de Melo). Apenas um pormenor, após uma observação mais detalhada, parece quebrar a harmonia geral deste andar. As cinco janelas de sacada do extremo norte (à esquerda da fachada) apresentam uma métrica ligeiramente diferente da restante fachada, encontrando-se separadas entre si por uma distância inferior à que separa as restantes janelas. Este pormenor não é perceptível por quem observa o Palácio no local, por ser virtualmente impossível fazer uma leitura frontal do conjunto, devido à largura estreita da rua neste troço, sendo apenas perceptível após uma análise do desenho de levantamento da fachada. A diferença de métrica nestas janelas parece apontar para uma possível presença de alguma estrutura preexistente, adaptada posteriormente aquando da construção do Palácio. Este facto é também observado, por exemplo, no Palácio Alcáçovas, onde a métrica das duas janelas do extremo esquerdo difere da restante fachada. No caso Alcáçovas, todavia, a métrica diferente das últimas janelas corresponde a um corpo explicitamente diferente, que se revela quando se analisa a cobertura e o tardo do edifício. No caso do Palácio do “Bichinho de Conta”, a possível preexistência correspondente a estas cinco janelas terá sido totalmente integrada no corpo principal do Palácio, pois não se vislumbra mais qualquer indício deste facto, como se verá mais adiante.

O piso térreo, tal como nos restantes casos estudados, contrasta explicitamente com o carácter regular do andar nobre. Com excepção do portal que, como já foi referido, se encontra no centro da fachada, os restantes vãos, que são em aparência absolutamente desordenados,

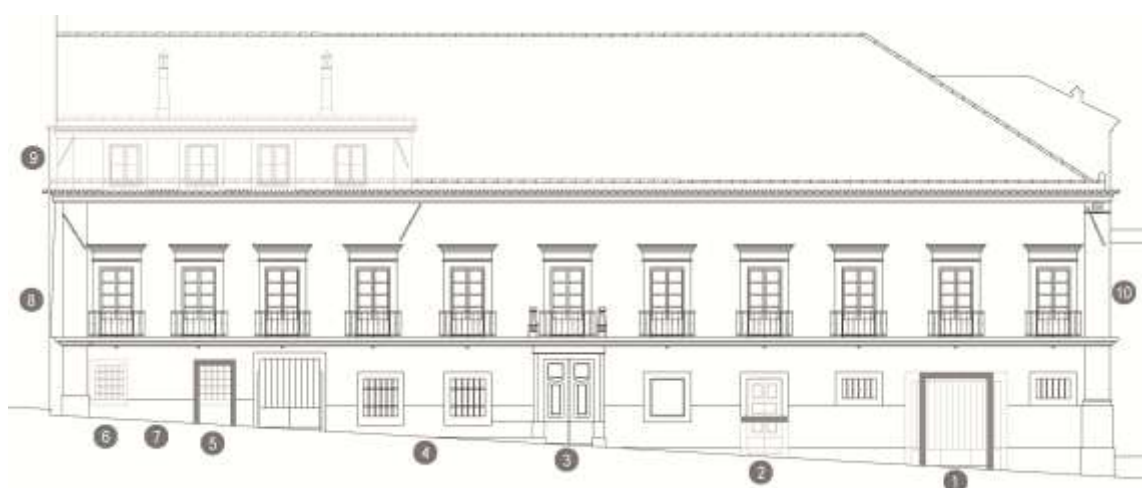


Figura 33: Fachada principal do Palácio do “Bichinho de Conta”.

Assinalados a cinza claro estão as partes que se identificaram como tendo sido acrescentadas, nomeadamente o acrescento do 3º piso. A cinza mais cheia estão identificadas algumas das modificações identificadas, incidindo essencialmente em alterações dos vãos do piso térreo.

Fonte: desenho do autor sobre levantamento do gabinete PPST arquitectura, Lda.

revelam as adaptações e readaptações que o piso térreo terá sofrido nas diversas ocupações de que foi alvo. Na Figura 33, bem como no capítulo seguinte, onde se analisará a planta deste piso, procurar-se-á interpretar parte destas alterações.

Na Figura 33 podem observar-se as proporções reais da fachada. Nesta figura são visíveis, num tom quase sumido, os elementos identificados neste trabalho como tendo sido acrescentados ou alterados já no século XIX. Numericamente assinalados foram também identificados pormenores que justificam uma referência especial, alguns já referidos e analisados anteriormente.



Figura 34: Porta da garagem.
Ponto 1 da figura 33.

Portal lateral associado à entrada de carruagens, mais tarde transformado em portas de garagem através do alargamento do vão, em 1942 (anexo 7.2), com a introdução de um novo lintel em betão armado.

Fonte: fotografia do autor.



Figura 35: Porta de loja.
Ponto 2 da figura 33.

Porta rasgada em 1877 (processo camarário (anexo 7.1) no local de uma antiga janela. Ainda é visível o acrescento que as ombreiras sofreram por forma a desenhar a moldura em cantaria até ao nível do pavimento.

Fonte: fotografia do autor.



Figura 36: Portal nobre.
Ponto 3 da figura 33.

Portal nobre centralizado na fachada, nitidamente contemporâneo da execução do Palácio.

Fonte: fotografia do autor.



Figura 37: Vão de janela.
Ponto 4 da figura 33.

Um dos dois vãos que suscitam algumas dúvidas pela dimensão um pouco exagerada dos peitoris (29 cm) e por estes se encontrarem ligeiramente desalinhados com as ombreiras.

Fonte: fotografia do autor.



Figura 38: Vão de janela/porta.
Ponto 5 da figura 33.
 Actualmente uma janela, este vão foi, obviamente, uma porta.
Fonte: fotografia do autor.



Figura 40: Capeamento do basamento.
Ponto 7 da figura 33.
 Neste extremo do Palácio o basamento original, já desaparecido, aparece substituído por uma pedra de capeamento de dois centímetros de espessura.
Fonte: fotografia do autor.



Figura 42: Terceiro Piso.
Ponto 9 da figura 33.
 Terceiro piso acrescentado na fachada principal.
Fonte: PPST arquitetura, Lda.



Figura 39: Vão de janela.
Ponto 6 da figura 33.
 Vão de janela provavelmente acrescentado no final do século XIX. Apresenta uma espessura de cantaria de cerca de 16 centímetros.
Fonte: fotografia do autor.



Figura 41: Pilastra no extremo norte.
Ponto 8 da figura 33.
 Pilastra já referida anteriormente que procura reequilibrar esteticamente a simetria da fachada, devido à ausência do cunhal original.
Fonte: fotografia do autor.



Figura 43: Gárgula do cunhal.
Ponto 10 da figura 33.
 Gárgula em cantaria junto ao capitel do cunhal original, no extremo sul do Palácio.
Fonte: fotografia do autor.

4.4.3. Plantas

A análise aqui desenvolvida incidirá primeiramente sobre o andar nobre, por ser, no fundo, o andar central na vivência do imóvel e o que melhor diferencia a habitação aristocrática da habitação corrente.

4.4.3.1. Andar nobre

O andar nobre, após ser “despido” dos acrescentos e alterações que o Palácio sofreu e que foram possíveis identificar, revela-se bastante “simples” na sua composição (Figura 44).

Uma forma em L, como já foi referido, definida por dois corpos, o corpo principal, estendendo-se ao longo da Rua de “O Século” com a fachada virada para poente, e um segundo corpo menos extenso, perpendicular ao primeiro, sem fachadas públicas, destinado a áreas de serviço, nomeadamente à cozinha.

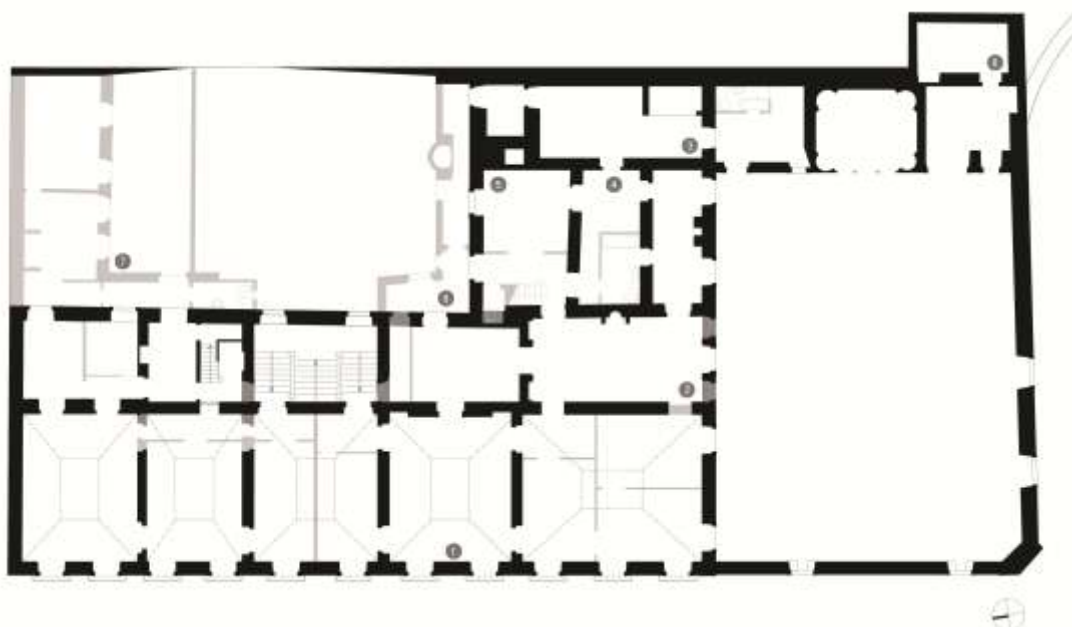


Figura 44: Planta do andar nobre do Palácio do “Bicinho de Conta”.

Assinalados a cinza claro estão os elementos que foram identificados como não fazendo parte da concepção do século XVIII. A cinza escuro os elementos que parecem ter sido eliminados e a preto os elementos fundamentais e ainda presentes na definição do Palácio. Identificados numericamente encontram-se ainda alguns pormenores que mereceram destaque e são analisados em baixo.

Fonte: desenho do autor sobre levantamento do gabinete PPST arquitectura, Lda.

- 1) Único salão nobre que manteve até aos nossos dias o tecto em masseira, embora se encontre adornado hoje em dia num estilo neoclássico. O facto de ser o último tecto em masseira deve-se, muito provavelmente, ao facto de os restantes quatro salões terem sido compartimentados ou se encontrarem por baixo do terceiro piso que foi acrescentado, razões que obrigaram à construção de tectos planos de esteira sobreposta, mais conhecidos por “saia e camisa”.
- 2) Sala nobre virada para o jardim, referida no texto como tendo um tecto em sanca curva que, tal como no salão referido antes, apresenta hoje uma decoração neoclássica, característica da primeira metade do século XIX. A presença de uma sanca em vez de uma masseira neste salão nobre deve-se à falta de altura disponível devido à presença de um quarto no terceiro piso, muito provavelmente de génese contemporânea à concepção do Palácio.

- 3) Cozinha original do Palácio que serviu para este uso até aos nossos dias. Encontra-se revestida de azulejos com padrões pombalinos do século XVIII e padrões já do século XX. (anexo 7.3).
- 4) Compartimento central do conjunto de três compartimentos de serviço de apoio à cozinha. Este compartimento e o compartimento imediatamente à direita, ainda são cobertos, tal como a cozinha, por uma abóbada de berço, embora estas se encontrem tapadas por tectos falsos em gesso decorado.
- 5) Compartimento de serviço hoje ocupado parcialmente por um conjunto de escadas que permitem aceder ao terceiro piso deste lado do Palácio. Este compartimento terá tido, na sua concepção original, um tecto em abóbada tal como os compartimentos contíguos.
- 6) Conjunto de corredores de serviço, formados por um acrescento (o já referido “serrilhado”) ao Palácio e por um conjunto de portas abertas e paredes levantadas no interior do Palácio, por forma a permitir um acesso à área de serviço sem ter de passar pelos salões. Esta composição terá sido executada até meados do século XIX, segundo a planta de Filipe Folque, antes da divisão do Palácio em dois fogos.
- 7) Compartimentos e muro que forneceram à habitação que surgiu na parte norte do Palácio um conjunto de áreas de serviço, incluindo uma segunda cozinha e um pátio, com funções equivalentes às do corpo de serviço original do Palácio.
- 8) A título de curiosidade assinala-se aqui o corpo onde terá existido um provável forno de serviço à cozinha.

O corpo principal é dividido longitudinalmente de uma forma assimétrica por uma parede estrutural. Esta linha define a primeira e mais óbvia divisão hierárquica do espaço deste corpo principal. A poente, virados para a rua, ficam alinhados os compartimentos principais, os mais amplos e com pé direito mais alto, num conjunto de cinco salões com tectos que terão sido todos em masseira. O segundo conjunto de compartimentos, de menores dimensões, viram-se



Figura 45: Aspecto do tecto com sanca em curva da sala assinalada no ponto 2. Esta sala encontra-se virada para o jardim. A realçar nesta imagem a decoração em estilo neo-clássico, bem como a degradação evidente do plano horizontal do tecto.
 Fonte: PPTS arquitectura, Lda.

exclusivamente para o logradouro das traseiras e, no caso da última sala no extremo sul, para o jardim. Esta, pela sua dimensão e pelo facto de apresentar ainda hoje um tecto em sanca, denota um possível uso hierarquicamente equivalente ao dos cinco salões principais. Do conjunto composto pelos compartimentos deste corpo principal apenas os dois compartimentos ocupados por dois conjuntos de escadas, respectivamente pelas escadas nobres e pelas escadas de acesso ao terceiro piso, parecem ter uma função definida. Os restantes compartimentos, principalmente os cinco salões principais e o salão com acesso ao jardim, não suscitam qualquer pista da forma como eram ocupados. Este facto corrobora o conhecimento corrente de que o uso destes espaços era bastante polivalente. Era prática habitual que o uso destes espaços se adaptasse consoante, por exemplo, o número de habitantes presentes ou algum acontecimento festivo (casamento, consoada, etc.) que obrigasse a uma ocupação diferenciada, embora pontual, do espaço.

A polivalência da planta parece ser evidenciada pela forma como os acessos aos diversos compartimentos se fazem sempre através de ligações directas, isto é, não há qualquer corredor ou sala que permita articular os vários espaços. Para se aceder a uma sala que não seja contígua é-se sempre obrigado a percorrer todos os compartimentos intermédios. Esta característica parece ter dificultado bastante as readaptações posteriores do Palácio a novas vivências e costumes, facto que se nota no aparecimento de vários acrescentos e nas opções de compartimentação, principalmente dos salões principais, que permitem a existência de corredores. O exemplo mais flagrante deste facto está no corredor de serviço (ponto 6 da Figura 44) que, num capítulo anterior, dedicado à implantação, é referido na planta de Filipe Folque como o “serrilhado” no vértice interno da planta em L. Uma excepção a esta indefinição de funções talvez esteja no salão a que acedem directamente as escadarias nobres. A localização deste salão terá obrigado a um uso menos polivalente deste espaço. A função deste salão ter-se-á alterado durante a divisão posterior do Palácio, sofrida nos finais do século XIX, que terá dividido este salão em duas partes, ambas transformadas numa espécie de



Figura 46: Aspecto geral da cozinha original. Na fotografia é visível o tecto em abóbada de berço, bem como o revestimento azulejar.
Fonte: PPST arquitectura, Lda.

vestíbulo de transição, perdendo a função mais abrangente de uma “sala vaga” típica do século XVIII. Apenas um exercício de imaginação poderá apontar para a forma como estes compartimentos seriam usados. Os quartos de dormir e as salas de convívio seriam as principais funções que definiriam a ocupação, visto as refeições não acontecerem na altura num compartimento fixo. Os hábitos sanitários também não requeriam uma área fixa, tal como as funções associadas a um escritório, a uma biblioteca ou mesmo a um oratório. Estas funções não ocupavam compartimentos absolutamente distintos, convivendo com outras funções, nomeadamente com os quartos de dormir ou de convívio. Estes quartos e salas comuns englobariam todas estas funções mediante a presença de mobiliário especializado que seria “facilmente” movimentado pelo Palácio, redefinindo funções e usos onde e quando estes fossem necessários.

O segundo corpo, onde se encontram os compartimentos de serviço e a cozinha, encontra-se disposto no terreno de uma forma bastante conveniente, dividindo o espaço exterior em duas áreas distintas, o logradouro e o jardim. É também curioso o facto de o logradouro e os seis salões principais não terem qualquer contacto directo entre si. Entre estas duas áreas encontram-se sempre compartimentos secundários ou de serviço. A cozinha (ponto 3 da Figura 44), compartimento encostado à parede de contenção que também define o logradouro, localiza-se absolutamente separada das áreas mais nobres por três compartimentos contíguos com funções muito provavelmente de apoio à cozinha. Ao contrário do restante Palácio, cujos tectos e coberturas são em madeira ou têm estruturas em madeira, a cozinha e estes três compartimentos têm, cada um deles, tectos em abóbada de berço complementados com uma cobertura única em terraço. Esta característica aliada à separação efectiva da cozinha do restante Palácio, tinha como propósito evitar a proximidade dos fogos, normalmente acesos numa cozinha, com qualquer elemento inflamável susceptível de propagar o incêndio a todo o imóvel. Durante as obras do final do século XIX que dividiram o Palácio em duas habitações, o compartimento deste corpo de serviço que se vira para o logradouro (ponto 5 da Figura 44), perdeu a sua abóbada e foi-lhe acrescentado um terceiro piso. Esta opção visou prover a habitação que ficaria com uso desta área de serviço com um conjunto de escadas que permitisse aceder aos compartimentos correspondentes no terceiro piso, visto as escadas originais de acesso a este piso terem ficado englobadas na habitação da parte norte do Palácio.

A título de curiosidade há a referir o conjunto que se encontra no topo nascente do jardim. Estas estruturas não são mais que dois pequenos pátios, hoje em dia parcialmente cobertos, com uma casa de fresco, ao centro, em estilo neogótico característico dos revivalismos do século XIX. Encostado a este conjunto é observável, ainda, um quarto corpo (ponto 8 da Figura 44). Este corpo, com duplo pé direito e uma chaminé bastante alta, terá sido, muito possivelmente, um forno de serviço da cozinha.

4.4.3.2. Terceiro piso

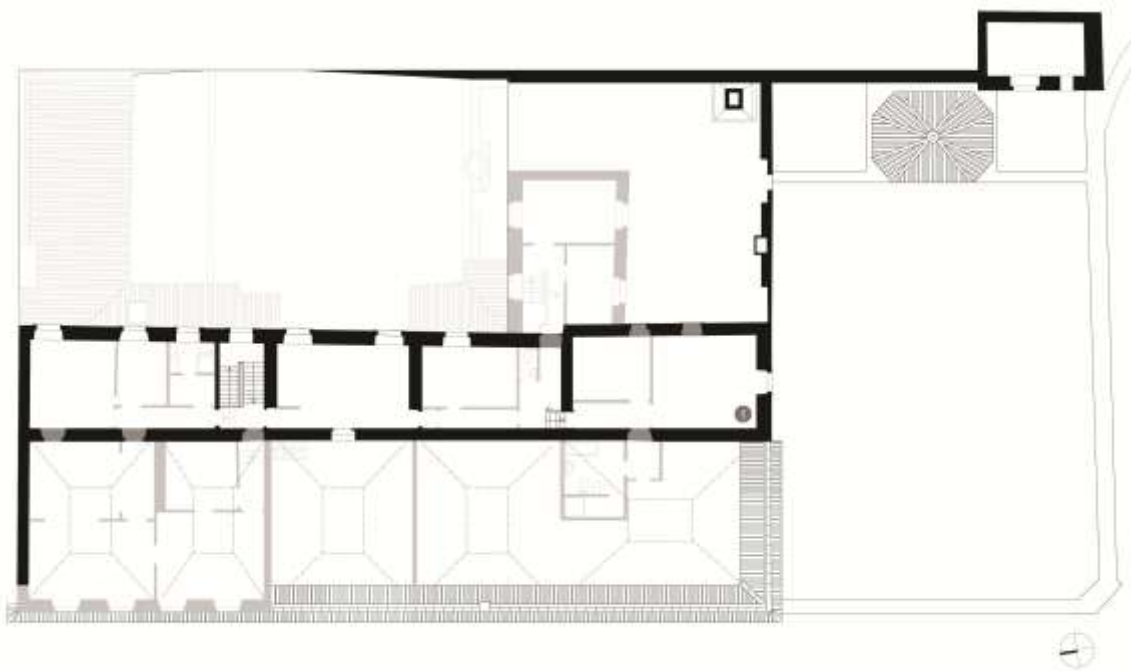


Figura 47: Planta do terceiro piso do Palácio do “Bichinho de Conta”.

Tal como na planta anterior uma escala de cinzentos diferencia os acrescentos a cinza claro e as propostas a cinza escuro do fundamental ainda existente, a preto.

Fonte: desenho do autor sobre levantamento do gabinete PPST arquitectura. Lda.

O terceiro piso do Palácio desenvolve-se, na concepção original do Palácio, apenas sobre a “metade” tardoz do andar nobre (onde se encontram as escadas), recuado da fachada principal. Composto por quatro compartimentos, este piso é marcado pela presença de um quarto (ponto 1 da Figura 47) no seu extremo sul. Inicialmente, este volume parecia ser mais um volume acrescentado à semelhança de outras partes já identificadas, mas uma análise mais detalhada da Figura 48 permite-nos perceber que a cantaria da moldura da janela do quarto, que tem vista para sul sobre o jardim, parece ser original. Esta conclusão é fruto do aspecto envelhecido da pedra da moldura bem como pelas medidas apresentadas no levantamento. A pedra da moldura apresenta 22 centímetros de espessura, medida padrão utilizada nas cantarias das molduras antes do século XIX.

Este quarto teria uma função bastante particular. Seria aqui que estaria situado o quarto das raparigas, um quarto normalmente distante das áreas mais sociais, destinado a servir de aposento às raparigas da aristocracia durante os primeiros anos de vida. O intuito deste quarto seria o de distanciar as raparigas da actividade social que se desenrolaria nas áreas comuns do andar nobre, controlando as “incursões” públicas mediante as normas de etiqueta da altura ou outros interesses particulares. Esta conclusão surge devido a duas características que este quarto parece deter. A primeira relaciona-se com o simples facto de este quarto ter a principal janela virada para o jardim. Dificilmente os serviçais teriam os aposentos virados para um espaço tão nobre como o jardim, principalmente se houvesse alternativa, como parece ser o caso. Do mesmo modo os restantes familiares e habitantes da aristocracia, não ocupariam um



Figura 48: Janela do “quarto das raparigas” vista do jardim. O notório desgaste da cantaria e os 22 centímetros de espessura, apontam para uma concepção deste volume contemporânea à concepção do Palácio. A contrastar com este vão estão os capeamentos dos restantes vãos nesta fachada, provavelmente feitos durante a campanha de divisão do Palácio, no final do século XIX.
Fonte: PPST arquitectura, Lda.

quarto tão isolado, preferindo habitar em quartos mais centrais à vida social, que se desenrolaria por todo o andar nobre. A segunda característica prende-se, precisamente, com a natureza reclusa do quarto e da sua localização. Olhando com atenção para a Figura 47 é fácil perceber o percurso um pouco longo que é necessário fazer para ir do andar nobre até ao quarto. Para além da distância que o quarto tem em relação ao andar nobre, a sua disposição permite, ainda, um certo isolamento, ao contrário do que podemos

observar nos restantes compartimentos. Na realidade, este quarto é marcado por ser o único que parece permitir uma vivência verdadeiramente privada, pelo menos no sentido moderno do termo. Parecendo acentuar ainda mais esta índole de reclusão, o pavimento do quarto encontra-se a uma cota superior à cota do restante piso. Este pormenor deve-se ao facto de a sala que se encontra imediatamente por baixo apresentar um pé-direito alto por forma a permitir a constituição de um tecto em sanca, solução utilizada em salas nobres em alternativa aos tectos de masseira. Paralelamente, o “quarto das raparigas” parece resolver a discrepância de cerca de dois metros que existe entre o beirado da fachada principal e o beirado da fachada tardoz. Apenas a existência de um corpo destacado no telhado resolve de uma forma lógica esta diferença de cotas (Figura 49).

Para além deste quarto, existem mais três compartimentos indiferenciados, como sucedia no andar nobre, que se estendem ao longo deste piso. As funções destes compartimentos são tão ambíguas como os compartimentos imediatamente por baixo, com excepção para os que contêm os dois conjuntos de escadas. De



Figura 49: Corte transversal do corpo principal do Palácio. Corte feito pelas escadarias nobres. Neste corte é visível a diferença de cota entre o beirado da fachada frontal e da fachada de tardoz.
Fonte: desenho do autor sobre levantamento do gabinete PPST arquitectura, Lda.

qualquer das formas, pelo facto de se tratar de um andar mais “escondido”, o papel destes compartimentos parece estar invariavelmente relacionado com a vida do pessoal de serviço.

Das alterações sofridas no final do século XIX, há a destacar os dois compartimentos do lado esquerdo da Figura 47 marcados em cinza claro, que surgem no lugar das masseiras correspondentes ao andar inferior. Estes dois compartimentos são os que surgem destacados na fachada principal e tiveram o óbvio objectivo de dotar a habitação a norte de quartos de dormir, relegando os compartimentos do andar nobre para espaços comuns.

4.4.3.3. Piso térreo

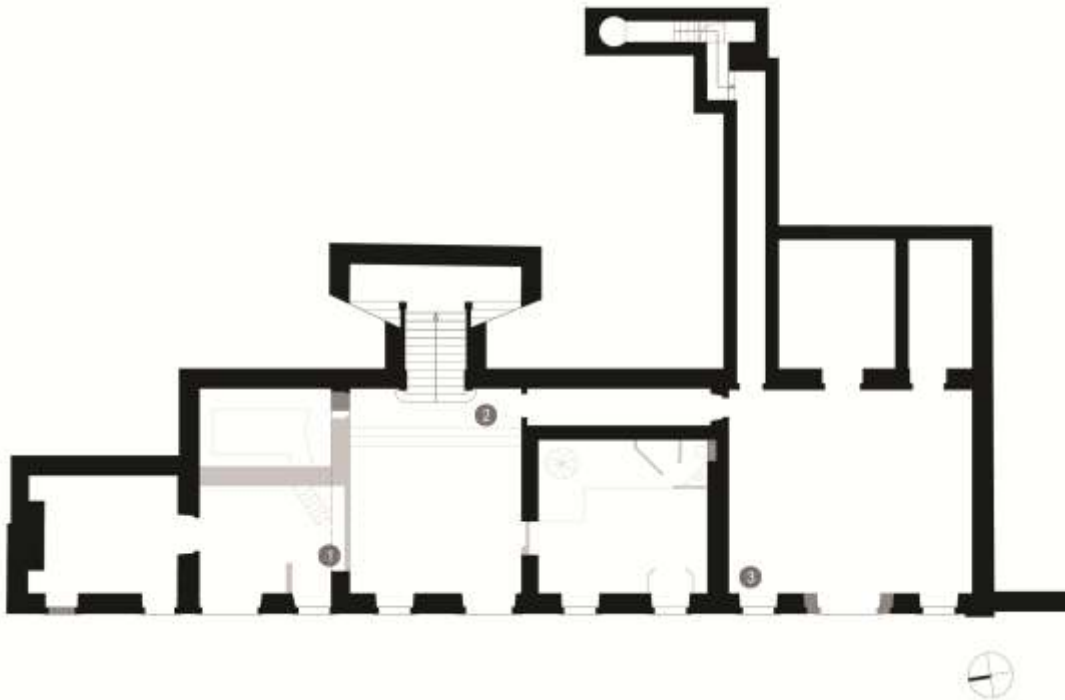


Figura 50: Planta do piso térreo do Palácio do "Bichinho de Conta".

A disposição aparentemente irregular da planta é justificada pelo facto deste piso se encontrar parcialmente enterrado. Sendo as paredes da direita (sul) e do topo (nascente), paredes de sustentação de terras.

Fonte: desenho do autor sobre levantamento do gabinete PPST arquitectura, Lda.

O piso térreo, como se pode observar na Figura 50, apresenta uma conformação bastante mais irregular comparativamente aos restantes pisos. Esta conformação parece desvendar a presença de algumas preexistências ao Palácio, suposição que carece de mais informação para alcançar qualquer conclusão efectiva. A planta da figura pode ser dividida em dois conjuntos relativamente distintos. O primeiro, o conjunto central, é formado pelo átrio (ponto 2 da planta), e por dois compartimentos contíguos, um de cada lado, que, mesmo não tendo uma composição simétrica, parecem dar alguma centralidade ao átrio. O átrio, tal como a figura indica, terá sido em tempos mais amplo. A presença de parte de um arco transversal à planta, visível na Figura 51, substituindo estruturalmente uma parede mestra (ponto 1 da Figura 50) assim o indica. A dimensão do átrio levanta a hipótese de este, na sua composição mais primitiva, ter albergado as escadarias nobres. Esta possibilidade torna-se ainda mais pertinente se tivermos em conta que o núcleo de escadas existente, pelo menos neste piso, surge desfasado da parede de sustentação do terreno, a parede de fundo, encontrando-se mais embutido no terreno que os restantes compartimentos adjacentes.

O segundo conjunto, o conjunto da direita, marcado com o ponto 3, é composto por um compartimento relativamente amplo, por dois compartimentos de fundo, sem ligação directa para a rua, e por um corredor de acesso a um poço, cuja boca se situa ao nível do logradouro ao lado da cozinha. Este espaço (ponto 3) utilizado durante o século XX como garagem, terá tido uma função equivalente no século XVIII. Foi, muito provavelmente, uma área para guardar



Figura 51: Arco do antigo átrio.

Hoje arcialmente emparedado, terá permitido, em tempos, a existência de um átrio de dimensões substancialmente superiores. Na Figura 50 este arco encontra-se marcado com o ponto 1.

Fonte: fotografia do autor.

liteiras, pequenas carruagens e até mesmo cavalos. Os compartimentos de fundo e o fácil acesso a água sugerem a presença de uma cavalaria. Corroborando esta suposição, é possível observar a presença de um corredor que liga este conjunto (ponto 3 da Figura 50) ao átrio de entrada (ponto 2 da mesma figura). Este corredor, que precisa vencer as diferentes cotas deste dois compartimentos, não apresenta qualquer sinalização da presença de escadas ou degraus isolados, pelo menos neste levantamento. Este facto, à falta de uma observação directa, leva a supor que esta ligação se processava em rampa, permitindo a circulação de animais de carga ou mesmo de liteiras. Esta possibilidade permitia um uso pleno do átrio, facultando aos habitantes a conveniência de entrarem directamente no átrio sem saírem do meio de transporte utilizado.

4.4.4. Escadarias

A articulação interna do Palácio entre o exterior e o andar nobre parece seguir algumas das características identificadas na análise geral feita aos vinte casos estudados neste trabalho (Figura 52). A entrada nobre, centralizada na fachada, dá acesso a um espaço que tanto se pode considerar um simples vestíbulo, devido ao baixo pé-direito que apresenta, ou um átrio, tendo em conta a área generosa que ocupa. Ao fundo do átrio, após um vão em arco, surgem as escadarias nobres. Estas são compostas por três lanços rectos. O primeiro lanço acede a um patamar de onde partem mais dois lanços paralelos e independentes, de sentido contrário ao

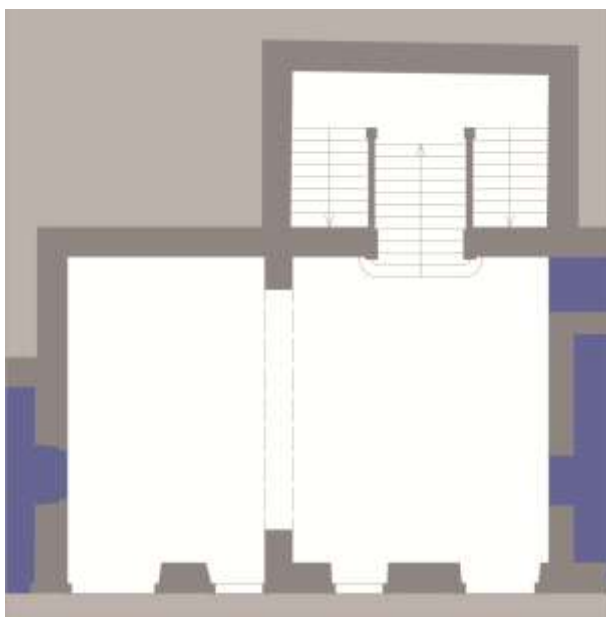


Figura 52: Planta esquemática da articulação do átrio primitivo e das escadarias.

A entrada principal, no extremo direito do átrio, é complementada por uma entrada secundária no extremo oposto.

Fonte: desenho do autor.



Figura 53: Panorâmica actual do átrio.

Nesta imagem é visível a presença de um primeiro vão de escadas com três degraus, desiguais e claramente não pertencendo ao conjunto original.

Fonte: fotografia do autor.

primeiro, numa disposição tipo “imperial”, semelhante ao que foi observado nas já desaparecidas escadarias do Palácio Andrade. No texto anterior levantou-se a hipótese de o átrio, que podemos observar na Figura 53, ter ocupado uma área substancialmente maior, contendo no seu perímetro um conjunto de escadas primitivas, entretanto desaparecidas. Esta possibilidade surgiu devido, em parte, à localização, desfasada da envolvente, do núcleo das escadas actuais, bem como ao carácter compacto e estreito que apresentam. Na realidade a disposição dos lanços de escadas, à “imperial”, são um pouco anacrónicas tendo em conta a data suposta para a execução do Palácio, no início do século XVIII. A verdade é que este tipo de escadas só surge muito mais tarde como sugere a análise desenvolvida no terceiro capítulo. Com excepção para o

Palácio Andrade, mais nenhum dos casos apresenta escadarias com esta disposição. Seria de esperar que as escadarias fossem mais simples, provavelmente mais “encaixadas” na disposição da planta do piso térreo. Aliado a este facto podemos ainda notar como a disposição à “imperial” não é absolutamente conseguida, logo pelo facto de não existir um patamar comum unindo o topo dos dois últimos vãos, dando estes directamente para as portas do primeiro salão nobre. Esta configuração sugere que a disposição e localização destas escadas seriam fruto de uma concepção posterior à execução do Palácio, provavelmente já na segunda metade do século XVIII, numa tentativa de “modernizar” esta articulação, seguindo as premissas da época, ainda visíveis e absolutamente conseguidas no fronteiro Palácio dos Carvalhos. Neste, as escadarias nobres, apesar de não se disporem à imperial, alcançam a monumentalidade e teatralidade, que parecem ser procuradas no Palácio “Bichinho de Conta”, embora sem o mesmo sucesso. A esta alteração das escadarias não estaria alheia alguma redefinição no uso tanto do piso térreo, como do andar nobre, visto que as supostas escadarias primitivas, se se encontrassem no interior do perímetro do átrio, ocupariam parte de um dos salões no andar nobre.



Figura 54: Fotografia do topo das escadarias.

Nesta imagem é de realçar, em primeiro lugar, a ausência de um patamar comum aos dois vãos. Em segundo lugar, na presença de uma porta lateral que dá directamente para as escadas. Esta porta terá sido acrescentada aquando da divisão do Palácio em dois fogos.

Fonte: PPST arquitectura, Lda.

5. CONCLUSÕES

5.1. HABITAÇÃO ARISTOCRÁTICA EM LISBOA

Após esta breve abordagem à arquitectura aristocrática em Lisboa podemos identificar, com alguma certeza, uma fase em que a aristocracia procura adaptar as suas habitações aos preceitos estéticos de um novo período. O período referente aos casos aqui apresentados tem o seu início, como tudo parece apontar, para o início do século XVIII, e o seu término claramente marcado pelo surgimento do estilo joanino, evidenciado em exemplos como o Palácio Ludovice (1747), em São Pedro de Alcântara, o Palácio Barbacena (174?), ou o Palácio dos Marqueses do Lavradio (1745), ambos no Campo de Santa Clara. A esmagadora maioria dos palácios aqui apresentados denotam, em várias características, ser o resultado de alterações a casas nobres preexistentes. Apenas o Palácio Andrade (anexo 7.4.2) parece ter sido concebido de raiz de acordo com as premissas arquitectónicas identificadas neste estudo. As adaptações sofridas pelos palácios ao novo período revelam-se essencialmente no que é visível de quem observa da via pública, ou de alguns espaços semipúblicos dos palácios. As fachadas são, nesta adaptação, o elemento que compromete os palácios com este novo período. Mesmo quando a adaptação das fachadas se revela difícil, como é o caso do Palácio de Santo Estêvão (anexo 7.4.18), a presença de janelas de sacada, e de outros elementos característicos do estilo da época, acaba por satisfazer a pretensão de normalização. Esta intenção regularizadora da fachada é levada ao limite em alguns casos, repetindo-se os elementos caracterizadores (com destaque para as janelas de sacada do andar nobre), em fachadas demasiado extensas, como nos palácios dos Carvalhos (anexo 7.4.5), Redondo (anexo 7.4.11) Tancos (anexo 7.4.14) e Pancas Palha (anexo 7.4.17). Outras vezes parecem não ser exaustivos o suficiente, como no Palácio Belmonte (anexo 7.4.4), para denotar a tão pretendida monumentalidade.

A variedade de soluções observáveis para as escadarias nobres e para as articulações destas com a via pública, é mais um elemento revelador de como as intervenções sofridas neste período foram limitadas ao estritamente essencial. As escadarias, até algumas das que têm um carácter monumental, articulam-se muito pouco com a fachada e localizam-se na planta de uma forma demasiado aleatória, revelando uma concepção anterior ao período em causa ou, se concebidas nesta fase, adaptando-se simplesmente às preexistências, o que retira a este elemento o seu papel teatral. As alterações que os palácios aqui estudados sofrem neste período parecem ser, na falta de melhor expressão, um pouco “apressadas”. Este facto justifica-se na aparente necessidade que a aristocracia que apoiou a Restauração e a nova aristocracia em ascensão têm em afirmar rapidamente o seu estatuto social na cidade de Lisboa.

5.2. PALÁCIO DO “BICHINHO DE CONTA”

O Palácio do “Bichinho de Conta” parece ser, à partida, um excelente exemplo da habitação urbana da aristocracia no início do século XVIII, em Lisboa. É um edifício de composição horizontal, com dimensões modestas, concebido sobre um possível corpo preexistente (o corpo que alberga a garagem e o poço), e com uma volumetria bastante regular, desenvolvendo-se a planta em forma de L. Apresenta uma fachada consentânea com o que foi observado nos restantes casos estudados, composta por um único pano público dividido em dois pisos, correspondendo o segundo piso ao andar nobre que se desenvolve monotonamente em onze janelas de sacada cada uma encimada por um entablamento simplificado. Um piso térreo já muito alterado impossibilitou a interpretação do que seria a composição original do conjunto de vãos que o compõem.

Não tendo sido possível aceder a um conjunto de plantas em número suficiente dos vinte casos estudados, a análise comparativa do Palácio do “Bichinho de Conta” cinge-se exclusivamente à fachada e às escadarias nobres, tendo sido a planta analisada sem uma comparação exaustiva com os restantes casos. Apesar deste facto, o desenvolvimento do estudo sobre as escadarias nobres permitiu, em diversas ocasiões, observar parte das plantas de alguns dos palácios. A principal conclusão desta comparação superficial é que a planta do Palácio do “Bichinho de Conta” apresenta uma disposição muito regular, comparativamente à maioria dos restantes casos, revelando uma hierarquia de espaços bastante definida. Os espaços nobres dispõem-se claramente virados para a Rua de “O Século” e para o jardim, a sul. As áreas de serviço são nitidamente utilizadas por forma a separar os espaços nobres do logradouro a nascente (espaço com funções produtivas onde se encontrava a horta). A regularidade desta planta leva a crer que a concepção deste palácio, quer tenha aproveitado ou não alguma preexistência, foi concebido de raiz enquanto casa nobre, seguindo já as principais premissas do período em causa. Este facto aliado à possibilidade dos supostos primeiros habitantes e proprietários terem contraído matrimónio já em 1720, levam a supor que a concepção deste Palácio, com a forma que hoje tem, tenha acontecido após esta data, num período já bastante posterior ao fim da guerra da Restauração.

Este facto, a ser verdadeiro, permite levantar duas hipóteses. A primeira hipótese corrobora a ideia levantada na dissertação de que a maior parte das adaptações feitas pela aristocracia às suas habitações em Lisboa teria começado a acontecer nos primeiros anos da paz com Espanha, num período pouco abastado em recursos financeiros em consequência de vinte e oito anos de guerra. Neste caso, a execução deste tipo de fachadas, austeras e regulares, ter-se-ia estendido para além do último quartel do século XVII (período normalmente referido para esta tipologia de palácio), pelo menos até ao primeiro quartel do século XVIII. Significaria que as opções de estilo nada se prendiam com a austeridade sentida no período entre o fim da guerra com Espanha (1668) e a entrada em Portugal do ouro do Brasil (1699). A segunda hipótese que pode ser levantada remete esta vaga “modernizadora” da habitação aristocrática exclusivamente para o primeiro quartel do século XVIII, chegando mesmo a haver

casos concebidos ao mesmo tempo em que os primeiros exemplos de arquitectura joanina surgiam. Embora as opções arquitectónicas das intervenções pareçam um pouco desfasadas da abundância que se vivia, são bastante consentâneas com as referências arquitectónicas que já eram visíveis na cidade (Palácio da Bemposta-1697). Aliás, os dois únicos exemplos cujas datas de concepção foram identificadas (Bemposta e “Bichinho de Conta”), remetem, precisamente, para o primeiro quartel do século XVIII, desconhecendo-se exemplos dentro desta tipologia concebidos ou intervencionados claramente na segunda metade do século XVII. A segunda hipótese relaciona a índole austera das fachadas destes palácios exclusivamente com opções de estilo, não dependendo, aparentemente, de limitações económicas. De qualquer das formas, tenham estas intervenções acontecido durante os cinquenta anos que ligam os dois séculos ou exclusivamente após a chegada do ouro do Brasil, durante o primeiro quartel do século XVIII, esta tipologia parece reflectir uma reabertura de Portugal aos padrões da arquitectura europeia, mesmo que os modelos de referência se encontrassem já ultrapassados e tenham sido bastante simplificados. De certa maneira, a tipologia aqui apresentada sugere um período em que a arquitectura nobre lisboeta inicia uma forma de reanimação conceptual, após mais de cem anos de uma espécie de vazio no desenvolvimento de uma arquitectura civil portuguesa. Seja qual for o período correcto para o início da concepção desta tipologia, a realidade é que o Palácio do “Bichinho de Conta”, apesar das intervenções sofridas principalmente no século XIX, manteve até aos nossos dias elementos suficientes, nomeadamente a presença da cozinha original, para fazer uma análise bastante assertiva das opções tipológicas do período estudado, merecendo, com certeza, uma preocupação com a sua preservação mais cuidada do que o previsto.

5.3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No momento em que esta dissertação é escrita o Palácio aguarda comprador com projecto aprovado em sede da Câmara Municipal de Lisboa. Apesar do projecto não ter sido facultado para a elaboração desta dissertação, foi possível, todavia, conhecer algumas das principais características do projecto. A intervenção prevê o levantamento de raiz de uma estrutura em betão armado com “chapa colaborante” substituindo a estrutura original. O projecto mantém a fachada principal, “normalizando”, todavia, alguns dos vãos. Serão constituídos dez apartamentos autónomos e uma garagem, ocupando o terreno que suporta o actual jardim a sul. Está também prevista a demolição do conjunto de corpos que se encostam ao muro de fundo do lote, que inclui o corpo da cozinha e as casas de fresco. Em suma, a intervenção prevê a construção de um condomínio com garagem, sem ter em consideração a tipologia original nem as metodologias de construção tradicionais que ainda são visíveis no Palácio. Utilizando alguns dos exemplos estudados neste trabalho é possível identificar alguns casos semelhantes, nomeadamente o Palácio Flor da Murta (obra já terminada) ou o Palácio dos Condes de Murça (obra em execução). O Palácio Flor da Murta (anexo 7.4.13) é o exemplo perfeito de uma

intervenção deste género. A intervenção foi global, destituindo o interior de qualquer referência estrutural ou tipológica do Palácio original. A “normalização” da fachada parece seguir os princípios de restauro de finais do século XIX, defendidos por Violet le Duc. O piso térreo foi totalmente despido da ocupação comercial, transformando-se todos os vãos de montras, portas e janelas, numa sequência de vãos de janelas tipo mezanino, absolutamente iguais entre si. Estas características apontadas na intervenção do Palácio Flor da Murta são apenas alguns dos exemplos que parecem inevitáveis na transformação destas antigas estruturas aristocráticas em condomínios com várias habitações.

De qualquer das formas, apresentar uma proposta alternativa à que se encontra presentemente aprovada no caso do Palácio do “Bichinho de Conta”, tem de passar por uma reflexão bastante complexa no que diz respeito ao programa de ocupação de um edifício desta natureza. O condomínio é, obviamente, uma opção que garante alguma segurança no retorno do investimento, principalmente se os fogos forem de gama alta. No entanto esta intenção de manter a função habitacional parece levar inevitavelmente a este tipo de retalhamento. É necessário garantir a presença de instalações sanitárias e cozinhas, ou do cumprimento de regulamentos na área da acústica ou da térmica, que raramente permitem a manutenção e valorização do que ainda se encontra construído. Qualquer intervenção que procure tornar este imóvel novamente habitado tem de seguir as exigências mais modernas para a habitação por exigência do mercado e da própria legislação, tornando-a, aparentemente, incompatível com qualquer vontade de preservar algum valor patrimonial ainda existente.

De facto, o maior desafio neste tipo de intervenções é precisamente o seguinte: que programa se adapta a uma tipologia desta natureza? O Palácio Pancas Palha (anexo 7.4.17) ou o Palácio Teles de Meneses (anexo 7.4.19) sofreram recentemente obras profundas de restauro. Ambos desocupados, são o exemplo da dificuldade que existe em reutilizar este género de espaços. A adaptação para escritórios deste tipo de edifícios deixou de ser prática corrente, tendo sido preteridos para edifícios especificamente construídos com funções terciárias. Um programa de ocupação para o Palácio do “Bichinho de Conta” teria de passar sempre por uma adaptação à natureza polivalente dos seus salões e da ausência de espaços de transição específicos (nomeadamente corredores). A presença na vizinhança de duas escolas de dança e de outras actividades da indústria criativa parecem apontar para parte da solução, que se evidencia como a mais apropriada para este Palácio. Alguns nichos de mercado na área da hotelaria (hostel) e da restauração (estabelecimentos nocturnos/culturais), também poderiam adaptar-se com mais ou menos dificuldade a esta tipologia.

Independentemente do programa que melhor se adequa ao caso estudado, seria interessante aproveitar qualquer intervenção para recuperar a tipologia original do Palácio, demolindo volumes e paredes obviamente descaracterizadoras da fisionomia do século XVIII, quase como uma experiência à escala real. O que parece interessante neste imóvel é que, ao contrário do Palácio Teles de Melo (anexo 7.4.19), cuja ocupação por vários habitantes e consequente rearranjo dos interiores foi apagando sucessivamente os traços da tipologia original, ou no caso do Palácio dos Condes de Murça (anexo 7.4.10), cuja ocupação por

instituições várias, escritórios, habitação e comércio, descaracterizou tanto fachadas como interiores, a ocupação do Palácio do “Bichinho de Conta”, foi, apesar de tudo, bastante mais serena e constante. As intervenções que o Palácio do “Bichinho de Conta” sofreu no último quartel do século XIX terão sido as que mais alteraram a sua tipologia, mas o facto de pelo menos metade do Palácio se ter mantido unificada com funções habitacionais, e a outra metade só ter sido ocupada por serviços já nos anos 80 do século XX, permitiu, pelo menos, não alterar o fundamental. Não está a ser proposto uma espécie de “restauro” como os que se realizavam em meados do século XX, que são patentes, também, em alguns dos casos estudados, nomeadamente o Palácio Almada (anexo 7.4.7), onde a intervenção acrescenta elementos inexistentes e altera profundamente outros. O processo proposto nesta conclusão para o caso estudado sugere restaurar apenas o essencial da tipologia original, através da demolição de tabiques e outras paredes divisórias que foram acrescentadas quando se dividiu o Palácio em dois fogos e, posteriormente, quando se dividiu um dos fogos em vários gabinetes.

Para além destas propostas, seria sempre necessário realizar um estudo da constituição do Palácio mais aprofundado que o trabalho aqui apresentado, com recurso a prospecções, por forma a identificar com maior credibilidade os elementos fundamentais que caracterizavam o edifício aquando da sua construção, incluindo a verificação do seu estado de conservação e resistência, bem como a identificação dos elementos acrescentados durante os séculos seguintes, merecedores de preservação.

6. BIBLIOGRAFIA

6.1. LIVROS ARTIGOS E OUTRAS PUBLICAÇÕES

AA.VV. — *Enciclopédia portuguesa brasileira*. 11^o e 36^o vol. Lisboa Rio de Janeiro: Enciclopédia, [195-]-.

AA.VV. — *História da vida privada em Portugal: a idade moderna*. 2^o vol. Lisboa, Temas e Debates, 2011.

AA.VV. — *Monumentos e edifícios notáveis do distrito de Lisboa*. Volume V, 2^o tomo. 2^a Ed. Lisboa: Assembleia Distrital de Lisboa, 1990.

ABREU, A.; LOPES, Filipe Mário — *Palácio Pancas Palha*. Lisboa, Câmara Municipal – D.M.R.U., D.L., 1998.

AFONSO, Domingos de Araújo; VALDEZ, Rui Dique Travassos — *Livro de oiro da nobreza*. 3^o vol. Lisboa: Soc. Ind. Gráf. Telles da Silva, 1988.

ARAÚJO, Norberto — *Inventário de Lisboa*. 2^o vol. 7^o fascículo. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1950.

ARAÚJO, Norberto — *Peregrinações em Lisboa*. 5^o vol. 2^a Ed. Lisboa: Vega, 1992.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli — *Nem o tempo nem a distância*. Lisboa: Alêtheia, 2007.

BONIFÁCIO, Maria de Fátima — *Memórias do Duque de Palmela*. Lisboa: Dom Quixote, 2011.

BRAZÃO, Eduardo - *A Diplomacia Portuguesa nos Séculos XVII e XVIII*, vol. I. Lisboa: Resistência, 1979-1980.

CARITA, Hélder — *Bairro Alto, Tipologias e Modos Arquitectónicos*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1994.

CARVALHO, Maria Amélia Vaz — *Vida do Duque de Palmela : D. Pedro de Souza e Holstein*. 1^o Vol. Lisboa: Imprensa Nacional, 1898-1903.

CASTILHO, Júlio de — *Lisboa antiga: o Bairro Alto*. 1^o, 3^o e 4^o vol. 3^a Ed. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1954-1962.

FOLQUE, Filipe — *Atlas da carta topográfica de Lisboa: 1856-1858*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 2000.

FRANÇA, José Augusto — *A reconstrução de Lisboa e a arquitectura pombalina*. 2ª Ed. Lisboa: Instituto de cultura e língua portuguesa, 1981.

FRONTEIRA, 7º Marquês de — *Memórias do marquês de Fronteira e d'Alorna D. José Trazimundo Mascarenhas Barreto ditadas por ele próprio em 1861*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1928-1932.

FURTADO, Mário — *Do antigo sítio de Xabregas*. Lisboa: Vega, 1997.

GAYO, Manuel José da Costa Felgueiras — *Nobiliário de famílias de Portugal*. 5º, 7º e 10º vol. 2ª Ed. Braga: Carvalhos de Basto, 1992.

LEONE, José — *O Dr. Eugénio Mac Bride*. Lisboa: Empr. Tip. Casa Portuguesa, 1968.

MARÇAL, Paulo; JANEIRO, Helena Pinto — *Parecer de resposta ao pedido de informação 39794/INF/DVS/GESTURB/2007/INF/ sobre o processo 173/EDI/2006*. UPBAB, 2007.

MARQUES, A. H. de Oliveira — *Breve História de Portugal*. Lisboa: Editorial Presença, 1995.

MARTINS, Rocha — *O destino dos palácios, a residência do "Bichinho de Conta"*. In *Diário de Notícias*, 23 de Maio de 1944.

MARTINS, Rocha — *O Bichinho de Conta*. Lisboa: Edições Inapa, 2007.

MATOS, José Sarmento; PAULO, Jorge Ferreira — *A casa nobre do Braço-de-Prata*. Lisboa: Rede Ferroviária Nacional – REFER, 2003.

MIRANDA, António; JANEIRO, Helena Pinto — *O palácio dos Carvalhos da rua Formosa*. In *Camões revista de letras e culturas lusófonas* nº 15 e 16. Lisboa: Instituto Camões, 2003.

MIRANDA, António; JANEIRO, Helena Pinto — *O Palácio Pombal e o morgado da Rua Formosa: a propósito de uma campanha de obras*. In *Monumentos* nº 21. Lisboa: DGEM, 2004.

SAA, Mário — *Origens do Bairro Alto de Lisboa : verdadeira notícia*. Lisboa: Centro Tipográfico Colonial, 1929.

SAMPAIO, Jorge Pereira – *O Palácio da Independência: sua história e evolução arquitectónica*. Lisboa: Soc. Histórica da Independência de Portugal, 1988.

SAMPAIO, Jorge Pereira – *Casas com tradição em Portugal*. Lisboa: Estar editora, 1998.

SEQUEIRA, Gustavo de Matos — *O Carmo e a Trindade*. 2º e 3º vol. 2ª Ed. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1967.

SILVA, Andrée Mansuy Diniz — *Portrait d'un homme d'État: D. Rodrigo de Souza Coutinho, Comte de Linhares: 1755-1812*. 1º vol. Lisbonne, Paris: Centre Culturel Calouste Gulbenkian, Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

SILVA, Jorge Henriques Pais da; CALADO, Margarida — *Dicionário de termos de arte e arquitectura*. Barcarena: Presença, 2005.

TELLES, João Bernardo Galvão — *Geração pombalina*. Lisboa: Dislivro, 2007.

TORRES, João Carlos Feo; BAËNA, Visconde de Sanches — *Memórias histórico-geneológicas dos Duques portugueses do séc. XIX*. Lisboa: Typografia da Academia Real das Sciencias, 1883.

VENTURA, António — *Um olhar feminino sobre Portugal, D. Mariana de Sousa Holstein*. Lisboa: Livros Horizonte, 2006.

VIEIRA, Ernesto — *Diccionario biográfico de musicos portugueses*. 2º vol. Lisboa: Typographia Mattos Moreira & Pinheiro, 1900.

6.2. TESES

CALDAS, João Vieira — *A casa rural dos arredores de Lisboa no século XVIII*. 2ª Ed. Porto: FAUP, 1999.

MOTA, Elsa; CRAWFORD, Paulo; SIMÕES, Ana - *Einstein in Portugal: Eddington's expedition to Principe and the reactions of Portuguese astronomers (1917–25)*. British Society for the History of Science, 2008.

6.3. DOCUMENTOS DE ARQUIVOS

6.3.1. Arquivo Nacional da Torre do Tombo

Desembargo do Paço (Extremadura-Corte-Ilhas) – Próprios, maço 2095, nº38

6.3.2. Arquivo intermédio da Câmara Municipal de Lisboa

Obra 31391 – Proc. 72-DMRU-OBRU-1992 - Sem Especialidade - Folha 57

Obra 7544 – Proc. 32220-DSC-PG-1944 - Sem Especialidade - Folha 19

Obra 20122 – Proc. 50980-DAG-PG-1987 - Sem Especialidade - Folha 14

Obra 20722 – Proc. 61810-DAG-PG-1961 - Sem Especialidade - Folha 5

Obra 23248 – Proc. 27438-DAG-PG-1945 - Sem Especialidade - Folha 4

Obra 20275 – Proc. 29866-DAG-PG-1950 - Sem Especialidade - Folha 4

Obra 16548 – Proc. 30-DMPGU-EDI-2003 - Sem Especialidade - Folha 83

Obra 22181 – Proc. 268/1ºREP/PG/1877 - Folha 2.

Obra 22181 – Proc. 23807/DSC/PET/1940 - Folha 1.

Obra 22181 – Proc. 5628/DSC/PG/1939 - Folha 5.

Obra 22181 – Proc. 34596/DAG/PG/1985

Obra 22181 – Proc. 3912/DMPGU/OB/1990

6.4. WEBSITES

6.4.1. Enciclopédias

www.infopedia.pt

pt.wikipedia.org

es.wikipedia.org

en.wikipedia.org

www.geneall.net

6.4.2. Mapas

maps.google.pt

www.bing.com/maps

6.4.3. Arquivos digitais

arquivomunicipal.cm-lisboa.pt

www.bnportugal.pt

6.4.4. Outros sítios

www.fvarq.com

www.descubraminas.com.br

www.oasrn.org

pnsintra.imc-ip.pt

7. ANEXOS

7.1. PROCESSO PARA ABERTURA DE UM VÃO DE PORTA NO NÚMERO 104.

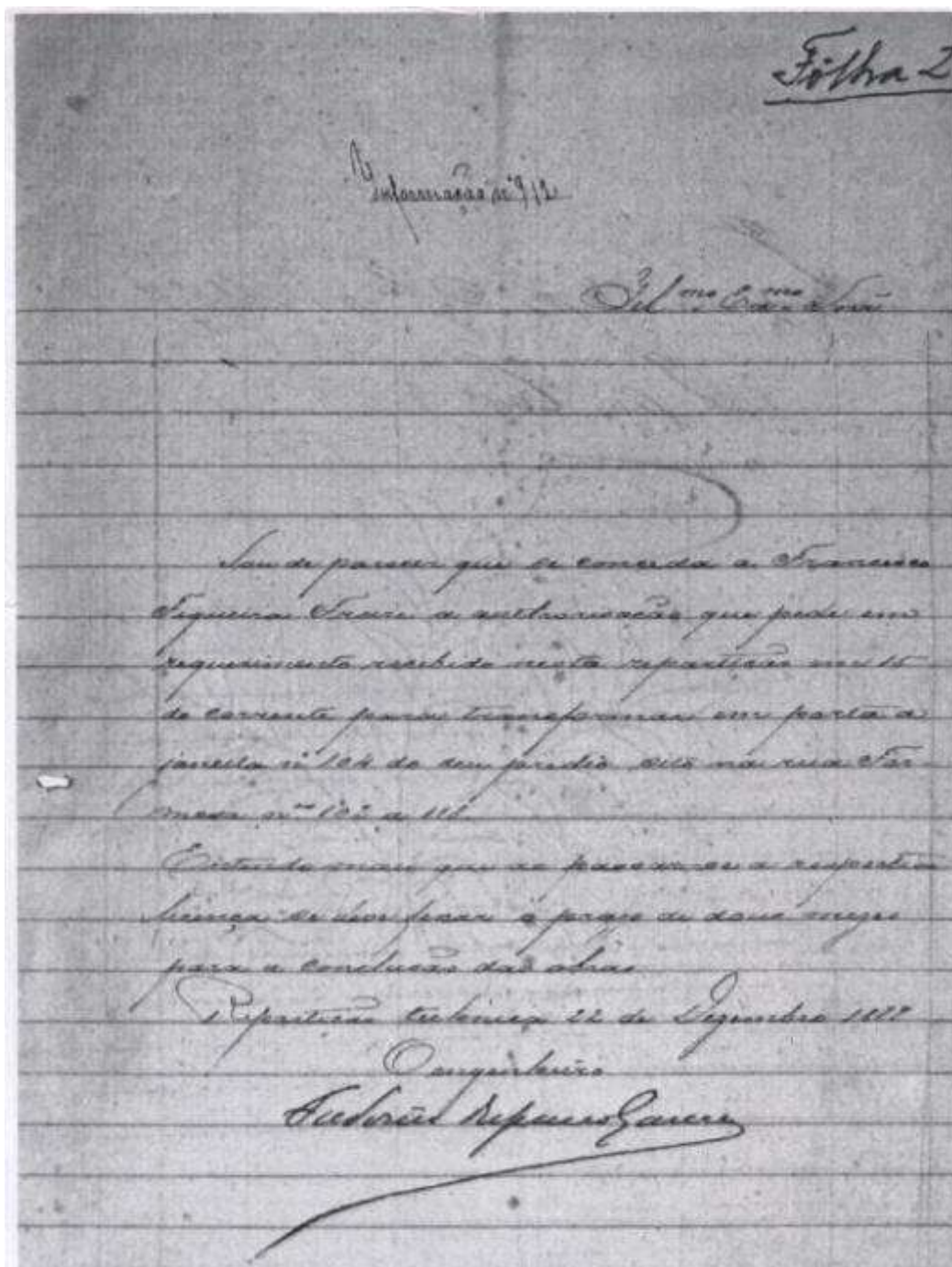


Figura 55: Documento que dá deferimento ao requerimento para abertura de vão de porta.

Transcrição: “Dou de parecer que se conceda a Francisco Figueira Freire a autorização que pede em requerimento recebido nesta repartição em 15 do corrente para transformar em porta a janela nº 104 do seu prédio sito na Rua Formosa nºs 102 a 118.

Entendo mais que ao passar-se a respectiva licença se deve fixar o prazo de dois meses para a conclusão das obras.

Repartição técnica, 22 de Dezembro 1877.”

Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa: Obra: 22181 Processo: 268/1ºREP/PG/1877 Folha 2.

7.2. PROCESSO DE ALARGAMENTO DO VÃO DA GARAGEM.

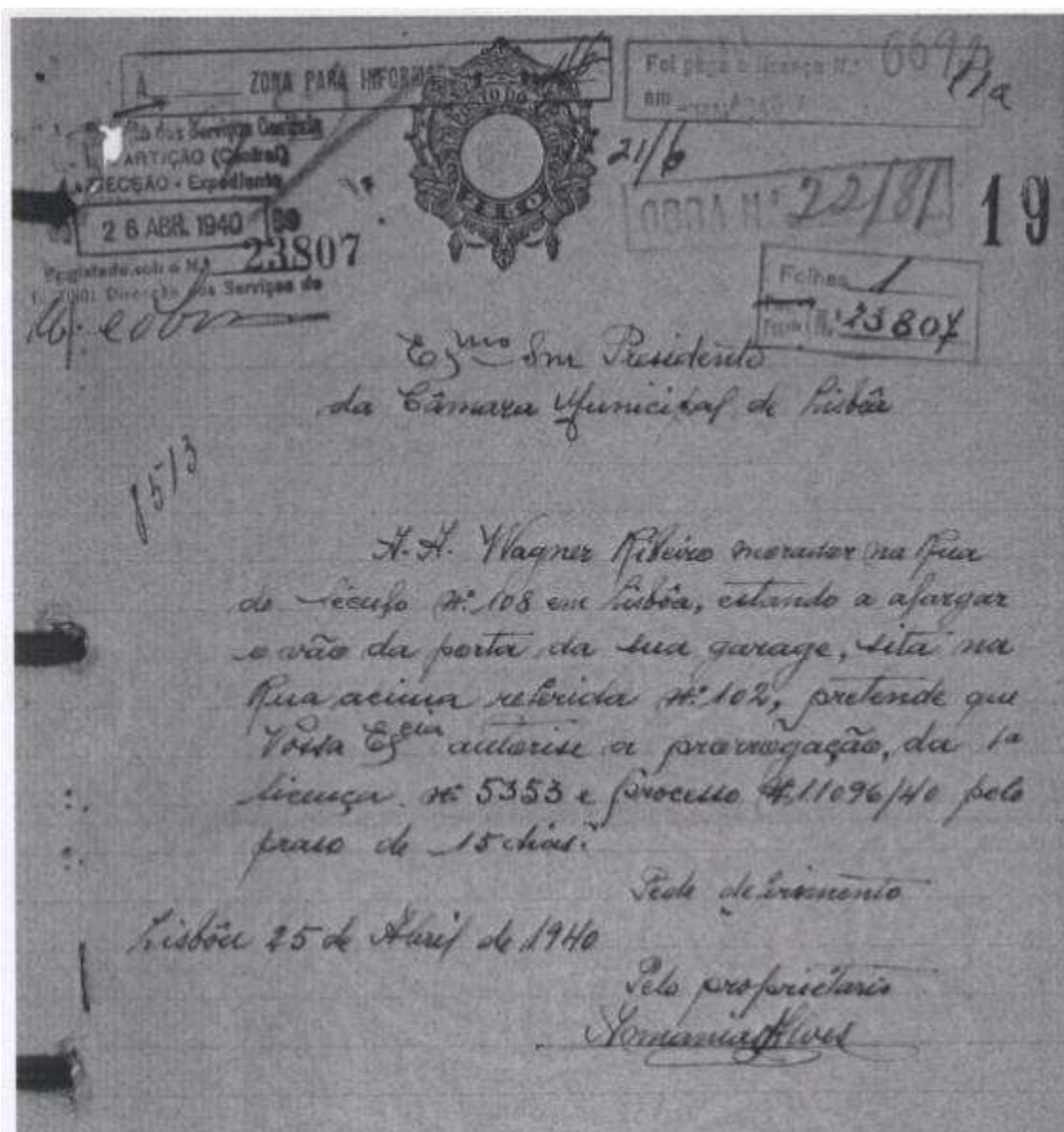


Figura 56: Requerimento de prorrogação da licença para o alargamento do portão da garagem (1940).

Transcrição: “A. A. Wagner Ribeiro morador na Rua do Século nº 108 em Lisboa, estando a alargar o vão da porta da sua garagem, sita na Rua acima referida, nº 102, pretende que Vossa Exª. autorize a prorrogação da 1ª licença, nº5353 e processo nº 11096/40 pelo prazo de 15 dias.

Pede deferimento

Lisboa 25 de Abril de 1940”

Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa: Obra: 22181 Processo: 23807/DSC/PET/PET/1940 Folha 1.

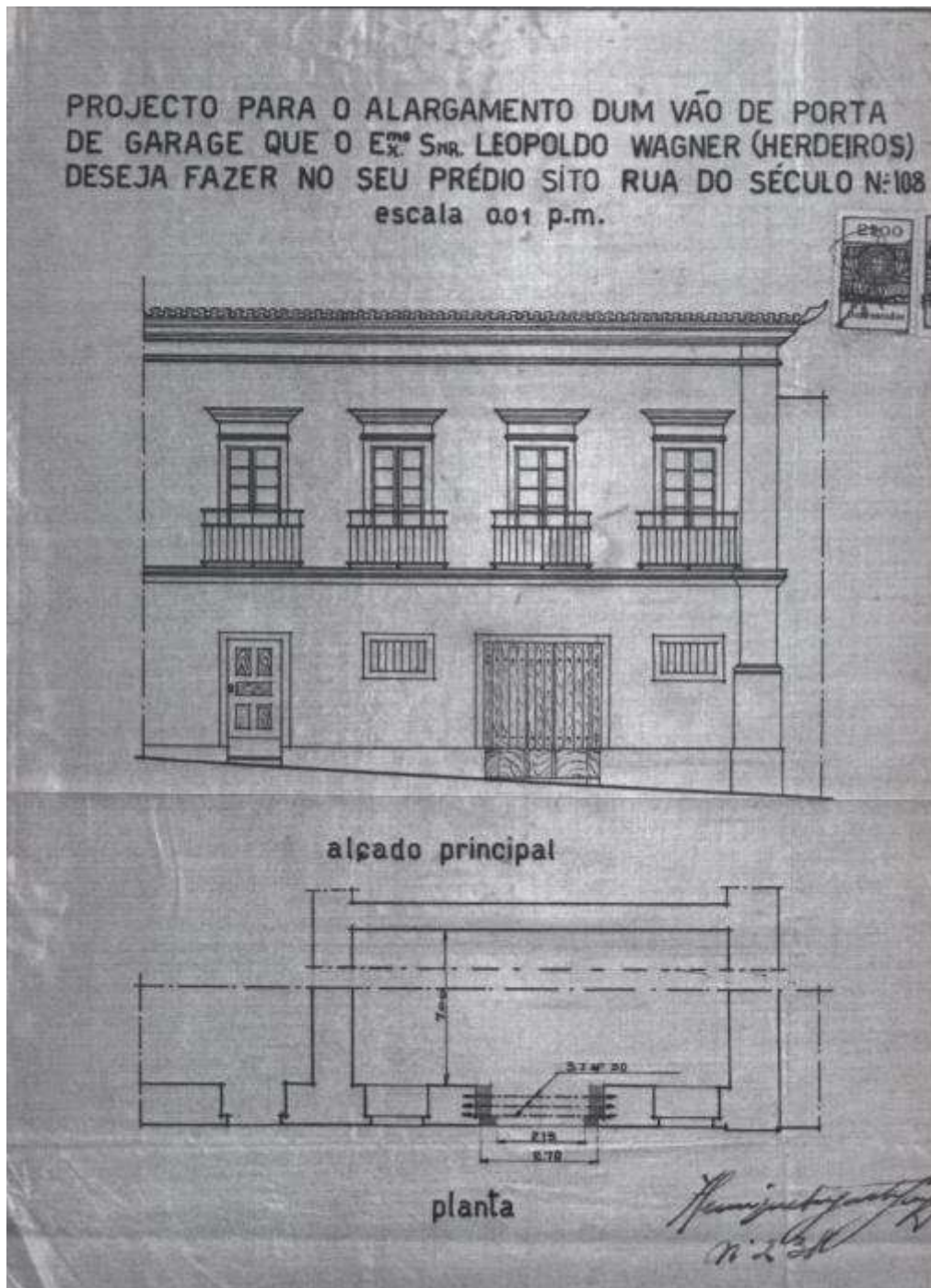


Figura 57: Desenho que acompanha o primeiro requerimento para o alargamento do portão da garagem (1939).

Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa: Obra: 22181 Processo: 5628/DSC/PG/1939 Folha 5.

7.3. TRANSCRIÇÃO DE PARTE DO RELATÓRIO SOBRE OS AZULEJOS DA COZINHA

Museu Nacional do Azulejo

Informação sobre azulejos de imóvel na Rua do Século, 102-108

“ (...) Embora estejamos perante um interessante exemplar de um revestimento pensado para um espaço específico, neste caso, uma cozinha – complementado pela aplicação de azulejos pombalinos sem outra intenção que a de preencher um espaço desornamentado – não se trata de um conjunto de valor patrimonial relevante. Assim, nada obsta a que estes azulejos sejam levantados, recomendando-se, embora, a sua preservação. No entanto, se os azulejos podem, caso se considere de interesse, ser reaplicados em múltiplos contextos arquitectónicos, o mesmo não é válido para esta padronagem do século XX, dada a sua articulação com o espaço para que foi concebido. Assim, seria de todo o interesse a sua reaplicação, ainda que parcial, num espaço com idêntica função. (...)”

08 de Agosto de 2005

Técnico Superior

João Pedro Monteiro

7.4. FICHAS DOS PALÁCIOS ESTUDADOS

As fichas que se seguem sintetizam o trabalho de análise efectuado em relação aos vinte palácios sobre os quais foi efectuado o estudo. De seguida organizam-se, em tópicos, as justificações de algumas das opções e restrições na elaboração das fichas:

- As fichas encontram-se ordenadas alfabeticamente mediante o nome pelo qual cada palácio é mais conhecido. Cada caso tem uma ficha dividida em duas páginas.
- Na primeira página de cada ficha podemos encontrar a informação sintetizada em três quadros, respectivamente referentes à implantação e aspecto global do edifício, à fachada principal e, por fim, ao portal nobre e escadarias principais.
- A segunda página contém informação descritiva complementar aos quadros, acompanhada, sempre que possível, por duas fotografias de grandes planos do portal nobre e da janela tipo do andar nobre.
- Não são assinaladas as datas de construção ou alteração dos palácios na sua constituição actual por ter sido impossível aceder a fontes credíveis que esclarecessem este dado.
- A identificação da localização do andar nobre é sempre referente ao número de pisos total de cada palácio que foi possível identificar.
- As fotografias apresentadas são todas da autoria do autor com excepção para a panorâmica do palácio dos Condes de Murça. Não foi possível fotografar a fachada ou qualquer pormenor deste palácio, visto este ter-se encontrado entaipado durante todo o processo de desenvolvimento do presente estudo.

7.4.1. Palácio Alcáçovas

Localização: Rua da Cruz dos Poiais, 101
 Uso actual: Habitação parcial



Implantação	Integrando frente de rua	
Planta	Rectangular, irregular no tardo	
Cobertura	Telhados: 4 de 4 águas 2 de 3 águas 2 de 2 águas	
Pátio	Inexistente	
Jardim	No tardo	

Número de pisos	Três pisos	Andar nobre	2º Piso
------------------------	------------	--------------------	---------

Fachada exterior

Embasamento	Em cantaria a meia altura do piso térreo		
Cunhais pilastras	Nos extremos: dois cunhais apilastrados		
Remate superior	Cornija sob beirado		
Frisos	Perfil rectangular em consola ao nível do pavimento do piso nobre sobre cornija Pequeno cordão abaixo da cornija do edifício		
Vãos	Andar nobre	Janelas de sacada	Remate superior: entablamento simplificado
	Restantes pisos	Piso térreo: vãos variados em cantaria simples	
	Portal nobre	Cantaria pouco trabalhada com frontão brasonado	

Portal nobre	Localização: fachada principal Alinhamento: encostado ao extremo direito	
Articulação entrada/escadas	Inexistente	
Escadas nobres	Inexistentes	

Palácio Alcáçovas

Implantação do edifício:

Palácio de planta rectangular e volumetria paralelepípedica, evidenciando, todavia, um carácter menos unificado na irregularidade da fachada tardoz e composição do telhado. Com fachada principal virada a nascente, para a Rua da Cruz dos Poiais, o palácio apresenta um desenvolvimento horizontal nos seus dois pisos. Embora perfeitamente integrado no conjunto urbano do arruamento, o imóvel encontra-se, na realidade, destacado dos edifícios contíguos através de dois pátios longitudinais, situados a norte, de acesso ao jardim nas traseiras, e a sul, pertencente ao edifício vizinho.

Fachadas:



A fachada principal é composta por dois pisos, o andar nobre e o piso térreo, divididos por um friso rematado inferiormente por cornija. O piso térreo, devido ao declive da rua, vai ganhado altura na fachada à medida que esta se desenvolve para sul, sendo dominada no seu extremo norte pelo portal nobre. A fachada lateral esquerda, apesar de não ser pública, encontra-se parcialmente visível e apresenta uma leitura semelhante à da fachada principal nas suas oito janelas de sacada. A diferença mais evidente está na presença de um terceiro piso marcado por uma fileira de oito janelas de peito, cujo lintel é a própria cornija de remate com o telhado.

Entrada e Escadarias:

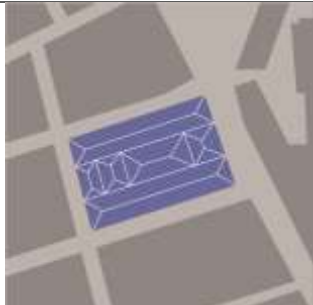
Devido à inclinação da rua o andar nobre encontra-se ao nível da rua no seu extremo norte. Desta forma, a entrada principal encontra-se virtualmente à mesma cota do andar nobre, tornando desnecessária a existência de uma escadaria nobre. Sendo assim a entrada principal dá acesso a um vestíbulo, que, por sua vez, acede directamente ao primeiro salão nobre.



7.4.2. Palácio Andrade | Lumiares | Cunha e Meneses

Localização: Rua São Pedro de Alcântara, 27-37
 Uso actual: Devoluto – projecto de Hotel

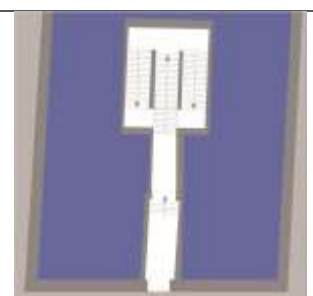


Implantação	Destacado	
Planta	Rectangular	
Cobertura	Telhados: 6 de 4 águas	
Pátio	Inexistente	
Jardim	Inexistente	

Número de pisos	Quatro pisos	Andar nobre	3º Piso
------------------------	--------------	--------------------	---------

Fachada exterior

Embasamento	Em cantaria até um terço da altura do piso térreo		
Cunhais pilastras	Nos extremos: seis cunhais apilastrados		
Remate superior	Cornija sob beirado		
Frisos	Perfil rectangular em consola ao nível do pavimento do piso nobre com rebordos salientes.		
Vãos	Andar nobre	Janelas de sacada	Remate superior: entablamento simplificado Guarda: guarda de varões de nós
	Restantes pisos	Piso térreo: vãos variados 2º Piso: janelas de peito com duplo batente (fachada principal) janelas de peito com guilhotina (fachadas restantes) 4º Piso: janelas tipo mezanino com guarda de ferro	
	Portal nobre	Cantaria pouco trabalhada envolvendo o 2º piso	

Portal nobre	Localização: fachada principal Alinhamento: centrado na fachada	
Articulação entrada/escadas	Pela entrada acede-se a um vestíbulo ligado por um corredor ao primeiro lanço de escadas.	
Escadas nobres	Escadas à <i>imperial</i> . ⁷³	

⁷³ Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa - Obra 31391 – Proc. 72-DMRU-OBRU-1992 - Sem Especialidade - Folha 57.

Palácio Andrade | Lumiares | Cunha e Meneses

Implantação do edifício:

O palácio Andrade, de aparência robusta na sua volumetria elevada, ocupa a totalidade de um quarteirão do Bairro Alto de formato rectangular, orientado no sentido este-oeste. Definido pelos três volumes principais, que desenhavam uma espécie de U, é depois complementado por um conjunto de volumes que preenchem o interior e as traseiras do quarteirão onde se encontra, por exemplo, um volume totalmente autónomo onde funcionam as escadarias nobres.

Fachadas:



A fachada principal, perfeitamente simétrica, encontra-se orientada a este virada para a Rua de São Pedro de Alcântara. As fachadas laterais, orientadas respectivamente a norte e a sul, apesar de mais extensas e por isso apresentarem treze vãos em cada andar, mantêm uma leitura idêntica à da fachada principal. A fachada posterior, orientada a oeste, é caracterizada por apresentar dois panos laterais, distintos e simétricos, cada um composto com apenas dois vãos por piso. Cada um destes panos é tratado como qualquer uma das outras fachadas apresentando, inclusive, cunhais a balizar os quatro ângulos presentes. O espaço central desta fachada era ocupado por um corpo de dois pisos.

Entrada e Escadarias:


A entrada do palácio é feita através da porta central da fachada principal. Esta, de cantaria pouco trabalhada, dava acesso a um pequeno vestíbulo alongado semelhante em proporções ao corredor que, por sua vez, comunicava com a escadaria. Esta escadaria depois de um primeiro lanço recto desdobrava-se em dois lanços simétricos de sentido oposto ao primeiro. Foram executadas no verdadeiro sentido teatral característico da segunda metade do século XVIII, por permitirem uma leitura do conjunto das próprias escadarias.



7.4.3. Palácio Azurara

Localização: Largo das Portas do Sol, 2
 Uso actual: Cultural - Museu de Artes Decorativas

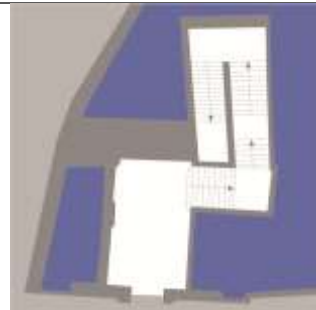


Implantação	Gaveto	
Planta	Irregular	
Cobertura	Telhados: 1 de 5 águas 3 de 4 águas 1 de 3 águas 2 de 2 águas 1 de 1 água	
Pátio	Pequeno, integrado no palácio	
Jardim	Inexistente	

Número de pisos	Quatro pisos (cinco na torre)	Andar nobre	4º Piso
------------------------	-------------------------------	--------------------	---------

Fachada exterior

Embasamento	Em cantaria a toda a altura do piso térreo		
Cunhais pilastras	Nos extremos: cunhais simples Fachada lateral: duas pilastras simples		
Remate superior	Cornija sob beirado		
Frisos	Friso plano ao nível do pavimento do andar nobre		
Vãos	Andar nobre	Janelas de sacada	Remate superior: entablamento simplificado Guarda: guarda de varões de nós
	Restantes pisos	Piso térreo: vãos de portas em cantaria simples Sobreloja: janelas de peito com guilhotina 3º Piso: janelas peito com batente	
	Portal nobre	Cantaria bastante trabalhada encimada por espaldar com florão entre volutas	

Portal nobre	Fachada: principal Alinhamento: centrado na fachada	
Articulação entrada/escadas	A entrada acede a um átrio de onde surge o primeiro lanço de escadas.	
Escadas nobres	Primeiro lanço sucedido na perpendicular por dois lanços seguidos rectos e um quarto em sentido contrário. ⁷⁴	

⁷⁴ Fonte: Fundação Ricardo do Espírito Santo Silva.

Palácio Azurara

Implantação do edifício:

Palácio de planta irregular e volumetria maciça envolvendo um pequeno pátio interior. Integra parte da cerca moura incluindo uma das torres que é perfeitamente visível na fachada principal, virada a norte. Encontra-se implantado no extremo sudeste de um quarteirão situado na plataforma do miradouro de Santa Luzia, que agrega, pelo menos, mais dois palácios. Forma dois gavetos apresentando, desta forma, três fachadas: para norte, a fachada principal, virada para o Largo das Portas do Sol; para este, virada para o Largo de Santa Luzia; para sul, fachada tardoz, virada para a Travessa de Santa Luzia.

Fachadas:



O palácio Azurara é o único do conjunto estudado cuja fachada principal se encontra virada a norte. Esta fachada seria absolutamente simétrica, não fosse a presença de uma torre da antiga muralha, existente no seu extremo nascente, revelada durante a última campanha de restauro (meados do século XX). Apresenta, com sobreloja, quatro pisos e é dominada pela grande dimensão da entrada nobre. As restantes fachadas apresentam uma leitura semelhante, embora tenham apenas três pisos devido à inexistência de sobreloja. Apenas na fachada sul surgem quatro vãos num quarto piso acrescentado, aparentemente, por cima do telhado original.

Entrada e Escadarias:

O portal nobre, em cantaria bastante trabalhada, está situada na fachada principal, virada para o quadrante norte, e corresponde, em altura, aos três primeiros pisos. Esta entrada dá acesso a um átrio de planta rectangular que atravessa a Cerca Moura através de um duplo arco de cantaria. À direita do átrio situa-se o vão que dá acesso às escadarias. Estas escadarias desenvolvem-se em quatro lanços com patamares intermédios. Ao segundo lanço, disposto na perpendicular com o primeiro, alinha-se o terceiro lanço, que por sua vez é seguido do quarto lanço em sentido contrário.



7.4.4. Palácio Belmonte | Pátio de D. Fradique

Localização: Pátio D. Fradique, 14
 Uso actual: Hotelaria



Implantação	Recuado da frente de rua	
Planta	Irregular	
Cobertura	Telhados: 3 de 4 águas 2 de 3 águas 1 de 2 águas 4 de 1 água Terraços: 3	
Pátio	Na frente da fachada principal	
Jardim	Lateral	

Número de pisos	Seis pisos	Andar nobre	3º Piso
------------------------	------------	--------------------	---------

Fachada exterior

Embasamento	Em cantaria a um terço da altura do piso térreo		
Cunhais pilastras	Nos extremos: um cunhal apilastrado		
Remate superior	Cornija sob beirado		
Frisos	Perfil rectangular em consola ao nível do pavimento do piso nobre com rebordos salientes, sobre cornija.		
Vãos	Andar nobre	Janelas de sacada	Remate superior: entablamento simplificado Guarda: ferro forjado
	Restantes pisos	Piso térreo: vãos de porta em cantaria simples	
	Portal nobre	Cantaria bastante trabalhada encimada com janela de batente entre volutas, sobrepujada de brasão	

Portal nobre	Localização: fachada principal Alinhamento: centrado na fachada	
Articulação entrada/escadas	Escadas situadas do lado direito de um pequeno vestíbulo quadrangular	
Escadas nobres	Um lanço recto	

Palácio Belmonte | Pátio de Dom Fradique

Implantação do edifício:

Ocupando um terreno de configuração rectangular, o palácio Belmonte foi erguido encostado à Alcáçova, integrando na sua constituição parte de uma torre de secção quadrada a oeste, na ala noroeste as fundações de uma outra torre que estabelece a ligação entre a Alcáçova e a Cerca Moura, e a este uma torre de secção pentagonal. A sua volumetria heterogénea denuncia, ainda, uma génese feita de acrescentos e sobreposições, mais visíveis na fachada tardoz, onde se revela a totalidade dos seus seis pisos, do que nas fachadas principais, mais regulares na sua constituição.

Fachadas:



O caso do palácio Belmonte é particular, pois as duas fachadas exteriores não são viradas para a via pública, mas antes para um pátio murado cujo acesso é feito através de um primeiro portão. Apenas depois desta primeira barreira é possível vislumbrar duas fachadas que, organizadas ortogonalmente entre si e com o edifício adjacente, definem um pátio rectangular.

Apesar do edifício chegar aos seis pisos, nestas duas fachadas são apenas visíveis três dos pisos. A fachada da esquerda, onde se encontra o portal nobre, é simétrica na sua constituição e apresenta, para além do piso térreo e do andar nobre, um terceiro piso composto por janelas tipo mezanino. Na fachada frontal ao portão de entrada a leitura é semelhante, principalmente no andar nobre, sendo ainda visível à esquerda uma passagem, sob o edifício, que dá acesso ao tardoz do palácio. Nesta fachada as janelas tipo mezanino são falsas escondendo o alto pé direito dos salões nobres.

Entrada e Escadarias:

Após um portal nobre bastante trabalhado, surge um pequeno vestíbulo quadrangular sem grande expressão. O lado direito deste vestíbulo apresenta duas passagens, a primeira, seguida por um pequeno lanço de escadas que descem, dá acesso ao piso térreo deste corpo do palácio; a segunda passagem do vestíbulo acede a um lanço de escadas recto, pouco largo e sem expressão relevante, que permite o acesso ao andar nobre.



7.4.5. Palácio dos Carvalhos | Pombal

Localização: Rua do Século, 65-85
 Uso actual: Institucional - Escola superior de dança Cultural – EGEAC | C.M.L.



Implantação	Gaveto		
Planta	Em L		
Cobertura	Telhados: 4 de 4 águas 1 de 3 águas 1 de 1 água		
Pátio	Média dimensão		
Jardim	Tardoz		
Número de pisos	Quatro pisos	Andar nobre	3º Piso

Fachada exterior

Embasamento	Corpo Sul: Em cantaria a metade da altura do piso térreo Restante palácio: Em cantaria a um sexto da altura do piso térreo		
Cunhais pilastras	Nos extremos: quatro cunhais apilastrados Entre corpos: quatro pilastras		
Remate superior	Cornija sob beirado		
Frisos	Perfil rectangular ao nível do pavimento do andar nobre com rebordos salientes.		
Vãos	Andar nobre	Janelas de sacada	Remate superior: sem entablamento Guarda: guarda de varões de nós
	Restantes pisos	Piso térreo: vãos variados em cantaria simples 3º Piso: janelas tipo mezanino e janelas falsas tipo mezanino	
	Portal nobre	Dois portões com cantaria pouco trabalhada (carruagens) Porta de cantaria simples (pessoas)	

Portal nobre	Localização: fachada principal Alinhamento: descentrado	
Articulação entrada/escadas	As escadas surgem após um pequeno vestíbulo.	
Escadas nobres	Dois lanços rectos paralelos dispostos em sentido contrário. ⁷⁵	

⁷⁵ Fonte: *Carpe Diem* – Arte e Pesquisa.

Palácio dos Carvalhos | Pombal

Implantação do edifício:

O palácio Pombal encontra-se encaixado na esquina da Rua do Século com a Rua da Academia das Ciências. De semblante horizontal, este edifício apresenta um grande desenvolvimento na sua fachada principal que terá sido ainda maior quando se estendia onde hoje se encontra um dos edifícios do antigo jornal o Século. A fachada é suficientemente longa para que, num gesto quase orgânico, o palácio acompanhe a ligeira inflexão que a via faz. Na Rua da Academia das Ciências ainda é possível ver duas estruturas em arco sobre a rua, que denotam a relação que este palácio terá tido com os terrenos a norte. No tardo, o terreno de parte do antigo jardim foi ocupado pelas instalações de uma antiga metalúrgica, onde estão hoje as instalações da Esc. Superior de Dança.

Fachadas:



A fachada principal, marcada por ser bastante extensa nos seus vinte vãos corridos, tem um carácter profundamente austero, traduzido na ausência do característico entablamento simplificado das molduras dos vãos do andar nobre. A alternância entre vãos reais e vãos falsos nas janelas tipo mezanino da terceira fiada de janelas revela-nos a presença de um terceiro piso que não se desenvolve em toda a extensão do palácio.

Apesar dos pisos serem relativamente homogêneos, é possível identificar algumas preexistências à construção do edifício através da presença de diversas pilastras.

A fachada da Rua da Academia das Ciências mostra-se, num primeiro troço, de leitura igual à fachada principal, mas depois de uma primeira interrupção, devido à presença de um pátio intermédio, a fachada ganha um desenho mais heterogêneo, menos integrado na leitura do restante conjunto.

Entrada e Escadarias:

A principal particularidade neste caso prende-se com o facto de as portas principais, as mais trabalhadas, se destinarem exclusivamente a carruagens, estando a entrada para pedestres situada numa porta diferente. Estas entradas nobres, duas ao todo, encontram-se viradas para o largo do chafariz, alinhadas de forma a permitirem as carruagens de manobrem para entrarem no edifício e acederem directamente ao pátio.



A entrada que se relaciona directamente com as escadarias nobres é de cantaria simples, sem qualquer destaque das restantes entradas do palácio (número 85). As escadarias são compostas por dois lanços rectos de sentidos contrários com patamar intermédio, permitindo uma leitura de conjunto da totalidade das escadas.

7.4.6. Palácio do Conde Barão de Alvito



Localização: Largo do Conde Barão, 47
 Uso actual: Devoluto – projecto de condomínio

Implantação	Gaveto	
Planta	Em L	
Cobertura	Telhados: 5 de 4 águas	
Pátio	Inexistente	
Jardim	Tardoz	

Número de pisos	Quatro pisos	Andar nobre	3º Piso
------------------------	--------------	--------------------	---------

Fachada exterior

Embasamento	Em cantaria chegando ao peitoril das janelas do 2º piso		
Cunhais pilastras	Nos extremos: três cunhais apilastrados Fachada principal: Uma pilastra em ângulo		
Remate superior	Cornija sob beirado		
Frisos	Perfil rectangular ao nível do pavimento do andar nobre com rebordos salientes.		
Vãos	Andar nobre	Janelas de sacada	Remate superior: entablamento simplificado Guarda: ferro fundido
	Restantes pisos	Piso térreo: vãos variados em cantaria simples 2º Piso: janelas de peito com batente 4º Piso: janelas tipo mezanino em ático recuado	
	Portal nobre	Cantaria pouco trabalhada envolvendo o 2º piso	

Portal nobre	Localização: fachada principal Alinhamento: descentrado para a direita	
Articulação entradaescadas	A entrada dá acesso a um átrio de duplo pé direito onde, do lado esquerdo, se iniciam as escadas.	
Escadas nobres	Dois primeiros lanços dispostos em L, seguidos de mais dois vãos paralelos dispostos em sentido contrário entre si. ⁷⁶	

⁷⁶ Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa - Obra 7544 – Proc. 32220-DSC-PG-1944 - Sem Especialidade - Folha 19.

Palácio do Conde Barão de Alvito

Implantação do edifício:

Inserido numa zona plana da cidade, o palácio do Conde Barão tem uma forma eminentemente paralelepípedica e homogénea, delineando o gaveto entre o Largo homónimo e a Rua dos Mastros. A única quebra nesta homogeneidade encontra-se a meio da fachada principal, virada para o Largo do Conde Barão, onde é possível discernir um ligeiro ângulo que o edifício possui, denunciando a presença de dois corpos de génese distinta. No tardo, totalmente rodeado pelos edifícios que compõem o quarteirão, ainda se pode observar o espaço, de dimensões consideráveis, onde provavelmente terá existido o jardim.

Fachadas:



As duas fachadas exteriores do palácio do Conde Barão têm uma leitura de continuidade quase perfeita, apenas quebrada por uma pilastra que marca um ligeiro ângulo que a fachada principal apresenta ao centro. As fachadas são compostas por piso térreo, sobreloja e um andar nobre no terceiro piso. É ainda possível discernir, no gaveto do edifício, um quarto piso recuado que surge por cima do telhado.

Entrada e Escadarias:

A entrada principal, sem qualquer expressão plástica, dá acesso a um átrio com duplo pé direito. Do lado esquerdo do átrio, após um vão, terá existido o primeiro conjunto de escadas (hoje inexistentes) dispostos em L que, ocupando parte da área da loja do piso térreo, permitia o acesso ao primeiro andar do palácio. Já no primeiro andar, após um corredor, surge o segundo conjunto de escadas de acesso ao andar nobre composto dois lanços paralelos dispostos em sentido contrário.



7.4.7. Palácio dos Condes de Almada | da Independência

Localização: Largo de São Domingos
 Uso actual: Institucional - Sociedade Histórica da Independência de Portugal



Implantação	Gaveto	
Planta	Rectangular, com corpo em L encostado no tardo	
Cobertura	Telhados: 1 de 4 águas 3 de 3 águas 1 de 2 águas	
Pátio	Dois, envolvidos pelo palácio	
Jardim	Tardo	

Número de pisos	Três pisos	Andar nobre	3º Piso
------------------------	------------	--------------------	---------

Fachada exterior

Embasamento	Em cantaria a toda a altura do piso térreo		
Cunhais pilastras	Nos extremos: dois cunhais apilastrados		
Remate superior	Cornija sob beirado		
Frisos	Perfil rectangular em consola ao nível do pavimento do piso nobre com rebordos salientes, sobre cornija		
Vãos	Andar nobre	Janelas de sacada	Remate superior: entablamento simplificado desencostado do lintel Guarda: guarda de varões de nós
	Restantes pisos	Piso térreo: arcaria em cantaria 2º Piso: janelas de peito com batente	
	Portal nobre	Cantaria bastante trabalhada envolvendo o terceiro piso encimado com brasão	

Portal nobre	Localização: fachada principal Alinhamento: centrado na fachada	
Articulação entrada/escadas	Após uma passagem sob o palácio surgem do lado esquerdo do pátio as escadas originais e do lado direito as escadarias exteriores.	
Escadas nobres	Três lanços rectos dispostos perpendicularmente entre si (na figura é o conjunto da esquerda). ⁷⁷	

⁷⁷ Fonte: Jorge Pereira Sampaio – *O Palácio da Independência: sua história e evolução arquitectónica*. Lisboa: Soc. Histórica da Independência de Portugal, 1988.

Palácio dos Condes de Almada | da Independência

Implantação do edifício:

Construído na base da colina de Santana, o palácio da Independência encontra-se no limite entre a malha urbana da colina, mais orgânica, e a malha urbana ortogonal da baixa pombalina. Sobre um pequeno promontório, com frente para o Largo de São Domingos, o palácio apresenta uma volumetria bastante homogênea, apesar da irregularidade da planta. Esta, num primeiro plano, de forma rectangular envolve um primeiro pátio de dimensões médias. No tardo de deste primeiro conjunto surge um edifício em L que, pela forma como se encosta, desenha um segundo pátio de dimensões mais modestas. O palácio possui, ainda, um jardim no tardo de que tem como limite norte parte da muralha fernandina.

Fachadas:



A implantação do palácio na base da encosta da colina de Santana resulta numa variação de cota ao longo de todo o perímetro. A fachada nascente, virada para as Escadinhas da Barroca, encontra-se na cota mais alta, apresentando uma leitura secundária sem qualquer expressão arquitectónica que assinale a presença do palácio. É nas fachadas sul e poente que o palácio se revela. A leitura nestas fachadas é similar nos dois pisos principais, a excepção encontra-se na fachada lateral virada para a Rua das Portas de Santo Antão que, devido à diferença considerável de cota, apresenta um novo piso térreo. Este piso térreo é composto por uma arcaria aberta já no século XX como passagem pública e que se encontra hoje fechada e ocupada por estabelecimentos comerciais.

Entrada e Escadarias:

As escadarias mais antigas do palácio como hoje o conhecemos, encontravam-se no interior do corpo poente. Compostas por um primeiro lanço curto seguido de um segundo lanço no sentido contrário e um terceiro pequeno lanço perpendicular ao segundo, fazendo um percurso numa espécie de caracol. No século XIX surgem as escadarias que se encontram hoje do lado direito do pátio, compostas por um lanço que bifurca em dois lanços, dispostos na perpendicular em relação ao primeiro. Este conjunto de escadarias era originalmente coberto e emparedado.



7.4.8. Palácio dos Condes dos Arcos | do Salvador



Localização: Largo do Salvador, 22
 Uso actual: Habitação

Implantação	Integrando frente de rua	
Planta	Em U irregular	
Cobertura	Telhados: 1 de 4 águas 2 de 3 águas 3 de 2 águas	
Pátio	Tardoz, envolvido pela planta	
Jardim	Inexistente	

Número de pisos	Cinco pisos	Andar nobre	5º Piso
------------------------	-------------	--------------------	---------

Fachada exterior

Embasamento	Em cantaria a meia altura do piso térreo		
Cunhais pilastras	Nos extremos: dois cunhais simplificados		
Remate superior	Cornija sob beirado		
Frisos	Friso largo e plano ao nível do pavimento do andar nobre Pequeno cordão abaixo da cornija do edifício		
Vãos	Andar nobre	Janelas de sacada	Remate superior: entablamento simplificado Guarda: ferro fundido
	Restantes pisos	Piso térreo: vãos variados em cantaria simples 2º Piso: janelas de peito com batente e guilhotina 3º e 4º Pisos: janelas de peito com guilhotina	
	Portal nobre	Cantaria pouco trabalhada envolvendo o 2º e 3º pisos, encimada com brasão	

Portal nobre	Localização: fachada principal Alinhamento: descentrado para a direita	
Articulação entrada/escadas	Após uma passagem sob o palácio surgem do lado esquerdo do pátio principal as escadarias.	
Escadas nobres	Dois lanços rectos paralelos dispostos em sentido contrário. ⁷⁸	

⁷⁸ Fonte: Jorge Pereira Sampaio – *Casas com tradição em Portugal*. Lisboa: Estar editora, 1998.

Palácio dos Condes dos Arcos | do Salvador

Implantação do edifício:

Integrado no bairro de Alfama e encostado ao seu limite superior, logo por baixo da plataforma do miradouro de Santa Luzia, o Palácio dos Condes de Arcos (ainda nas mãos dos herdeiros da Casa) nos seus seis pisos domina, na sua única fachada exterior, o Largo do Salvador. Este palácio, que se encontra perfeitamente integrado no tecido urbano de Alfama, apresenta uma planta assimétrica, mas cujos três corpos paralelepípedicos que o compõem se dispõem ortogonalmente em torno de um pequeno pátio. Como pano de fundo este pátio apresenta um muro de sustentação de terras, definindo mais uma cota no característico declive desta encosta.

Fachadas:



A única fachada exterior encontra-se virada para nordeste e apresenta uma leitura um pouco monótona nos seus cinco pisos, que se tornam em quatro devido à inclinação do Largo do Salvador. Se não fosse por esta inclinação, o palácio dos Condes de Arcos teria uma fachada aproximadamente de forma quadrada, pouco característico do típico palácio lisboeta de configuração horizontal, raramente ultrapassando os quatro andares.

Entrada e Escadarias:


O portal nobre, após uma passagem sob o palácio, dá acesso a um pátio. Do lado esquerdo surge uma arcaria sob a qual se desenvolve uma entrada sem porta para as escadarias. Esta entrada é precedida, ainda sob a arcaria, de um primeiro patamar quadrangular pelo qual se acede por dois pequenos lanços de escadas, um directamente do pátio perpendicular à entrada, outro alinhado com essa entrada. As escadarias propriamente ditas, já dentro do corpo do palácio, compõem-se por um primeiro lanço recto seguido de um segundo lanço recto disposto no sentido contrário.



7.4.9. Palácio dos Condes de Figueira

Localização: Largo Rodrigues de Freitas, 1
 Uso actual: Habitação | Comércio

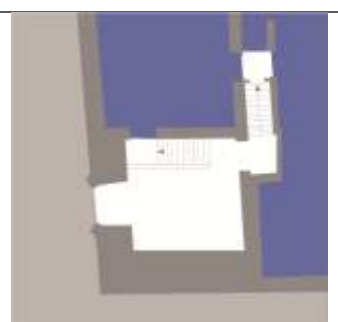


Implantação	Gaveto	
Planta	Rectangular irregular	
Cobertura	Telhados: 5 de 4 águas 2 de 3 águas 2 de 1 água Terraço: 1	
Pátio	Pequeno, integrado no palácio	
Jardim	Inexistente	

Número de pisos	Cinco pisos	Andar nobre	4º Piso
------------------------	-------------	--------------------	---------

Fachada exterior

Embasamento	Inexistente		
Cunhais pilastras	Nos extremos: dois cunhais apilastrados cuja metade de baixo é rusticada		
Remate superior	Cornija sob beirado		
Frisos	Perfil rectangular em consola ao nível do pavimento do piso nobre com rebordos salientes		
Vãos	Andar nobre	Janelas de sacada	Remate superior: entablamento simplificado desencostado do lintel Guarda: guarda de varões de nós
	Restantes pisos	Piso térreo: vãos variados em cantaria simples 2º e 3º pisos: janelas de peito com batente 5º piso: janelas de peito com batente	
	Portal nobre	Cantaria bastante trabalhada encimada com brasão	

Portal nobre	Localização: fachada principal Alinhamento: descentrado para a direita	
Articulação entrada/escadas	As escadas desenvolvem-se dentro do próprio átrio de entrada	
Escadas nobres	Dois lanços rectos alternativos ⁷⁹	

⁷⁹ Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa - Obra 20122 – Proc. 50980-DAG-PG-1987 - Sem Especialidade - Folha 14.

Palácio dos Condes de Figueira

Implantação do edifício:

Este palácio de planta em L na sua conformação original ganha um formato rectangular devido à ampliação feita na Calçada da Graça já no final do século XVIII, volume ignorado neste estudo devido ao destaque evidente que este volume tem do restante conjunto. Organiza-se em torno de um pátio de dimensões exíguas, onde se encontra uma cisterna do período muçulmano. Encontra-se implantado entre a Calçada da Graça, fachada nascente, e a Calçada de Santo André, fachada poente, fazendo o remate destas duas ruas com o Largo Rodrigues de Freitas (ampliado em meados do século XX devido a um conjunto de demolições executadas pela C.M.L.), a sul, para onde se vira a fachada principal primitiva. A cércea do palácio é variável, sendo mais baixa no extremo norte da fachada nascente, aumentando gradualmente ao longo de todo o perímetro, devido à contínua inclinação das ruas envolventes.

Fachadas:



As três fachadas exteriores do palácio da Figueira revelam claramente os acrescentos e alterações sofridas ao longo dos séculos. A fachada principal apresenta dois estilos perfeitamente distintos que se revelam no trabalho de cantaria dos cunhais. Enquanto ao nível do piso térreo os cunhais são rusticados, no andar nobre o trabalho de cantaria é liso e mais simplificado como acontecia mais a partir dos finais do século XVII. O corpo distinto do palácio na fachada lateral nascente, no seu extremo norte é, provavelmente, já dos finais do século XVIII. Este corpo não só apresenta um portal nobre autónomo como se projecta ligeiramente para a frente, criando um desalinhamento na fachada. A fachada poente, apesar de mais irregular, mantém, ainda assim, a leitura do andar nobre

em consonância com a fachada principal.

Entrada e Escadarias:

O portal nobre, ainda de aparência quinhentista, dá acesso a um átrio de duplo pé direito. Dentro deste pátio desenvolve-se a totalidade das escadarias, compostas por um único lanço recto. Ao fundo do átrio do lado esquerdo após um vão, surge outro lanço de escadas também de acesso ao andar nobre. Sem mais informação disponível pouco se pode dizer sobre a ordem cronológica da concepção destes dois conjuntos de escadas.



7.4.10. Palácio dos Condes de Murça

Localização: Rua de Santos-O-Velho, 100-116
 Uso actual: Devoluto – projecto de condomínio

80



Implantação	Gaveto	
Planta	Rectangular	
Cobertura	Telhados: 2 de 4 águas 4 de 3 águas 2 de 2 águas 1 de 1 água	
Pátio	Pequeno, integrado no palácio	
Jardim	Tardoz	

Número de pisos	Três pisos	Andar nobre	2º Piso
------------------------	------------	--------------------	---------

Fachada exterior

Embasamento	Inexistente		
Cunhais pilastras	Nos extremos: três cunhais apilastrados		
Remate superior	Cornija sob beirado		
Frisos	Friso plano ao nível do pavimento do andar nobre		
Vãos	Andar nobre	Janelas de sacada	Remate superior: entablamento simplificado Guarda: ferro forjado
	Restantes pisos	Piso térreo: vãos variados em cantaria simples 3º Piso: janelas de peito, janelas tipo mezanino e janelas de sacada	
	Portal nobre	Cantaria trabalhada	

Portal nobre	Localização: fachada principal Alinhamento: Ligeiramente desviado para a esquerda	
Articulação entrada/escadas	Duas entradas, com vestíbulos, de acesso ao pátio parcialmente coberto de onde surgem do lado esquerdo as escadarias.	
Escadas nobres	Dois lanços rectos paralelos dispostos em sentido contrário. ⁸¹	

⁸⁰ Fonte: http://www.geneall.net/img/titulos/tit_837.jpg [20/10/2012]

⁸¹ Fonte: www.fvarq.com

Palácio dos Condes de Murça

Implantação do edifício:

De planta rectangular regular e volumetria bastante compacta, o Palácio dos Condes de Murça ocupa a esquina da Rua de Santos-O-Velho e a Rua de São João da Mata. O corpo rectangular incorpora um pequeno pátio alinhado com o portal nobre. É ladeado, a poente, pelo antigo Convento dos Marianos e a norte por um muro, com cerca de vinte metros, que dá acesso directo para o espaço onde antigamente estaria o jardim do palácio.

Fachadas:

A necessidade de adaptar o imóvel a diferentes usos, levou ao acrescento de um terceiro piso feito de janelas desiguais e sem uma leitura de conjunto com o resto do palácio. Este facto é ainda mais evidente na permanência entre o andar nobre e o terceiro piso da cornija de remate com o beirado do que terá sido o telhado original. Para além deste terceiro piso, a fachada principal revela, ainda, alguma irregularidade no alinhamento das janelas de sacada do andar nobre. A presença de uma pilastra que separa duas das janelas de sacada junto ao gaveto denunciam o acrescento de toda uma nova ala a nascente. Este facto é ainda mais evidente porque a fachada lateral, apesar ser bastante regular, não apresenta no andar nobre as características janelas de sacada que dariam continuidade com a fachada principal.

Entrada e Escadarias:

Este palácio apresenta duas possíveis entradas, uma ao lado da outra. O portal nobre há muito que deixou de ser a entrada principal. Dá acesso a um vestíbulo, durante muito tempo ocupado por comércio. Ao lado esquerdo do portal nobre uma entrada de cantaria simples que também dá acesso a um vestíbulo. Ambos os vestíbulos se relacionam naturalmente com o pátio, mas se, por um lado, o portal nobre é o que apresenta um carácter verdadeiramente nobre, é a entrada da esquerda, centrada em relação ao pátio, que se manteve, até aos nossos dias, o acesso ao pátio. Após a passagem dos vestíbulos entra-se no pátio, parcialmente coberto por uma arcada, que se desenvolve como um claustro a nascente, a poente e a norte, e em parte pelo sobrado do andar nobre. Do lado esquerdo deste pátio, parcialmente coberto, um vão dá acesso a um primeiro lanço de escadas rectos seguido de um segundo lanço paralelo em sentido contrário.

7.4.11. Palácio dos Condes de Redondo

Localização: Rua de Santa Marta, 56
 Uso actual: Institucional – Univ. Autónoma de Lisboa



Implantação	Integrando frente de rua	
Planta	Em P	
Cobertura	Telhados: 1 de 4 águas 3 de 2 águas Terraço: 1	
Pátio	Grande, envolvido pelo palácio	
Jardim	Inexistente	

Número de pisos	Três pisos	Andar nobre	2º Piso
------------------------	------------	--------------------	---------

Fachada exterior

Embasamento	Em cantaria até um terço da altura do piso térreo		
Cunhais pilastras	Nos extremos: dois cunhais apilastrados Fachada principal: seis pilastras		
Remate superior	Cornija sob beirado		
Frisos	Perfil rectangular em consola ao nível do pavimento do piso nobre Pequeno cordão abaixo da cornija do edifício		
Vãos	Andar nobre	Janelas de sacada	Remate superior: entablamento simplificado Guarda: guarda de varões de nós
	Restantes pisos	Piso térreo: janelas de sacada com batente 3º Piso: janelas tipo mezanino em ático recuado	
	Portal nobre	Cantaria trabalhada encimada com frontão aberto	

Portal nobre	Localização: fachada principal Alinhamento: descentrado para a esquerda	
Articulação entrada/escadas	Após uma passagem sob o palácio surgem em frente do pátio principal as escadarias.	
Escadas nobres	Dispostas em L	

Palácio dos Condes de Redondo

Implantação do edifício:

O Palácio dos Condes de Redondo encontra-se perfeitamente encaixado na malha urbana envolvente. Com frente a nascente para a Rua de Santa Marta, antiga estrada de acesso à cidade, é ladeado a sul pelo antigo convento de Santa Marta, actual hospital com o mesmo nome. De planta composta, mas regular, e volumetria paralelepípedica, é constituído por cinco corpos. Destes, quatro estão dispostos perpendicularmente numa forma quadrangular em torno de um pátio de grandes dimensões, formando o que terá sido o núcleo principal. Encostado a sul a esta primeira composição, e perfeitamente alinhado na fachada, surge um quinto corpo. Este aumenta mais do dobro a extensão da principal e única fachada, acentuando, assim, a impressão de horizontalidade do conjunto.

Fachadas:



Este Palácio apresenta apenas uma fachada exterior. Esta, com mais de 80 metros de comprimento, é de uma leitura perfeitamente regular nos seus dois pisos corridos, cada um com vinte e duas janelas de sacada. A destacar, também, a presença de seis pilastras que dividem simetricamente a fachada em sete partes, quebrando, desta forma, o aspecto monótono que a sua escala e regularidade denotam.

Entrada e Escadarias:

O portal nobre, que se encontra descentrada da fachada para o lado esquerdo, dá acesso a um pátio através de uma passagem sob o palácio, também descentrada em relação ao pátio. Este pátio de grandes dimensões apresenta, centrado na fachada contrária à entrada, um arco sem porta que dá acesso a dois conjuntos de escadas: para a esquerda um lanço de acesso ao primeiro piso; para a direita as escadarias de acesso ao andar nobre. Estas, de dimensões consideráveis na sua largura e comprimento, desenvolvem-se em três lanços rectos dispostos em L, com patamares intermédios. Sendo os dois primeiros seguidos e o terceiro disposto na perpendicular.



7.4.12. Palácio dos Copeiros Mores | de Braço de Prata | Coimbra



Localização: Rua de Santa Apolónia, 53, 27-37
 Uso actual: Administrativo - REFER

Implantação	Destacado	
Planta	Em L	
Cobertura	Telhados: 1 de 4 águas 2 de 3 águas	
Pátio	No tardoz	
Jardim	Inexistente	

Número de pisos	Três pisos	Andar nobre	3º Piso
------------------------	------------	--------------------	---------

Fachada exterior

Embasamento	Em cantaria abaixo dos vãos do piso térreo		
Cunhais pilastras	Nos extremos: cinco cunhais apilastrados Fachada lateral: uma pilastra		
Remate superior	Cornija sob beirado		
Frisos	Cornija ao nível do pavimento do piso nobre Pequeno cordão abaixo da cornija do edifício		
Vãos	Andar nobre	Janelas de sacada	Remate superior: entablamento simplificado Guarda: guarda de varões de nós guarda em ferro forjado
	Restantes pisos	1º e 2º Pisos: Janelas de peito com batente	
	Portal nobre	Cantaria trabalhada envolvendo o 3º piso	

Portal nobre	Localização: fachada principal. Alinhamento: descentrado para a esquerda.	
Articulação entrada/escadas	A entrada acede a um átrio de onde surge o primeiro lanço de escadas.	
Escadas nobres	Dispostas em C. ⁸²	

⁸² Fonte: J. Sarmento Matos; J. Ferreira Paulo – *A casa nobre do Braço-de-Prata*. Lisboa: Rede Ferroviária Nacional, 2003.

Palácio dos Copeiros Mores | de Braço de Prato | Coimbra

Implantação do edifício:

Este palácio está inserido numa malha urbana que denota ainda a transição entre o espaço urbano e o espaço rural. É composto por dois corpos dispostos em L destacados da envolvente. Inserido na antiga arriba da margem do rio, o conjunto apresenta dois pisos para a Rua de Santa Apolónia, a poente, e três pisos na fachada contrária, vencendo, assim, a diferença de cotas entre a rua e a ferrovia. O volume principal, onde se encontra o portal nobre, ostenta o alçado principal para um pequeno largo a sudoeste. O segundo corpo, mais esbelto, está encostado obliquamente ao primeiro, estendendo-se para norte ao longo da Rua de Santa Apolónia. As traseiras do palácio, onde terá existido um jardim, são agora ocupadas por um volume para estacionamento de origem recente.

Fachadas:



Apesar do Palácio dos Copeiros Mores ser um volume destacado da envolvente, para esta pequena análise vamos considerar apenas as fachadas que se viram para a Rua de Santa Apolónia e para o largo adjacente, a sul do palácio. É precisamente para este Largo que a fachada principal se vira. As duas fachadas possuem dois pisos, sendo o andar nobre no segundo piso. As fachadas possuem um carácter bastante homogéneo, quebrado apenas na fachada lateral pela presença de uma pilastra, que divide a fachada ao meio, e pela união das guardas em ferro forjado das três janelas que se encontram por cima da entrada nobre.

Entrada e Escadarias:


O portal nobre, descentrada para a esquerda da fachada, acede a um átrio que, apesar de ter apenas um pé direito de altura, ocupa uma área considerável do piso de entrada. Ao fundo do átrio, passados dois pilares de suporte dos arcos que se desenvolvem perpendicularmente à fachada principal, surgem as escadarias. Estas desenvolvem-se em quatro lanços rectos perpendiculares entre si, sendo o segundo e terceiro lanço seguidos. As escadas desenvolvem-se encostadas à fachada tardoz e à fachada lateral, permitindo a existência de janelas que iluminam directamente as escadarias.



7.4.13. Palácio Flor da Murta

Localização: Rua Poço dos Negros, 158
 Uso actual: Habitação - Condomínio

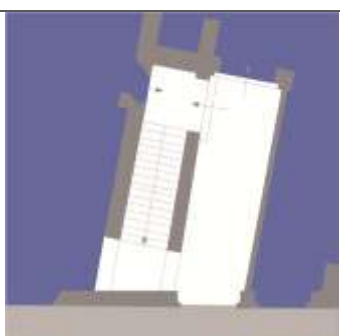


Implantação	Gaveto	
Planta	Em L	
Cobertura	Telhados: 3 de 4 águas 4 de 3 águas 3 de 2 águas	
Pátio	Inexistente	
Jardim	Tardoz	

Número de pisos	Três pisos	Andar nobre	2º Piso
------------------------	------------	--------------------	---------

Fachada exterior

Embasamento	Em cantaria a um terço da altura do piso térreo		
Cunhais pilastras	Nos extremos: dois cunhais apilastrados		
Remate superior	Cornija sob beirado		
Frisos	Perfil rectangular ao nível do pavimento do piso nobre (desaparecido da fachada lateral após a última intervenção) Antiga cornija de remate com o telhado entre o piso nobre e o 3º piso Pequeno cordão abaixo da cornija do edifício (também desaparecido)		
Vãos	Andar nobre	Janelas de sacada	Remate superior: entablamento simplificado Guarda: guarda de varões de nós
	Restantes pisos	Piso térreo: janelas tipo mezanino gradeadas 3º Piso: janelas de peito e janelas tipo mezanino	
	Portal nobre	Cantaria trabalhada	

Portal nobre	Localização: fachada principal Alinhamento: descentrado para a direita	
Articulação entrada/escadas	Pela entrada acede-se a um vestíbulo onde, ao fundo, surge o único lanço de escadas.	
Escadas nobres	Um lanço recto ⁸³	

⁸³ Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa - Obra 20722 – Proc. 61810-DAG-PG-1961 - Sem Especialidade - Folha 5.

Palácio Flor da Murta

Implantação do edifício:

Devido a sucessivas ocupações desde o final do séc. XIX que foram desvirtuando o palácio e o seu jardim, a análise aqui apresentada faz uso de imagens e considerações que Norberto Araújo apresenta no seu Inventário de Lisboa.

Com planta em L e volume monolítico de configuração horizontal, o palácio e o espaço onde anteriormente existia o jardim, ocupam metade do quarteirão onde se insere. O palácio, propriamente dito, tem planta rectangular com fachadas para sul, Rua do Poço dos Negros, e para poente, para a Rua de São Bento. Um segundo corpo encostado a norte contém a antiga capela e encontra-se encostado ao palácio ao longo da Rua de São Bento. A capela tem, ainda, uma entrada a norte, na Rua Fresca, para a qual daria, muito provavelmente, o muro do jardim, que delimitava nesta rua a restante propriedade.

Fachadas:

O Palácio Flor de Murta apresenta duas fachadas exteriores que já denotam algum desvirtuamento em relação ao que terá sido o desenho original. Esse facto é evidente na presença de um terceiro piso claramente acrescentado acima da antiga cornija de coroamento. Esta cornija de coroamento sofreu, também ela, uma alteração de posição, ficando, na última intervenção efectuada a uma cota mais baixa, levando ao desaparecimento de um cordão horizontal decorativo existente entre a cornija e os entablamentos simplificados das janelas de sacada do andar nobre. Nesta intervenção também desapareceu o friso ao nível do pavimento do andar nobre da fachada lateral. O piso térreo também revela uma alteração profunda no uso do edifício. Hoje totalmente composto por janelas de meia altura terá tido originalmente vãos de portas para o exterior, como era normal neste tipo de edifícios, facto evidenciado numa fotografia do Inventário de Lisboa de Norberto de Araújo. De qualquer das formas, o palácio apresenta uma certa regularidade no andar nobre com uma leitura semelhante em ambas as fachadas, quebrada, apenas, no último troço da fachada lateral, pela presença da antiga capela, construída num corpo autónomo.

Entrada e Escadarias:

Escadarias há muito desaparecidas, seriam compostas por um único lanço que surgiam em sentido contrário à entrada, do lado esquerdo do vestíbulo de entrada. Este lanço era iluminado pela janela do andar nobre da fachada principal que se encontrava no patamar superior.

7.4.14. Palácio do Marquês de Tancos



Localização: Calçada do Marquês de Tancos, 2
 Uso actual: Administrativo – EGEAC | C.M.L.

Implantação	Gaveto	
Planta	Irregular	
Cobertura	Telhados: 2 de 4 águas 3 de 3 águas 2 de 2 águas	
Pátio	Um pequeno integrado no palácio Um no tardo de acesso ao palácio	
Jardim	Inexistente	

Número de pisos	Cinco pisos	Andar nobre	4º Piso
------------------------	-------------	--------------------	---------

Fachada exterior

Embasamento	Em cantaria a toda a altura do 1º e 2º pisos		
Cunhais pilastras	Nos extremos: três cunhais apilastrados		
Remate superior	Cornija sob beirado		
Frisos	Perfil rectangular em consola ao nível do pavimento do piso nobre com rebordos salientes, sobre cornija Pequeno cordão abaixo da cornija do beirado		
Vãos	Andar nobre	Janelas de sacada	Remate superior: entablamento simplificado Guarda: guarda de varões de nós
	Restantes pisos	Piso térreo: vãos variados em cantaria simples 2º Piso: janelas de peito 4º Piso: janelas tipo mezanino, janelas falsas tipo mezanino e janelas de sacada	
	Portal nobre	Informação indisponível	

Portal nobre	Localização: fachada tardo de atrás de muro	
Articulação entrada/escadas	Inexistente	
Escadas nobres	Inexistentes	

Palácio do Marquês de Tancos

Implantação do edifício:

Palácio com aparência regular, reflectida na sua fachada corrida, tem, na realidade, uma planta irregular e uma volumetria composta, consequência da necessidade de adaptação à acentuada inclinação do terreno. Apresenta a fachada principal virada para a Calçada do Marquês de Tancos a sudoeste, uma pequena fachada no topo nascente a rematar o gaveto com a Rua da Costa do Castelo e um pequeno troço de fachada irregular, seguida pelo pátio murado na Rua da Costa do Castelo. Seria nesta fachada menos nobre por onde se fazia a entrada principal do Palácio, através do pátio. Na fachada elevada, virada a nascente, existe, ainda, acesso a um terraço sobre o edifício contíguo, a norte da fachada principal, edifício que, segundo Norberto de Araújo, já integrou o palácio.

Fachadas:



O palácio tem apenas uma fachada digna de registo, visto a fachada de gaveto ter uma leitura muito simples e a fachada das traseiras ser dominada pelo muro do pátio. A fachada principal encontra-se virada para a Calçada do Marquês de Tancos a sudoeste que, apesar de apresentar um carácter bastante regular, acaba por reflectir a forte inclinação desta via, contendo no seu extremo norte mais dois pisos (cinco) que no seu extremo sul. Há a realçar, também, que o quinto piso, por cima do andar nobre, existe apenas em parte da extensão desta fachada. São vãos falsos de janelas tipo mezanino que dominam este quinto piso, referentes ao pé direito dos salões nobres.

Entrada e Escadarias:

Devido ao facto da entrada principal se encontrar ao nível do próprio andar nobre, este palácio não tem uma escadaria nobre no sentido dos restantes palácios estudados. A entrada é, então, efectuada através da fachada tardoz, após a passagem de um portal que dá acesso ao pátio murado.



7.4.15. Palácio dos Marqueses de Ficalho

Localização: Rua Luz Soriano, 47-53
 Uso actual: Habitação | Comércio | Serviços



Implantação	Gaveto	
Planta	Duplo L	
Cobertura	Telhados: 1 de 3 águas 3 de 2 águas	
Pátio	No tardo	
Jardim	Inexistente	
Número de pisos	Seis pisos	Andar nobre 4º Piso

Fachada exterior

Embasamento	Em cantaria até um terço da altura do piso térreo		
Cunhais pilastras	Nos extremos: três cunhais apilastrados Fachada Sul: uma pilastra		
Remate superior	Cornija sob beirado		
Frisos	Corpo este: perfil rectangular em consola ao nível do pavimento do piso nobre com rebordos salientes, sobre cornija; antiga cornija de remate com o telhado entre o 5º e 6º pisos Corpo oeste: friso plano ao nível do pavimento do piso nobre com rebordos salientes		
Vãos	Andar nobre	Janelas de sacada	Remate superior: entablamento simplificado no corpo este; sem entablamento no corpo oeste Guarda: guarda de varões de nós no corpo este; ferro forjado no corpo oeste
	Restantes pisos	Piso térreo: vãos variados em cantaria simples 2º 3º e 5º Pisos: janelas de peito com batente 6º Piso: janelas de peito tipo mansarda apenas no corpo Nascente	
	Portal nobre	Cantaria pouco trabalhada	

Portal nobre	Localização: fachada principal Alinhamento: descentrado para a direita	
Articulação entrada/escadas	Pela entrada acede-se a um vestíbulo onde, ao fundo, surge o primeiro lanço de escadas.	
Escadas nobres	Quatro lanços rectos paralelos dispostos em sentido contrário alternadamente, após um primeiro conjunto de quatro degraus. ⁸⁴	

⁸⁴ Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa - Obra 23248 – Proc. 27438-DAG-PG-1945 - Sem Especialidade - Folha 4.

Palácio dos Marqueses de Ficalho

Implantação do edifício:

Palácio integrado na malha regular do Bairro Alto. Integra os dois gavetos do extremo sul do quarteirão delimitado pela Rua Luz Soriano a nascente, pela Travessa dos Fiéis de Deus a sul e pela Rua dos Caetanos a poente. Com uma volumetria maciça apresenta, ainda, uma planta regular composta por dois edifícios distintos em L. O corpo principal, a nascente, data do século XVII, e o corpo poente, mais recente, do século XVIII. Este último é ainda habitado pelos herdeiros da Casa.

Fachadas:



A existência de dois corpos de géneses diferenciadas que compõem este Palácio é por mais evidente na composição da fachada. Na fachada sul é possível comparar os dois corpos: o corpo nascente, onde as características de um palácio do século XVII/XVIII são bastante evidentes, e o corpo poente. A fachada do corpo nascente é composta por seis pisos, piso térreo e sobreloja, um

primeiro andar com janelas de peito, andar nobre sobrepujado por um piso com janelas tipo mezanino e um sexto piso acrescentado em forma de mansarda já no século XX. A fachada do corpo poente, com quatro pisos, é marcada pela presença de janelas de sacada sem entablamento no andar nobre (terceiro piso) e pela ausência de vãos de portas no piso térreo.

Entrada e Escadarias:

Devido ao facto do palácio Ficalho ser composto por dois núcleos perfeitamente distintos, foram identificados dois conjuntos de escadarias. Para o presente estudo foi escolhido o núcleo de escadas do corpo nascente, por parecer estar mais próximo do seu estado original. O núcleo poente apresentava uma escadaria com estrutura em madeira, mais característico de intervenções do século XIX. Enquanto no núcleo nascente, apesar da disposição das escadarias ser pouco convencional para o período, a estrutura continua a ser em cantaria. Após um primeiro conjunto de quatro degraus com respectivo patamar, a disposição das escadarias estudadas apresenta quatro lanços dispostos paralelamente, formando umas escadarias de características mais modernas. Estando o patamar entre o terceiro e quarto lanço por cima do patamar que fica entre do primeiro e segundo lanço, e é suportado por um pilar quadrangular em cantaria.



7.4.16. Palácio dos Marquês de Minas

Localização: Rua da Rosa, 199-205
 Uso actual: Serviços - Lar da Santa Casa da Misericórdia



Implantação	Integrando frente de rua		
Planta	Rectangular		
Cobertura	Telhados: 1 de 3 águas 4 de 2 águas 3 de 1 água		
Pátio	No tardoz		
Jardim	Inexistente		
Número de pisos	Quatro pisos	Andar nobre	2º Piso
Fachada exterior			
Embasamento	Em cantaria até um terço da altura do piso térreo		
Cunhais pilastras	Nos extremos: dois cunhais apilastrados Fachada principal: uma pilastra		
Remate superior	Cornija sob beirado		
Frisos	Corpo Sul: perfil rectangular em consola ao nível do pavimento do piso nobre, canelado Corpo Norte: friso plano ao nível do pavimento do piso nobre e outro ao nível do 3º piso		
Vãos	Andar nobre	Janelas de sacada	Remate superior: entablamento simplificado no corpo Sul; sem entablamento no corpo Norte Guarda: guarda de varões de nós
	Restantes pisos	Piso térreo: vãos variados em cantaria simples 3º Piso: janelas tipo mezanino no corpo Sul; janelas de sacada no corpo Norte 4º Piso: janelas tipo mezanino apenas no corpo Norte	
	Portal nobre	Cantaria pouco trabalhada	
Portal nobre	Localização: fachada principal. Alinhamento: descentrado para a esquerda.		
Articulação entrada/escadas	Pela entrada acede-se a um vestíbulo onde, ao fundo, surge o primeiro lanço de escadas.		
Escadas nobres	Dispostas em L. ⁸⁵		

⁸⁵ Fonte: www.oasrn.org

Palácio dos Marqueses de Minas

Implantação do edifício:

Apesar de este palácio resultar da junção de dois edifícios distintos encostados e ligados interiormente (nº199 ao 211), talvez ainda em finais do séc. XVIII ou já no séc. XIX, a análise aqui apresentada restringir-se-á apenas ao núcleo original do palácio (nº199 ao 205) por ser o que ainda apresenta, pelo menos em fachada, características palacianas.

Com planta rectangular, este palácio integra-se perfeitamente no conjunto urbano do Bairro Alto. Integrado no quarteirão que inclui o palácio do Cunhal das Bolas, o palácio apresenta a fachada principal virada a nascente para a Rua da Rosa. Ladeado a norte pelo segundo núcleo e a sul pelo casario do quarteirão, o lote desenvolve-se, ainda, a toda a largura do quarteirão no sentido este-oeste, apresentando para as traseiras, na Rua de São Boaventura, o limite murado da propriedade.

Fachadas:



A existência de dois corpos de géneses diferenciadas é por mais evidente na composição da fachada. Esta divide-se perfeitamente no corpo sul, onde as características palacianas são bastante visíveis, e no corpo norte, onde a hierarquia dos vãos dificilmente se identificariam como pertencente a um palácio. A fachada do corpo sul é composta por três pisos, piso terreo, andar nobre e um terceiro piso com janelas tipo mezanino. A fachada do corpo norte, desalinhada com a primeira, é marcada pela presença de janelas de sacada sem entablamento no segundo e terceiro piso, não se descortinado, numa leitura exterior, a posição ou sequer a existência de um andar nobre, embora este exista em continuidade com o andar nobre do corpo sul.

Entrada e Escadarias:

Tal como o palácio Ficalho, o palácio de Minas também apresenta dois núcleos bastante distintos, cada um com um núcleo de escadas próprio. Neste caso as escadarias que foram estudadas localizam-se no corpo sul, por este apresentar características mais típicas dos palácios apresentados no presente estudo. Estas escadarias desenvolvem-se, após um vestíbulo, em dois lanços, um primeiro lanço mais curto paralelo à rua, e um segundo perpendicular à rua, virando as escadarias em direcção à fachada principal. Apesar de estarem bastante contidas no interior do imóvel, as escadarias acabam por ser iluminadas por uma janela que se encontra alinhada com o segundo lanço, já no andar nobre.



7.4.17. Palácio Pancas Palha | Van Zeller

Localização: Trav. do Recolhimento de Lázaro Leitão, 1
 Uso actual: Desocupado - C.M.L.



Implantação	Gaveto		
Planta	Em P		
Cobertura	Telhados: 1 de 4 águas 6 de 2 águas		
Pátio	Um pequeno integrado no palácio Um no tardo de acesso ao palácio		
Jardim	Tardo		
Número de pisos	Três pisos	Andar nobre	2º Piso
Fachada exterior			
Embasamento	Em cantaria a um sexto da altura do piso térreo		
Cunhais pilastras	Nos extremos: três cunhais apilastrados Fachada lateral: duas pilastras		
Remate superior	Cornija sob beirado		
Frisos	Perfil rectangular ao nível do pavimento do piso nobre com rebordos salientes		
Vãos	Andar nobre	Janelas de sacada	Remate superior: entablamento simplificado Guarda: guarda de varões de nós
	Restantes pisos	Piso térreo: janelas de peito com guilhotina (fachada principal) janelas de peito com batente (fachada lateral)	
	Portal nobre	Cantaria pouco trabalhada	
Portal nobre	Localização: fachada principal Alinhamento: centrado na fachada		
Articulação entrada/escadas	Após um átrio ovalado e um vestíbulo surge uma sala oval que contém as escadarias.		
Escadas nobres	Um lanço recto. ⁸⁶		

⁸⁶ Fonte: A. Abreu; Filipe Mário Lopes – *Palácio Pancas Palha*. Lisboa, Câmara Municipal – D.M.R.U., D.L., 1998.

Palácio Pancas Palha | Van Zeller

Implantação do edifício:

Palácio urbano que integra a zona de Santa Apolónia cuja malha urbana, irregular, evidencia, ainda, a passagem de uma ocupação rural a urbana. De planta irregular e volumetria paralelepípedica, este palácio apresenta o corpo principal virado a nordeste, para a Travessa do Recolhimento de Lázaro Leitão, formando gaveto, num ângulo bastante aberto, com a Rua de Santa Apolónia. Nesta rua desenvolve-se a fachada lateral do palácio que, com mais do dobro do comprimento da fachada principal, acentua fortemente a horizontalidade do imóvel. No tardoz deste segundo volume, no seu extremo sul, surgem encostados mais três corpos organizados ortogonalmente, dispostos em torno de um pequeno pátio.

Fachadas:



Este palácio apresenta duas fachadas bastante regulares nos seus dois pisos corridos. A fachada principal, onde se encontra a entrada nobre, é a mais pequena em extensão, contando com apenas três janelas no andar nobre. Em evidente contraste a fachada lateral é composta por catorze janelas de sacada no andar nobre. Esta fachada lateral apresenta, ainda, uma ligeira inflexão marcada pela presença de uma pilastra, quebrando, assim, o alinhamento um pouco monótono que a caracteriza.

Entrada e Escadarias:

A articulação entre a entrada e o andar nobre é nitidamente o resultado de uma intervenção sofrida já no século XIX. Após um primeiro átrio de grandes dimensões em forma ovalada, surge um pequeno vestíbulo de transição. Só após esta antecâmara é que entramos numa sala perfeitamente oval destinada exclusivamente às escadarias nobres. Estas escadarias, com estrutura de madeira, desenvolvem-se apenas num lanço recto e terminam numa mezzanine, que permite a circulação por todo o perímetro da sala.



7.4.18. Palácio de Santo Estêvão | dos Azevedo Coutinho

Localização: Largo de Santo Estêvão, 36-38
 Uso actual: Habitação – Condomínio



Implantação	Gaveto	
Planta	Irregular	
Cobertura	Telhados: 1 de quatro águas 3 de três águas 4 de duas águas Terraço: 1	
Pátio	Pequeno, lateral ao palácio e um saguão	
Jardim	Inexistente	

Número de pisos	Quatro pisos	Andar nobre	3º Piso
------------------------	--------------	--------------------	---------

Fachada exterior

Embasamento	A toda a altura do arco de entrada		
Cunhais pilastras	Nos extremos: quatro cunhais apilastrados		
Remate superior	Cornija sob beirado		
Frisos	Perfil rectangular em consola ao nível do pavimento do piso nobre com rebordos salientes, sobre cornija Pequeno cordão abaixo da cornija do edifício		
Vãos	Andar nobre	Janelas de sacada	Remate superior: entablamento simplificado Guarda: guarda de varões de nós
	Restantes pisos	Piso térreo e 2º piso: vãos variados em cantaria simples 4º Piso: janelas de peito com batente	
	Portal nobre	Cantaria simples	

Portal nobre	Localização: No pátio coberto Alinhamento: Desalinhado	
Articulação entrada/escadas	Por baixo de uma passagem sob o Palácio entra-se para um átrio de onde surgem as escadarias.	
Escadas nobres	Dois lanços rectos paralelos dispostos em sentido contrário, após um primeiro conjunto de dois degraus. ⁸⁷	

⁸⁷ Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa - Obra 20275 – Proc. 29866-DAG-PG-1950 - Sem Especialidade - Folha 4.

Palácio de Santo Estêvão | dos Azevedo Coutinho

Implantação do edifício:

Palácio inserido na malha urbana irregular do bairro de Alfama. Apresenta uma planta bastante irregular, orientada longitudinalmente no sentido este-oeste e uma volumetria composta, denotando uma génese feita da união de vários edifícios. O palácio ocupa a quase totalidade da Rua de Santo Estêvão, a sul, e toda a parte correspondente ao Largo de Santo Estêvão fronteiro às traseiras da Igreja homónima. A norte, para a Rua do Vigário, o edifício desenha uma fachada irregular que em conjunto com o casario adjacente forma o Beco do Chanceler.

Fachadas:



Com três fachadas exteriores, o palácio de Santo Estêvão será o que se mostra para a via pública como o menos unificado do conjunto estudado. O declive acentuado aliado a uma planta muito irregular esconde bastante a natureza unificada do imóvel revelado apenas pela presença dos característicos elementos que vemos nos restantes palácios, as janelas de sacada, um friso ao nível do pavimento do andar nobre e a presença de um pequeno friso antes da cornija de remate com o beirado. Estes elementos unificadores são, ainda, parcialmente escondidos pela presença de um corpo pertencente ao palácio, na esquina do Largo de Santo Estêvão e da rua homónima, que ao nível do andar nobre apresenta um vazio aproveitado para um terraço, levando as

características janelas de sacada a desenvolverem-se fora da vista de quem observa o Palácio de fora.

Entrada e Escadarias:

A entrada do palácio, em cantaria simples, encontra-se sob uma passagem que, apesar de vedada, permite a ligação entre o Largo de Santo Estêvão e o Beco do Chanceler. Após esta entrada surge um pequeno átrio quadrangular onde, à esquerda e após um vão, subindo dois degraus, se encontra o primeiro patamar de acesso às escadarias. Estas são compostas por um primeiro lanço recto seguido de um segundo lanço recto, mais curto, disposto paralelamente ao primeiro.



7.4.19. Palácio dos Teles de Melo

Localização: Calçada do Cascão, 1
 Uso actual: Habitação | Comércio



Implantação	Gaveto	
Planta	Irregular	
Cobertura	Telhados: 3 de 4 águas 3 de 3 águas	
Pátio	Inexistente	
Jardim	No tardoz	

Número de pisos	Cinco pisos	Andar nobre	3º Piso
------------------------	-------------	--------------------	---------

Fachada exterior

Embasamento	Em cantaria até um terço da altura do piso térreo		
Cunhais pilastras	Nos extremos: dois cunhais apilastrados Fachada Nordeste: quatro pilastras		
Remate superior	Cornija sob beirado		
Frisos	Perfil rectangular ao nível do pavimento do piso nobre com rebordos salientes Pequeno cordão abaixo da cornija do edifício		
Vãos	Andar nobre	Janelas de sacada	Remate superior: entablamento simplificado sobrepujado com elemento horizontal Guarda: guarda de varões de nós
	Restantes pisos	Piso térreo: vãos variados em cantaria simples 2º Piso: janelas de peito com batente 4º Piso: janelas tipo mezanino e águas furtadas	
	Portal nobre	Cantaria pouco trabalhada envolvendo o 2º piso	

Portal nobre	Localização: fachada principal Alinhamento: centrado na fachada	
Articulação entrada/escadas	Informação inexistente	
Escadas nobres	Informação inexistente	

Palácio dos Teles de Melo

Implantação do edifício:

Palácio de planta e volumetria composta por um corpo em L de gaveto entre a Rua dos Remédios, a sudeste, e a Calçada do Cascão, a nordeste. Esta Calçada é, por sua vez, parcialmente ocupada por um segundo volume paralelepípedo encostado ao primeiro volume tapando a metade norte do que terá sido em tempos a fachada primitiva. Esta associação cria uma linha quebrada na fachada, transformando-a, desta forma, numa composição de três panos perpendiculares. O estreitamento da Calçada do Cascão para norte proporciona ao arranque desta artéria um temperamento mais de praçeta, do que propriamente de rua.

Fachadas:



O palácio dos Teles de Melo apresenta ao todo quatro fachadas, três delas viradas para a Calçada do Cascão dispostas perpendicularmente entre si. Apesar desta fachada se encontrar “quebrada” em três, a leitura global do palácio pode definir-se como sendo regular, pois a hierarquia das fachadas assume uma total continuidade ao longo das quatro fachadas. Esta continuidade mantém-se mesmo quando o pano sudeste, virado para o rio, surge mais um piso sobre a forma de sobreloja devido à inclinação da via pública.

Entrada e Escadarias:

Há que chamar a atenção para o facto de este palácio ter sido adaptado para a ocupação de vários inquilinos, transformando-o em propriedade horizontal, ainda antes de meados do século XIX. Por esta razão a informação desenhada disponível não permite identificar nem a forma nem a localização na planta escadarias nobres das na sua caracterização original.



7.4.20. Palácio Teles de Meneses

Localização: Largo de São Vicente, 5
 Uso actual: Desocupado | Privado



Implantação	Gaveto	
Planta	Rectangular	
Cobertura	Telhados: 1 de 3 águas 1 de 1 água	
Pátio	Inexistente	
Jardim	No tardoz	

Número de pisos	Dois pisos	Andar nobre	1º Piso
------------------------	------------	--------------------	---------

Fachada exterior

Embasamento	Inexistente		
Cunhais pilastras	Nos extremos: quatro cunhais apilastrados		
Remate superior	Cornija sob beirado		
Frisos	Perfil rectangular em consola ao nível do pavimento do piso nobre com rebordos salientes		
Vãos	Andar nobre	Janelas de sacada	Remate superior: entablamento simplificado
	Restantes pisos	2º Piso: janelas de peito com batente	
	Portal nobre	Cantaria pouco trabalhada	

Portal nobre	Localização: corpo lateral ao palácio. Alinhamento: encostado à esquerda.	
Articulação entrada/escadas	Pela entrada acede-se a um vestíbulo de onde surge o primeiro lanço de escadas.	
Escadas nobres	Dispostas em L. ⁸⁸	

⁸⁸ Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa - Obra 16548 – Proc. 30-DMPGU-EDI-2003 - Sem Especialidade - Folha 83.

Palácio dos Teles de Meneses

Implantação do edifício:

Palácio de volumetria paralelepípedica e maciça, com planta rectangular ligeiramente trapezoidal no gaveto que faz entre o Largo de São Vicente, a sul, e a Rua da Voz do Operário, a poente. O palácio, com dois pisos, assenta sobre uma muralha de sustentação de terras que, no gaveto, chega a ter sete metros de altura. Esta muralha, anterior ao palácio, quase que duplica a altura do imóvel, suprimindo o carácter horizontal que o palácio verdadeiramente tem. Para norte, ao longo da Rua da Voz Do Operário desenvolve-se uma fachada que alberga por baixo um conjunto de garagens, e que sustenta os jardins ainda existentes, embora bastante alterados, que foram ampliados no início do séc. XX. A nascente da fachada principal surge, fora do volume principal, o portal nobre do edifício. Já no séc. XX, por cima do átrio desta entrada, é construído um segundo piso constituído por duas janelas coroadas com arcos perfeitos e uma terceira, semelhante, virada para poente.

Fachadas:



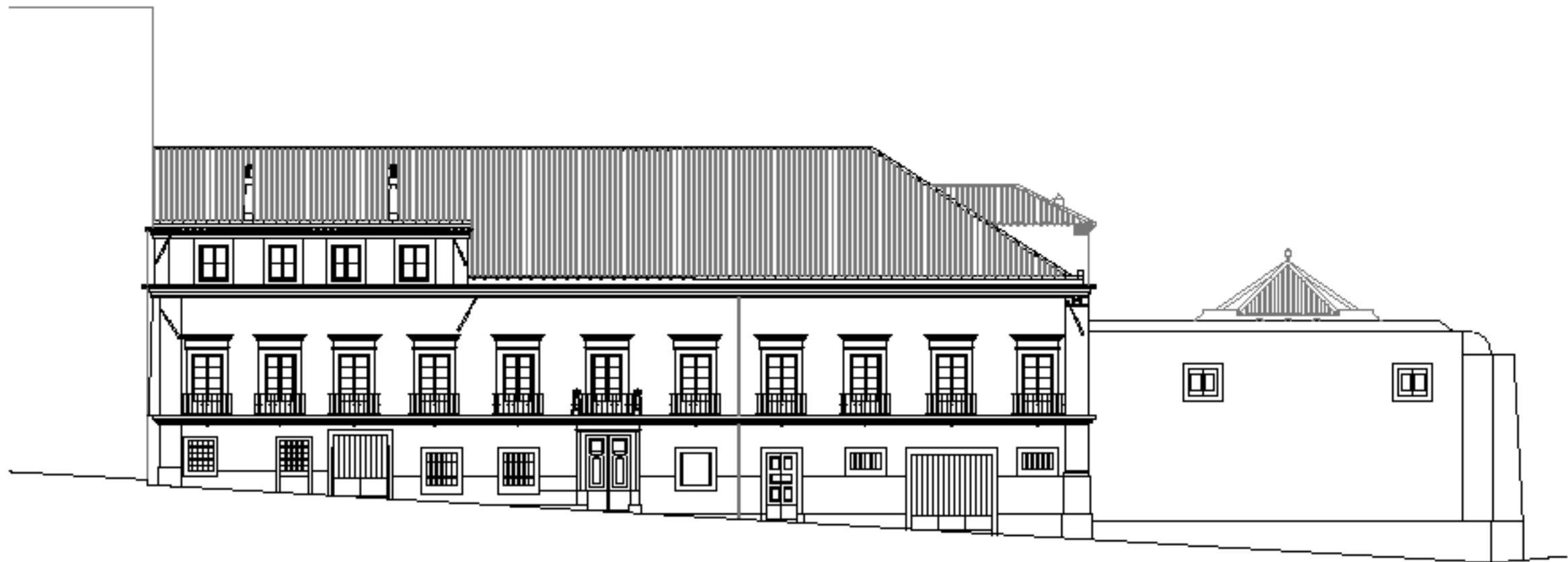
Este palácio é composto apenas por duas fachadas exteriores. Estas têm uma leitura semelhante e são compostas por duas fiadas de janelas, a primeira fiada, correspondendo ao andar nobre, é constituída por janelas de sacada, encimadas por um entablamento simplificado. A segunda fiada é formada por janelas tipo mezanino. Devido à existência da plataforma, sobre a qual o palácio se ergue, não existe o tradicional piso térreo, fazendo com que o andar nobre surja como o primeiro piso habitável a surgir na fachada.

Entrada e Escadarias:

Inseridas num corpo autónomo encostado ao lado direito do palácio, as escadarias desenvolvem-se a partir de um pequeno vestíbulo quadrangular num primeiro lanço recto que surge directamente do vestíbulo, e é seguido por um segundo lanço mais curto disposto na perpendicular em relação ao primeiro.



7.5. RIGOROSOS DO PALÁCIO DO “BICHINHO DE CONTA”



Palácio do "Bichinho de Conta"

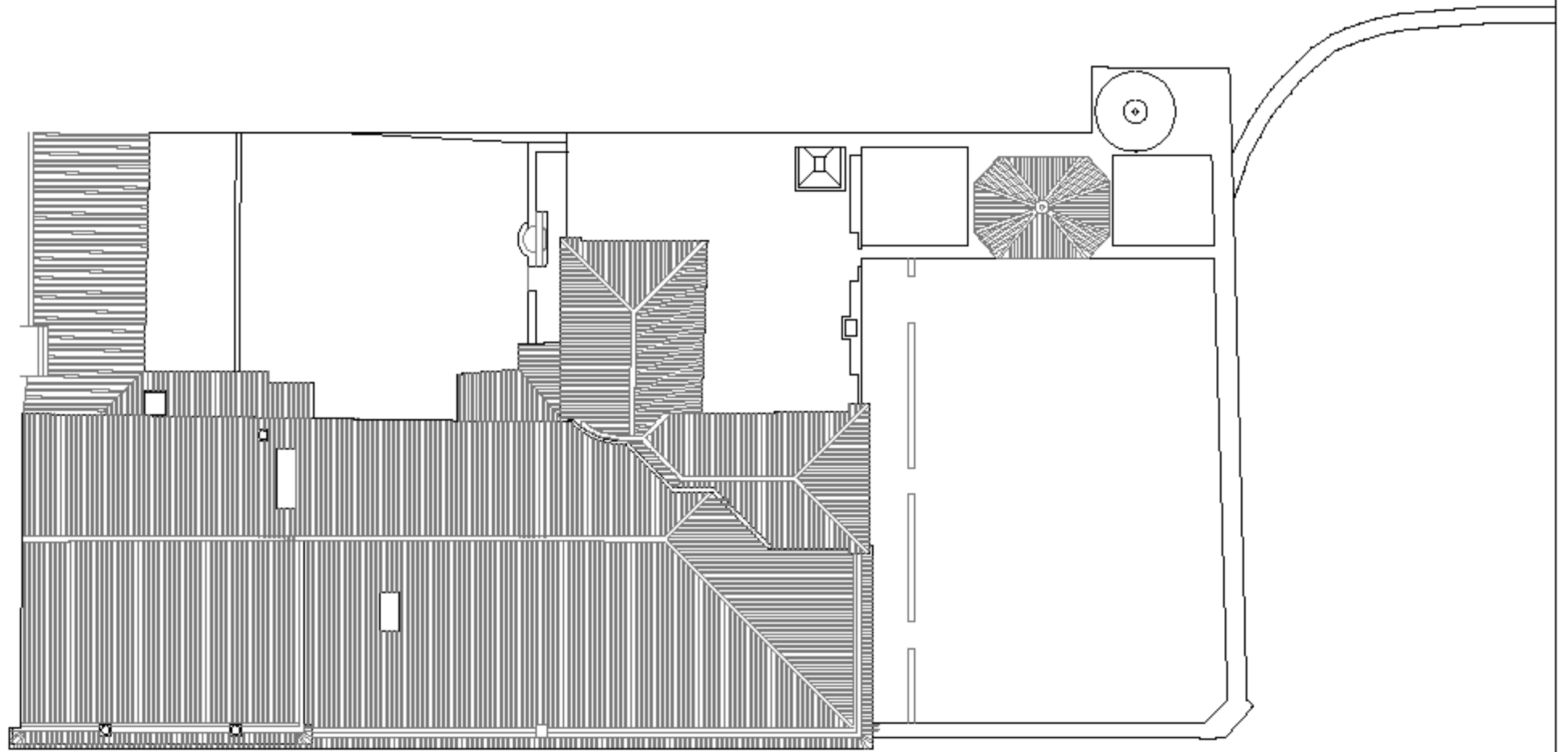
Rua de "O Século", 102-114 | Lisboa

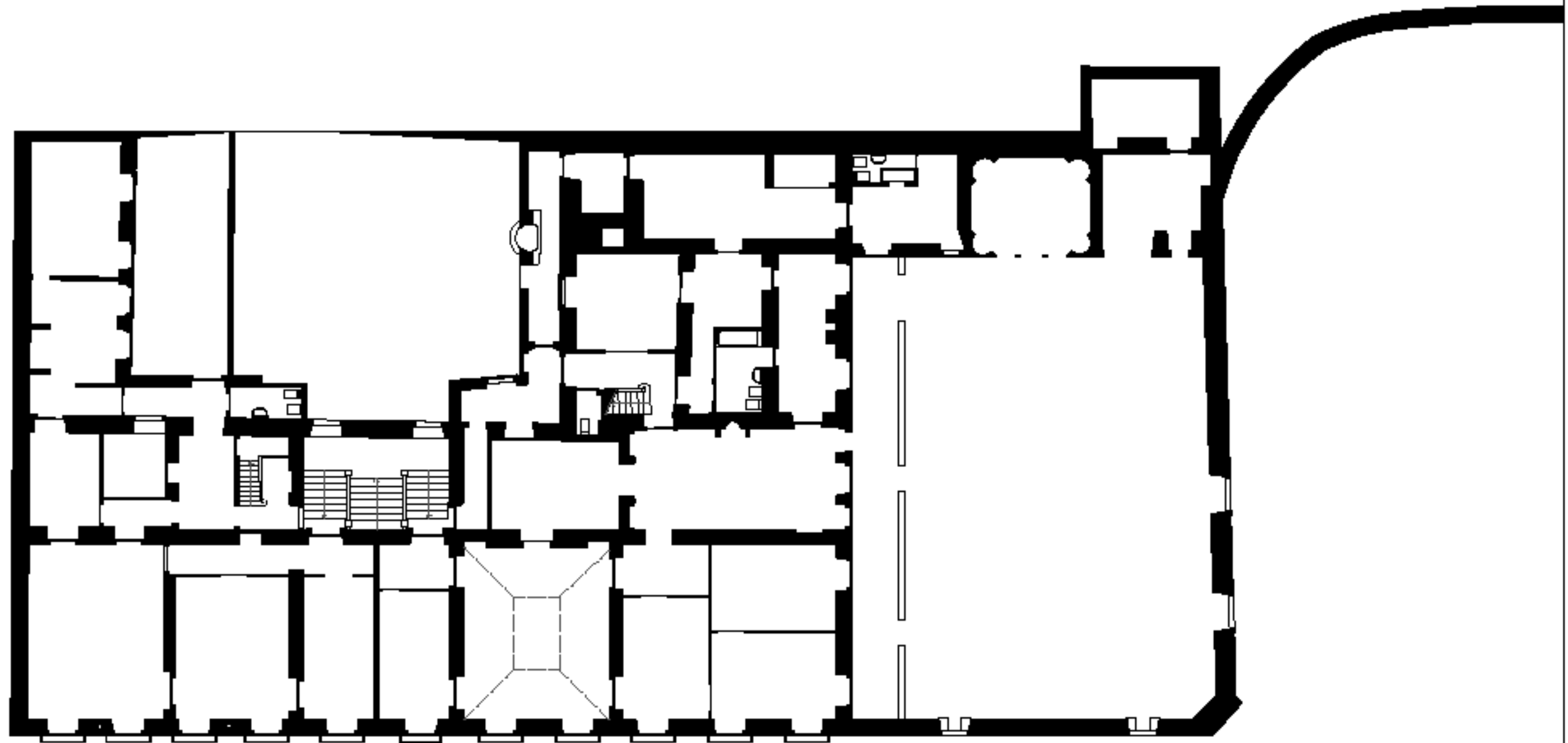
Alçados

Desenho elaborado com base no levantamento disponibilizado pelo gabinete PPST arquitectura, Lda.

1:200

Pedro Durand | Março de 2012





Palácio do "Bichinho de Conta"

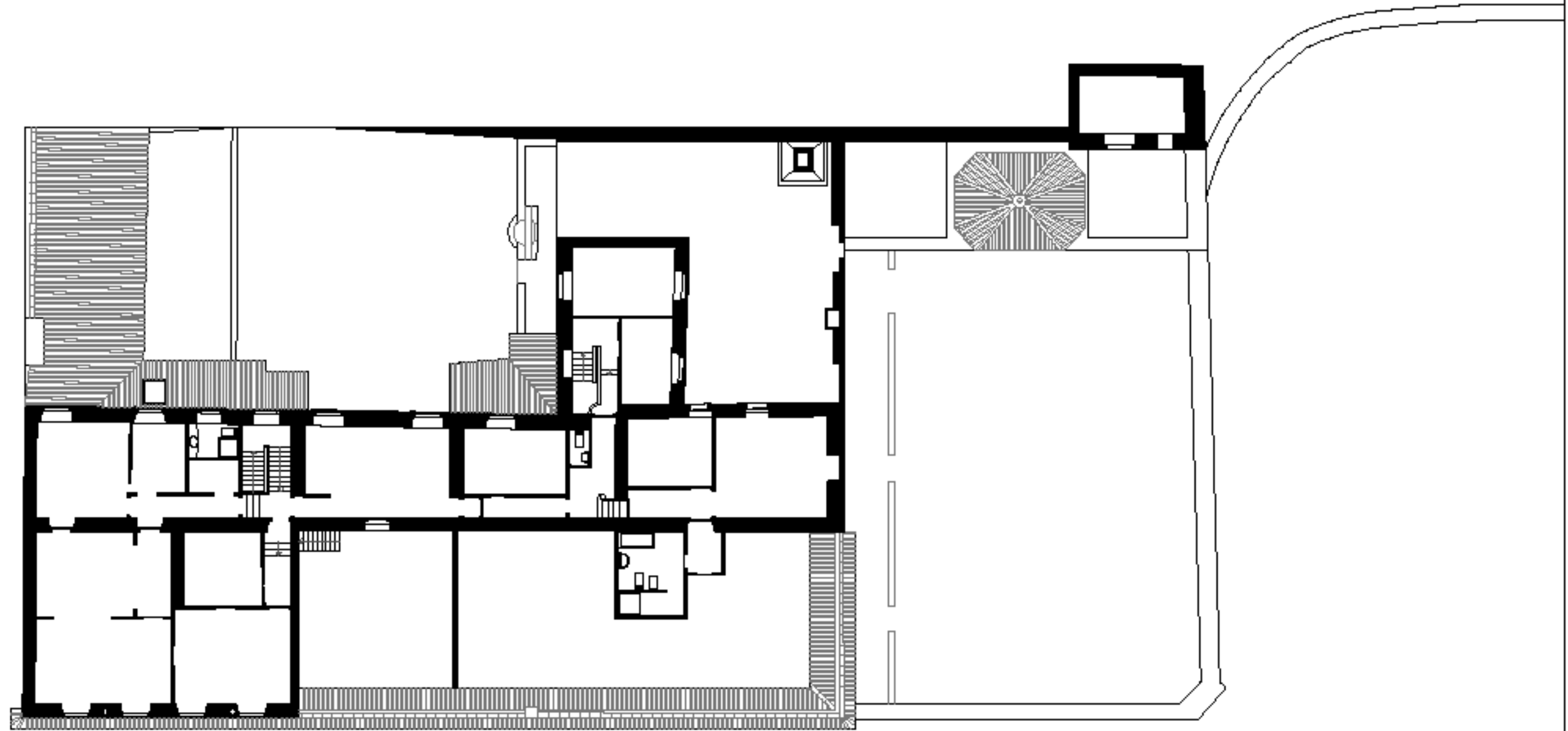
Rua de "O Século", 102-114 | Lisboa

Planta do Andar Nobre

Desenho elaborado com base no levantamento disponibilizado pelo gabinete PPST arquitectura, Lda.

1:200

Pedro Durand | Março de 2012



Palácio do "Bichinho de Conta"

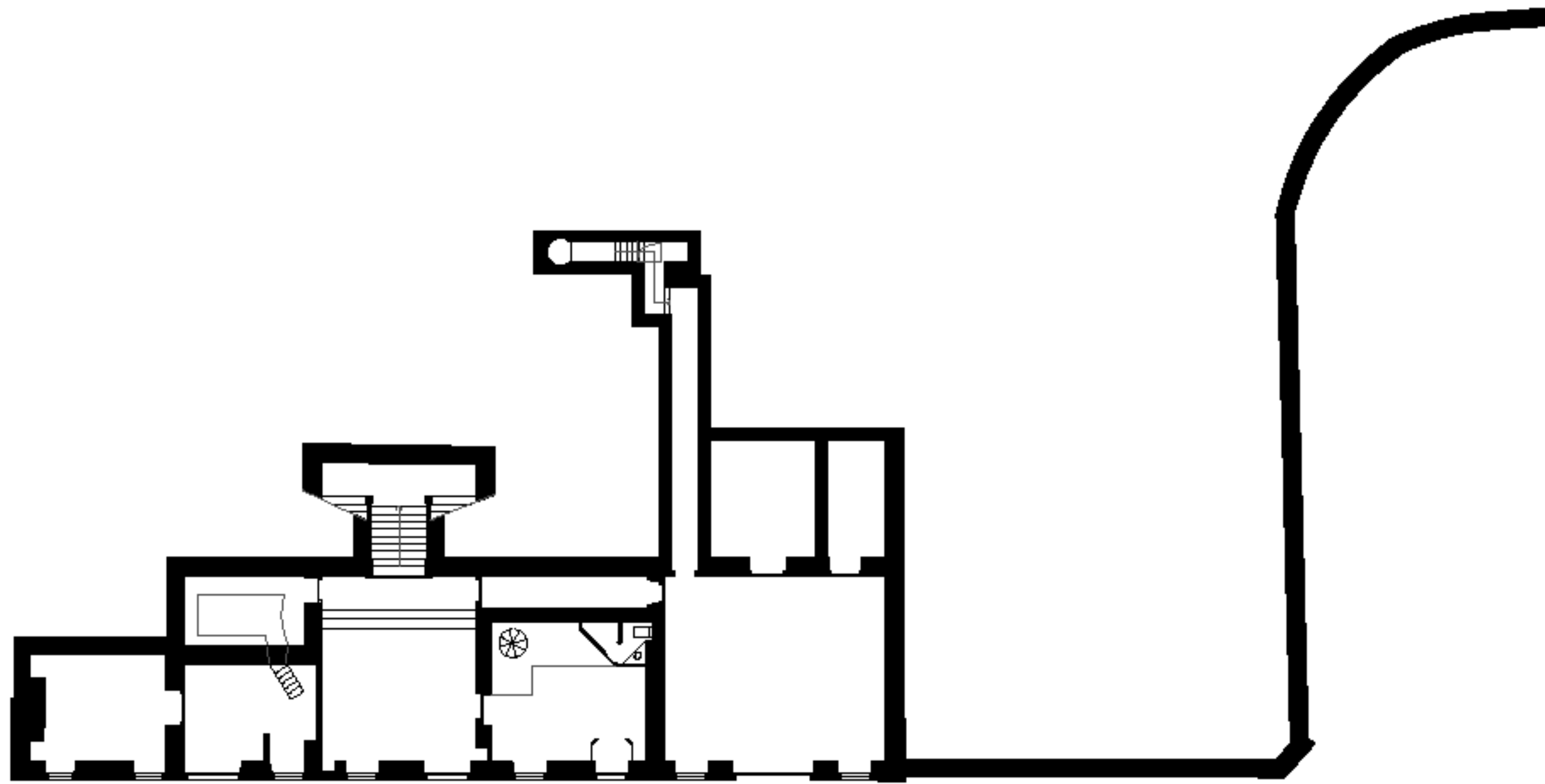
Rua de "O Século", 102-114 | Lisboa

Planta do Terceiro Piso

Desenho elaborado com base no levantamento disponibilizado pelo gabinete PPST arquitectura, Lda.

1:200

Pedro Durand | Março de 2012





Palácio do "Bichinho de Conta"

Rua de "O Século", 102-114 | Lisboa

Cortes Transversais

Desenho elaborado com base no levantamento disponibilizado pelo gabinete PPST arquitectura, Lda.

1:200

Pedro Durand | Março de 2012



Palácio do "Bichinho de Conta"

Rua de "O Século", 102-114 | Lisboa

Cortes Longitudinais

Desenho elaborado com base no levantamento disponibilizado pelo gabinete PPST arquitectura, Lda.

1:200

Pedro Durand | Março de 2012